

COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

Ensaio

A IMPRENSA, ENTRE FIDEL E O ESTADÃO

Pesquisa

AS ELEIÇÕES DE 78 COM VOTO DISTRITAL



Baru Defkin

Entrevista com Temperani
Pereira, ex-líder
da Frente Parlamentar
Nacionalista

Paraguai

ATÉ QUANDO STROESSNER VAI RESISTIR ?

"AGORA É QUE PRECISA UM FRENTÃO"



A guerra do
povo da
Nicarágua

Este jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa, de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

Editor
Elmar Bones da Costa
Secretário
Osmar Trindade

Redação
Baru Derquin, Elaine Lerner, Jorge Gallina, José Antônio Vieira, Lenora Vargas, Lillian Bem David, Marco Antonio Schuster, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodke, Maurecy Santos, Najat Tubino, Rafael Guimarães, Rosvita Saueressig, Sílvia Correa, Tânia Kruttscka, Tomás Pereira, Waldemar Teixeira (repórteres, fotógrafos e editores), Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Luiz Carlos Ferré, Sérgio Batsow (Arte), Luiz Recena Grassi (Brasília), Gilberto Pauletti (Rio), Geraldo Hasse, Jorge Escosteguy (São Paulo), Gleizer Neves (Belo Horizonte), José Maria de Andrade (Recife), Paulo Marconi (Salvador), Luiz Lanzetta (Florianópolis), Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Moema Bauer (México), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque).

Gerência Administrativa
Francisco Alba

Industrial
Arge A. Larroza (Gerente) Edson Ubiratan Trindade, Maria de L. B. Lima, Sílvia Berni, Fernando Schattschneider (Revisão) Carlos Milton, Rios, produção, Atos Vinetton, Júlio Ferrari, José Luiz dos Santos (Fotolito) Paulo Sá, Ivan Carlos Franco, Hélio Pinho, Júlio César Martins (Fotocomposição) Luiz Augusto de Oliveira, Luiz Gustavo Machado, João C. P. Meirelles (Montagem)

Comercial
Enio Lindenbaum, Francisco Kleber Bressani

Circulação e Assinaturas
Renan Carvalho Rodrigues

Números atrasados
A venda somente a partir da edição nº 13. Custo de cada exemplar: preço da última edição n. banca. Pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

Endereço
Rua Comendador Coruja, 372
CEP 90.000 — Porto Alegre — RS
Fones: 33 5099, 33 5990 e 33 5743 — Telex (051) 1605
Registro nº 33170/Livro A 1
Impressão: Diário de Notícias

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
ASSOCIADOS: José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsow (Conselheiros de Administração), Antônio Oliveira, Agnese Schifano, Danilo Ucha, Hermelindo Macedo, Luiz Vitello e Regina Vasques (Conselheiros Fiscais), Assis Hoffmann, Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Adélia Porto da Silva, Ademair Vargas, Angela Beatriz Riccardi, Antônio Britto, Antônio Dreon, Arthur Monteiro, Carlos Alberto Koleczka, Carlos Urbim, Carlos Mosmann, Celso Rosa, Claiton Selistre, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Delmar Marques, Fernando Albrecht, Edgar Vasques, Erni Quaresma, Euclides Torres, Floriano Soares, Gládis Ybarra, Imara Stallbaum, Jandira César, José Antônio Ribeiro, José Félix Valente, Júlia Pereira, Leo Tavejnhansky, Licínio de Azevedo, Luiz Terra Júnior, Luiz Fonseca, Maria Angélica de Moraes, Marina Wodtke, Mário Marcos de Souza, Marques Leonam, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Paulo de Tarso Riccardi, Paulo Cerson de Oliveira, Renato Pinto da Silva, Sérgio Moita, Silmar Müller, Walter Molina, Clóvis Malta, Omar de Barros Fº, João Carlos F. da Silva, Lenora Vargas, Leonid Streliaev, Divino Fonseca, João B. Scalco, Eva Caparelli, Maristela Bairos, Telmo Zanini, Iara Bendati, Afonso Licks, Carlos Rodrigues, Victor Hugo Sperb, Jaime Klintonow, Sílvia Ferreira, Ana Amélia de Lemos, José Onofre, Alberto André, Alberto Blum, Flávio Dutra, Jorge Freitas, Renan de Oliveira, Antônio Gonzalez, Mário Villas-Boas da Rocha, Dorival Pacheco, José Lauro Dieckmann, Cerson Schimmer, Rejane Baeta, Fernando Goulart, Comercindio Coutinho, Carlos Urbim, Lúcia Pinheiro, Mariângela Schilling, Geraldo Hasse, Gilberto Pauletti, Jorge Escosteguy, Luiz Oscar Matzenbacher, Olyr Zavaschi, Ademir Fontoura, Flávio Porcello, Virson Holderbaum, Carlos Fehlberg, Jussara Pereira Coelho, Paulo Maciel, Luiz Afonso Franz, André Pereira, Eugênio Bortolon, Mário Madureira, Roberto Manera, Cláudio Levitan, José Antônio Simch, Maria da Graça Guindani, Sérgio Caparelli, Lauro Quadros, Marcelo Oscar Lopes, Maria Inês Burger, José A. Pinheiro Machado, Olivio Lamas, Sílvia Costa, Judith Martins Costa, Sérgio Tonello, José Abu-Jamra, Sérgio Becker, Francisco Dias Lopes, Lillian Bem David, Nilson Figueiredo, Roberto Alves D'Azevedo, José Erasmo Nascimentos, Beatriz Polydoro, Hipólito Pereira, Fernando Bueno, Edgar Lisboa, Antônio Carlos Marfaldá, Carlos Karnas, Valdir Paz, Sérgio Arnoud, Ivan Pinheiro Machado, Maroni João da Silva, Vera Regina Monteiro, Amauri Melo, Paulo Macedo, Marco Antônio Schuster, Neuza Tasca, Otília Goulart, Roberto Appel, Ivo Egon Stigger, Elaine Lerner, Alda Souza, Carla Irigaray, Tânia Barros, Tânia Faillace, Paulo Denis Pereira, Ayrton Kanitz, Pedro Macedo, Terezinha Figueiredo, Iraporan Müller, Zélia Leal, Luiz Artech, Neusa Ribeiro, Marcos Antônio Baggio, Edna Della Nina, Armindo Antônio Ranzolin, Vilmo Medeiros, Paulo Poli, André Jockyman, Jayme Copstein, Raul Rubenich, Citina Leal, Leonardo Dourado, Edson Gomes Chaves, João Paulo Lacerda, Luiz Fernando Lima da Silva, Verlaíne Silveira, Adroaldo Correa, Vera Daisy Barcelos, Maria da Graça Seligman, Humberto Andreatta, Ronaldo Westermann, Luiz Carlos Mello, Afonso Abraham, Wladimir Ungaretti, Danilo Miralles, Gabriel Matias, José Luiz Chiarelli, Fernando Dibe Pinto, Floriano Correa, Milton Saldanha Machado, Miriam Tereza Moura, Paulo Fogaça, Severino Goes, Fernando Guedes, Neltair Abreu, Maria da Graça Silva, Walmaro Paz, Milton Fernando Wels, Maria Helena Brancher, Maria Luísa Teixeira, Júlio Sortica, Ana Maria Lopes de Almeida, Edson Luiz Kozminski, Najat Tubino, Marise Fetter, Luiz Antônio Kozminski, Jurandir Silveira, Alfredo Fedrizzi, Carlos Dorneles, Ricardo Schmitt, Carmen Laviaguerra Silveira, Nelson Baibich, Francisco Daniel Silva, Orlando Carlos Brasil, Vera Costa, Juarez Fonseca, Maria Elóir da Silveira, Renato Kern, Maria Valmírio Oliveira Rios, Evaldo José Gonçalves, Helton Ricardo Barreto, Higino Barros, José Eneidi Francisco, José Roberto Garcez, Valdir da Silva, Cândido Cruz, Luiz Carlos Felizardo, Francisco Juska, Carlos Rafael Guimarães Fº, Carlos Frederico Menz, Eduardo San Martin, Ilza Girardi, Eugênio Neves, Carlos Eduardo Athanazio, Renato Canini, Wilmar Marques, Acari Amorim, Waldemar Teixeira, José A. Pinto Netto, Pedro Sosa Pereira, Ennio Nugent da Rocha, Ana Maria Smidt, Eduardo Soares Guimarães, Alberto Filgueiras, Antônio Carlos Rosito, Iara Terezinha Schilling, Fernando Lindote, Fernando Saes, Miriam Costa Correa, Nestor Fedrizzi, Odilon Abreu, Laerte Martins, Sílvia Correa, Luis Carlos Ferreira, Anibal Bendatti, Arthur Oliveira Fº, Roberto Silveira, Carlos Alfredo Simch, Olides Canton, Carlos Augusto Thon, Rogério Ruschel, Luis Fernando Verissimo, José Luiz Prévadi, Maria Elaine Borges, Eduardo Bueno, Marco Túlio de Rose, Mauro César Silveira, Mauro Toralles, Luiz Lanzetta, Alice Urbim, Ana Maria Barros, Lotário Neuberger, Ubirajara Silva Prate, Antônio Canabarro Trois, Bernadete Viana, Eloisa Beatriz Enck, Carlos Alexandre Castro, Cristina Baptista Pereira, Jane Peters, José Ribeiro Fontes, Mário Nascimento, Paulo Antônio Barros, Riomar Trindade, Rômulo Krafft, Vera Maria Bosak, Patrício Davila Bentes, Raul Quevedo, Ricardo Bolsoni, Miria Vieira Coelho, Juvenal da Luz Neto, Juan Carlos Gómez, Luiz Recena Grassi, Ariosto Paz Teixeira, Ayrton Centeno, Celso Schroeder, Milton Ribeiro da Silva, José Antônio Severo, Lucila Camargo, Paulo Marconi, Armênio Abascal, Maurecy Santos, Hélcio Ferreira, Luis Humberto, Valter Firme, Manuel Joaquim Martins, Jorge Meditsch, Pedro Flores e Zeka Araújo.

Associado à
AJOCOP
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

Caro leitor

"Já passou de manifestação de interesse. Agora é uma manifestação de carinho", disse o professor Eduardo Dutra Aydos, pesquisador da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Ele estava diante de uma enorme pilha de envelopes com respostas ao questionário que encartamos na nossa edição do mês passado, um longo questionário buscando informações sobre os nossos leitores.

Aydos está coordenando a pesquisa e foi quem elaborou a bateria de perguntas destinada a nos trazer um perfil daqueles que nos lêem, seus interesses, seus gostos, suas motivações, sua situação sócio-econômica. Temia-se que não funcionasse. Eram muitas as perguntas, algumas complicadas para se responder, e o cidadão, além de ter que preencher tudo aquilo, tinha ainda que recortar do jornal, colocar num envelope e remeter de volta.

O próprio coordenador tinha dúvidas quanto à eficiência do método. Mas era o mais prático, o que estava ao nosso alcance.

Cinco dias depois que o jornal foi para as bancas começaram a chegar as pilhas de envelopes. Dez, vinte, trinta. E mais: tudo preenchido com o maior cuidado. A esta altura acreditamos que teremos em mãos algo em torno de duas mil respostas, o que equivale a uns 8% da nossa tiragem. Um retorno excepcional, segundo Aydos, que estava inclinado a considerar um bom resultado a remessa de umas 300 respostas.

No próximo número publicaremos o resultado da pesquisa. Estaremos sabendo com quem andamos falando e você, leitor, saberá por quem anda acompanhado em suas leituras. Ah, se você, ainda não mandou o questionário por falta de tempo ou esquecimento, é uma boa hora de mandar.

Agora, um pedido de desculpas e uma explicação. Esta é a nossa segunda edição consecutiva que sai completamente fora do seu prazo normal de circulação, que é até o dia 10 de cada mês. É consequência de um pequeno transtorno, que já prevíamos, decorrente do lançamento da nossa nova publicação, o jornal O RIO GRANDE Semanal. Com ele, passamos de um jornal para cinco jornais por mês, sem condições de ampliar muito a nossa infra-estrutura. Não foi possível evitar esse pequeno atraso, porém. No próximo mês, no entanto, voltaremos ao normal, indo para as bancas de 5 a 10 de cada mês, no Rio Grande do Sul, e três dias depois nas outras cidades do País. Até lá.

O Editor

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.

NESTA EDIÇÃO:

5	O que está por trás do preço do petróleo (que não é apenas uma questão econômica)	19	Mauro Borges: o ex-governador de Goiás que apoiou a Revolução e foi deposto por Castelo
10	São Paulo: uma péssima experiência com a nova Secretaria de Comunicação Social	21	Uma pesquisa revela: como seria o resultado das eleições em 76 e 78 com o voto distrital
14	Uma entrevista com Domingo Laino, político paraguaio, sobre o governo Stroessner	25	A entrevista com Temperani Pereira, o ex-líder da Frente Parlamentar Nacionalista
16	Nicarágua: como se comporta a população de um País durante uma cruel guerra civil	27	Imprensa: os profissionais e as empresas num novo quadro político

Anistia com repressão anônima

Sobre o projeto de "anistia" enviado pelo Governo Federal ao Congresso, vê-se que, no que tange à readmissão dos funcionários públicos, cria uma comissão, no próprio órgão onde o reclamante foi prejudicado, com o objetivo de julgar as "conveniências e oportunidade e a existência de vaga", para concretizar a readmissão.

A meu ver, isso é a própria institucionalização das malfadadas Assessorias de Segurança (ASIs). É uma forma de camuflar os braços da repressão. Bastará, quando for aprovado o projeto, que os "órgãos de segurança" transmitam aos subservientes diretores de nossas repartições públicas os seus desígnios, mesmo com ordens orais e anônimas, para que se vete com a alegação de falta de vaga, ou de inexistência de condições, a readmissão do funcionário prejudicado.

Os congressistas não podem e não devem deixar que se institucionalize legalmente a repressão anônima e invisível.

Raimundo A. Carneiro, Rio de Janeiro, RJ

Por que a Igreja está insatisfeita?

Parece-me que a Igreja ainda é uma empresa que não acertou o seu rumo, e principalmente após a II Guerra, eis que não conseguiu transformar-se em uma multinacional tão eficiente como as oriundas dos Estados Unidos, Japão ou Europa.

O sr. Frei Betto diz, na entrevista publicada no *Coojornal* nº 42, que a Igreja colocou-se ao lado do povo, e foi, nos anos mais negros desta ditadura, a voz dos que não têm voz. Diz mais: o conflito Igreja-Estado é uma decorrência da defasagem Estado-povo.

Pois bem, eu pergunto se os atemorizados fiéis já esqueceram que em 64 a Igreja (conservadores e moderados, portanto maioria) ajudou no que pôde para a implantação desta ditadura, eis que o comunismo ameaçava engolir vivos os brasileiros.

Por que agora esta está insatisfeita? O sr. Frei Betto fala de mudança de consciências e da mudança de estruturas sociais, como se a Igreja detivesse (como já deteve) os três poderes que hoje formam a base de qualquer Estado. E se o Estado está profundamente falho na sua maneira de administração, não podemos esperar muito da Igreja, uma comunidade que está nitidamente dividida, segundo o próprio Frei Betto, pelas seguintes tendências: a) Progressistas — preferência pelos pobres (imaginem o nosso velho PTB); b) Conservadores — desligados de qualquer vinculação com a realidade, e representam objetivamente os interesses da classe dominante (seria a Arena dos nossos dias); e c) Moderados — que são aqueles que permanecem em cima do muro e balançam de acordo com o vento.

João Paulo Ceccatto, Santana do Livramento, RS

Vergonha e ódio

Parabéns ao J. J. Chiavenato pela matéria *A Terrível Aliança*; senti vergonha e ao mesmo tempo uma espécie de ódio com o que fizeram com os livros paraguaios. É, a liberdade tem preço, e preço alto.

No *Coojornal* nº 41, gostei bastante do depoimento "Um poeta na prisão"; e também da reportagem "O repórter que desceu aos porões". Se todos tivessem a coragem do Antonio Carlos Fon...

Rosana Rezende, Alegrete, RS

Objetividade

Arranjei uns números deste mensário emprestado com um amigo e, apesar de antigos, li todos e fiquei gostando muito desse órgão informativo. Considero mesmo o melhor jornal da imprensa combativa, devido à sua linguagem fácil e à objetividade com que trata de assuntos importantes e atuais.

Henrique de Souza Miranda, São João da Boa Vista, SP

De petróleo e do Paraguai

A propósito da reportagem sobre a Sucebrás e o petróleo (Coojornal nº 42), sugiro, aos que apregoam a falta de petróleo e a situação atual do mundo, que leiam novamente "A guerra secreta pelo petróleo", de Anthon Ziska, edição 1934, e "A luta pelo petróleo", de Essad Bey, edição 1935, nos quais se podem tirar as piores conclusões. Veja-se o que está na página 23 do livro de Bey:

"Esse lago subterrâneo de óleo entra depois pelo Norte da Argentina e pelo Grão-Chaco. Nos pantanais do Chaco as existências revelaram-se de tal importância que deram origem à terrível guerra... Mas o imenso lago de petróleo do chaco boliviano e do chaco paraguaio teve o cuidado de respeitar a fronteira do Brasil. Não se prolonga pelo pantanal matogrossense, que é geologicamente, o chaco brasileiro. Respeitou os limites, porque sabe que ali começa o Brasil e seria feio desmoralizar as teorias do não-há-petróleo das nossas orelhas de pau geológicas."

Gostaria de aproveitar também para fazer algumas considerações sobre a reportagem do sr. Chiavenatto e a guerra da Tríplice Aliança. Gostaria de lembrar o que escreveu o coronel Jerônimo de Moraes Jardim, em 1899:

"A história dessa campanha oferece vasto repositório de fatos que encerram as mais proveitosas lições para uma educação militar. Mas, para que assim aconteça, é indispensável que seja estes fatos analisados criteriosamente e sem prevenções de qualquer natureza, o que está ainda por fazer". É o que penso: até hoje ninguém, por mais que tenha escrito, analisou com critério a campanha do Paraguai.

Wilmar Lütz Farias, São Leopoldo, RS

Os guerrilheiros

Através da reportagem "Araguaia: dois anos de guerrilha", publicada no Coojornal de julho de 1978, tomei conhecimento que três gaúchos tomaram parte da luta guerrilheira. O médico João Carlos Haas, Paulo Rodrigues e o metalúrgico José Humberto Branca, que foi operário da indústria Micheletto.

Gostaria que este jornal publicasse uma matéria sobre esses bravos gaúchos que deram suas vidas por uma luta que é de todos os brasileiros. O povo gaúcho precisa tomar conhecimento que sua tradição de povo corajoso e lutador está presente em inúmeros exemplos da atualidade, a exemplo dos três guerrilheiros citados.

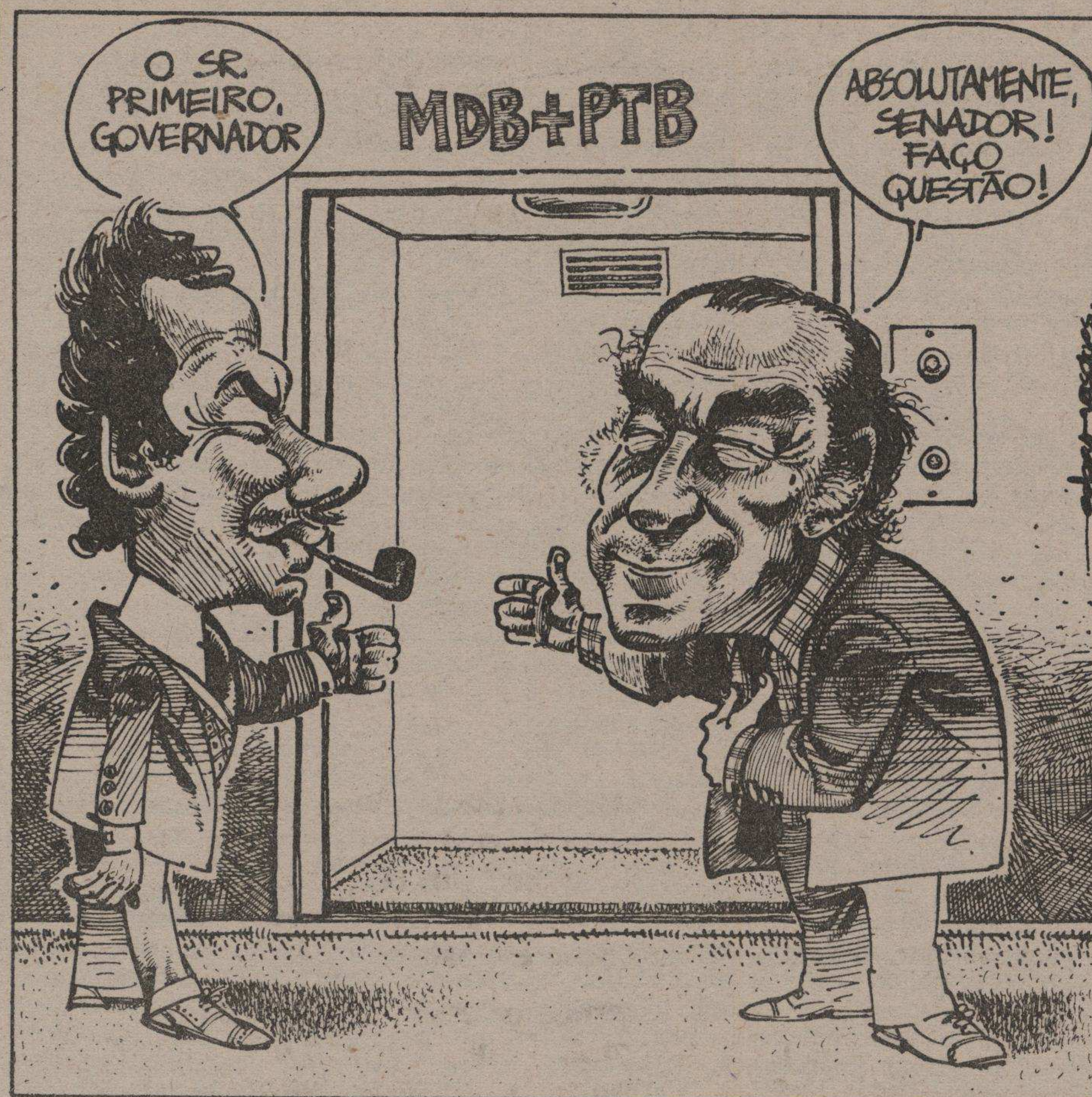
Ladislau Santos Correa, Porto Alegre, PA

Um alerta pelos lavradores

A Comissão Pastoral da Terra, Regional do Mato Grosso do Sul, informada das situações conflitivas em vários municípios deste estado, declara sua solidariedade ao sofrimento destes lavradores e lança um alerta às autoridades competentes, especificamente o Incra, para que concretize os princípios do Estatuto da Terra, e atenda ao principal anseio do homem do campo, que é a terra, e propicie condições para viver sem perder o lavrador, que é o esteio do país.

É grave a situação de alguns municípios, onde os prazos do contrato de arrendamento estão terminando, e os trabalhadores rurais sendo expulsos "legalmente" das fazendas em que trabalham. Mais uma vez a lavoura é substituída pelo capim e o homem pelo boi.

No município de Eldorado, na Fazenda Floresta Branca, 130 famílias de lavradores estão sendo expulsas. E o Incra,



rido, incitante, mas é também um canto de esperança, de alegria, de vida, de amor, de um dia melhor para o homem. Para quem viveu essa década não é difícil entender porque essa voz tinha que ser calada, silenciada sumariamente. Uma esperança que não se realizou, uma alegria que não deixaram nascer, uma vida que foi mutilada à custa de que tormentos que o inutilizaram ou o enlouqueceram talvez de modo irreversível para todo o sempre.

Ouvindo-se cada canção, entende-se melhor o significado da contracapa escrita pelo próprio cantor, talvez com clareza prenunciando conscientemente o destino que o aguardaria por ter ousado apontar a nudez do rei. As duas epígrafes de Brecht, com que inicia e finda o seu discurso, são não só oportunas como significativas.

O disco está nas lojas deste começo de abril e o País continua calmo. O Governo não caiu nem as massas foram às ruas devido a veemências de algumas canções. Daí se deduz que todo o obstáculo sobre a obra do cantor não tinha razão de ser. Um voto de louvor ao Governo Figueiredo no seu processo de abertura política. Vê-se que o medo que dominou os Governos passados era infundado. Os poetas sempre gritarão contra a opressão e colocarão sua arte a serviço dos oprimidos (vide Guernica, de Picasso), sob qualquer regime ou Governo, qualquer que seja o preço que tenham de pagar.

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Vício do Arizona

Muitos países proibiram a publicidade de cigarros por serem altamente malignos à saúde, reduzindo, em média, cinco anos de vida dos fumantes. No entanto, no Brasil não prevalecem tais opiniões. Nos campos de futebol, nos ginásios de esporte, nas vias públicas, em todos os locais, vemos afixados grandes painéis de propaganda de cigarros.

E o que é mais lamentável: existe a Copa Arizona, um campeonato de futebol amador, reunindo milhares e milhares de jogadores de todo o país, que são induzidos ao vício do fumo, com amostras grátis de cigarros que recebem antes, durante e após os jogos.

Tais absurdos não podem continuar, ainda mais agora que o Governo pensa finalmente em estimular os esportes. Deve também pensar em não permitir que ocorram tão aberrantes distorções como a que vem fazendo a Companhia de Cigarros Souza Cruz que, a pretexto de promover a prática do futebol, difunde o vício do tabaco justamente quando ele é mais prejudicial à saúde do que nunca, ou seja, quando se pratica esporte.

Sérgio José Toniolo, Porto Alegre, RS

E quanto mais?

A questão do bipartidarismo versus pluripartidarismo é o assunto político do momento brasileiro atual. Alguns acham que o MDB e a Arena devem permanecer e outros desejam extingui-los de qualquer maneira.

É lógico que discordo de uma extinção forçada dos dois partidos, porém, na prática, as divisões internas neles já são tão grandes que, de fato, MDB e Arena já são no mínimo uns cinco partidos. O que falta apenas é a oficialização de tal divisão. Como poderão os radicais do MDB aceitarem a participação igualitária de outros grupos como os moderados, liberais democratas, etc? Como poderão os dissidentes da Arena conviverem dentro de um MDB dominado por radicais? Como poderão os arenistas radicais conviverem com os arenistas democráticos?

Então, acredito que a subdivisão ou extinção dos dois partidos atuais se dará naturalmente. Defender a manutenção do quadro político bipartidário atual já não é mais empunhar uma bandeira democrática. Aos poucos a democracia está chegando ao Brasil e com ela também o pluripartidarismo. Nem o MDB nem a Arena podem se dizer democráticos se não derem oportunidades iguais para todas as tendências. É engraçado que, hoje, alguns defendem a continuação do bipartidarismo, mas não defendem o direito de igual oportunidade de expressão.

Luiz Torres, São Paulo, SP

junto com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mundo Novo, está organizando a ida dessas famílias para o estado da Bahia, nas agrovilas de Bom Jesus da Lapa.

Ao mesmo tempo, em Paranhos, distrito de Amambai, MS, onde muitos agricultores, necessitando trabalhar, se apossaram de terras pertencentes à União (área de 1.300 alqueires), foram expulsos porque, segundo informa o coordenador local do Incra, sr. Walfrido Rodrigues, "sua permanência naquela área não foi autorizada" e têm que esperar "a elaboração de um plano de colonização, quando aí, então, o Incra distribuirá a terra entre os colonos".

É de se estranhar atitudes tão contraditórias desse órgão, pois, se dispõe de terras aqui dentro do Mato Grosso do Sul, por que transportar os agricultores de Eldorado, Fazenda Floresta Branca, para a Bahia? Se vai distribuir terras desta área de 1.300 alqueires, por que expulsou os trabalhadores e ainda ameaçou de prisão com a aplicação do artigo 20 da Lei 4.947? A que interesses servirá este plano de colonização do Incra?

Comissão Pastoral da Terra, Glória de Dourados, MS

Jornais e teatros fecham em SP. O que vai mal?

É com grande mágoa e tristeza que vejo mais um jornal fechar, principalmente um jornal como a Última Hora. A UH de São Paulo, segundo minhas próprias observações de leitor assíduo, era o jornal mais jovem e democrático da cidade de São Paulo. Neste jornal havia muita abertura, em todos os sentidos.

Há pouco tempo tivemos os episódios de teatros que fecharam, como o Aquarius, o 13 de Maio e até o Oficina (em difícil situação). O Aquarius virou discoteca e o 13 de Maio não se sabe ainda o que vai virar, talvez seja um pizzaria. E também não se sabe ainda o que será do Oficina.

Parece-me que estes fechamentos de teatros e jornais atingem justamente os meios mais democráticos e mais abertos para manifestações de todos. Será que o povo em geral não poderia dar um apoio forte para evitar que tais teatros e jornais fechassem?

E estes episódios ocorrem num dos maiores centros culturais do Brasil, que é São Paulo, é muito sintomático e lamentável. Algo vai mal com a cultura no Brasil.

Luiz Rebouças Torres, São Paulo, SP

"Vandrê não criou escola porque foi silenciado"

Foi relançado, pela gravadora Odeon, o disco Canto Geral, de Geraldo Vandré, editado em 1967. Como não vai tocar nas rádios nem ser tema das novelas da TV, só os aficionados se darão conta dessa preciosidade. E eles não são poucos, pois, segundo o colunista Târik de Souza, "o Lp Canto Geral já vendeu (sozinho, contra tudo e contra todos) o recorde de 25 mil cópias".

Ouvindo-se o disco, entende-se perfeitamente porque um canto tão aberto, consciente, luminoso e claro não poderia ser mesmo admitido na noite de terror que se abateu sobre o país desde 64. O Canto de Vandré é o canto dos oprimidos que gritam por liberdade e a sua história é a história dos rebeldes. Um canto tão luminoso não podia mesmo ter vez no obscurantismo regido pelo AI-5. Vandré traduziu no seu canto todo o inconformismo da época: é o reflexo do nosso momento histórico.

Esse inconformismo nasceu em Sérgio Ricardo, se nutriu em Vandré, que fez dele bandeira desfraldada, arcando com todo o ônus de sua ousadia, e foi desaguar violentamente todo o seu potencial em Chico Buarque, com respingos em Caetano, Gil, Gonzaguinha, Ivan Lins, Taiguara e outros. Para quem acompanhou os acontecimentos da época e conhece a via crucis do Vandré, ouvindo este disco, agora, entenderá melhor o canto de exílio que é o seu Lp "Das Terras de Benvirá", gravado na França com o Quinteto Violado, no início da década de 70. Daí para cá, o silêncio total.

O "Canto Geral" foi o início, o que veio depois foi só uma canção. Está explicado então o lamentoso pranto do último. Curiosamente, a canção proibida "Pra não dizer que não falei de flores", elevada a hino pelos estudantes que sempre a entonam em suas manifestações, é como uma herança hereditária porque persiste até hoje, ou como se existisse uma corrente que a transmitisse de geração a geração.

Vandrê não criou escola porque foi silenciado a tempo e de modo convincente (a exemplo de Tiradentes) pela força que não admitia contestação. No entanto, a semente lançada por ele com tanta ousadia e veemência iria eclodir em Chico Buarque, de uma outra forma, mais sutilmente, no drible das entrelinhas, burlando o escrutínio severo da Censura.

O canto de Vandré é sempre um canto participante, forte, vigoroso, aguer-

Um cabo sádico e criminoso

No quilômetro 162 da PA-150, que liga Marabá a Belém, há um povoado de mais ou menos 500 famílias que se chama Guaianésia. Ali há um comissário da Polícia Militar do Comando de Marabá, que se chama cabo Muniz. Segundo testemunho de todos os moradores, esse cabo age sempre sob estado de embriaguez. Suas atitudes são brutais, sádicas e criminosas.

Em janeiro, conforme testemunho de muitos moradores, o cabo Muniz assassinou um morador por nome de Ananias, com tiros de seu revólver, e nada foi feito para apurar e punir esse criminoso, que continua até hoje atuando na área livremente, sob as capas da Polícia Militar de Marabá.

Agora ele adquiriu uma jaula, de prender animais selvagens. Esta jaula é de ferro e mede mais ou menos dois metros por um. O cabo Muniz colocou essa jaula no quintal de sua casa e aí prende qualquer pessoa, seja noite ou durante o dia. Lá o coitado do preso recebe todo tipo de violência e humilhações, além do sol quente ou da chuva. Ele é obrigado a ficar meio enrolado, devido ao tamanho pequeno da jaula, e recebe pedradas e pauladas dos filhos do cabo, a mando do pai. Além do mais, para soltar alguém o cabo cobra Cr\$ 300,00, caso contrário não sai. Numa noite ele prendeu três moças, e no outro dia foi a vez de uma senhora, que quando saiu de lá estava bastante arranhada e com pancadas na cabeça. Seu braço foi torcido para lhe tomarem o seu relógio.

Esses são os terríveis acontecimentos exercidos sob a luz do dia pelo cabo Muniz, o Monstro de Guaianésia, como o povo o chama. E ele está lá praticando tudo isso como um membro oficial do Comando da Polícia Militar de Marabá.

Paulo J. da Silva, Marabá, PA

A Bíblia na mão e nenhuma idéia nova

Uma de minhas opiniões que motivou uma grande controvérsia foi a que criticou a forma de pregação do Evangelho feita por Rex Humbard na televisão. Respeito todas as opiniões, mas insisto em que o programa de Rex Humbard continua pregando um Evangelho que não segue a recomendação de Karl Barth, o maior teólogo protestante do século 20. Para ele, o verdadeiro pregador da palavra de Deus deveria ter a Bíblia na mão direita e o jornal do dia na esquerda. Rex prega só com a Bíblia e na direita... O sermão que ele prega hoje será o mesmo que pregará daqui a 20 anos e o mesmo que poderia ter pregado há 20 anos. Não tem nada de profético nem interpreta a palavra de Deus para os nossos dias.

Quer agradar a gregos e troianos e tornar cada vez maior a lista de endereços obtidos através de cartas, que vai ser útil nas "malas diretas", para venda de suas chaves mágicas (amuleto que lembra a idolatria dos piores tempos da Igreja Católica), discos, etc.

Li com muita tristeza na Tribuna de Vitória, dia 10 de junho, um anúncio de uma autêntica romaria protestante. Eu sabia da existência de romarias católicas a Aparecida do Norte e excursões com aviões fretados para Lurdas, Fátima e Cidade do Vaticano. Estas sempre mereceram severa desaprovação de todos os protestantes.

Eis que, agora, o autodenominado pastor Rex Humbard faz esta propaganda: "Conheça Catedral do Amanhã nos Estados Unidos. Participe de três programas televisionados com a família Humbard. E mais: conheça Miami e Orlando (Cidade da Disneylândia). Saídas dias tais e tais". Que coisa estranha, pastor vendendo passagens aéreas para faturar ainda mais do que as ofertas pedidas nos seus programas!

Não é à-toa que a imprensa secular de norte a sul do Brasil pichou totalmente o ministério deste pastor sem igreja. Eu, particularmente, recebi um amável convite do meu amigo batista Eros Pasquini para visitar o escritório de Rex em São Paulo. Uma impressão me ficou bem clara de ver aquela gente toda trabalhando com o maior entusiasmo, a maioria jovens: eles são gente muito boa. Acredito sinceramente que estão certos de que fazem um grande serviço a Deus,

só não lhes perdoe a ingenuidade, de não verem a máquina que está montada para levantar dinheiro dando lucros fantásticos, que ninguém sabe a quanto chegam. Ou o fato de, mesmo sabermos que os lucros já deram para comprar um Electra branco para as viagens da família Humbard.

Pastor Roberto T. Lessa, São Paulo, SP

Opção brasileira

Numa reunião em abril de 64 argumentei que, gostássemos ou não, o impasse em que acabávamos de entrar só ia ser resolvido com um novo Dutra. Depois viria um Juscelino e quando as pretensões populares começassem a incomodar — nova intervenção.

É claro que um dia, até por uma questão de probabilidade, as coisas não vão funcionar assim. Mas é preciso primeiro ajudar a melhorar aquelas chances, transformando realmente o dispositivo interno de forças.

Hoje as componentes levam a concluir que temos uma abertura ainda tática. As forças multinacionais que avaliam os movimentos de seu interesse não se dão ao trabalho de adaptar seus projetos. Servem para todos. O Cone Sul é o exemplo dramático. Cuidemos, portanto, para não reeditarmos aqui a efêmera abertura argentina. Os que precisam renovar uma credibilidade perdida por erros acumulados querem apenas novos pretextos.

Vivências que dispensem atitudes às vezes de simples auto-afirmação devem assumir uma posição de trabalho pela conscientização e esclarecimento, que neutralize a alienação pré-fabricada pela "comunicação de massa", etc. Só assim mudaremos o tal dispositivo de forças em valor absoluto, e não apenas relativo.

Lembramos inclusive o 18 Brumário de Marx quando, a pretexto do bombardeio de Roma pelas tropas francesas, o partido da ordem provoca os democratas (a Montanha) atraindo-os para as ruas, fazendo com que eles mesmos destruíssem sua força, "antes que o tempo e as circunstâncias pudessem consolidá-lo". E ainda: "Nenhum partido exagera mais os meios de que dispõe, nenhum se ilude com tanta leviandade sobre a situação com o partido democrático. Como uma ala do exército votara em seu favor, a Montanha estava agora convencida de que o exército se levantaria ao seu lado".

Enfim, queremos dizer que a maioria

precisa ser combativa. Se abandonar seu comodismo e sua passividade deixará de marchar a reboque e poderá comandar um processo brasileiro e conseqüente.

Nos apressamos em declarar o aqui exposto por vermos ser esta a opção brasileira. Sentirmos que se repetem erros e preferimos então abdicar das posições clássicas que não conseguiram ainda gerar um pacto social para sensibilizar a maioria.

De nada adianta conseguir adesões artificialmente. Elas logo se desfazem e voltam-se ao lado oposto. O compromisso social tem que ser firmado sobre a verdade para ter um mínimo de estabilidade.

Partidos que boicotam filiações partidárias só merecem o desprezo da opinião pública. Em síntese, o amanhã depende de uma esquerda do presente — nem do passado nem também do futuro, mas do aqui e agora.

Alexandre de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

Amazônia

A destruição inescrupulosa da Amazônia, a miséria imposta aos camponeses e o genocídio dos índios brasileiros não causam apenas preocupação a nível nacional, mas de todo o mundo. Sabendo que a mobilização no Brasil em torno da questão da Amazônia tem aumentado consideravelmente, foi criado em Paris o Comitê Internacional pour la Défense de l'Amazonie, o CIDA.

Os membros do Comitê Internacional acham importante sensibilizar a opinião pública internacional sobre o que se passa atualmente na região e nesse sentido já conseguiu a adesão e apoio de Brice Lallonde, René Fuesrt, Sachs, Montbeig e, nos Estados Unidos, Shelton H. Davis, autor de *Vítimas do Milagre*, editado pela Zahar. Para setembro, está prevista uma semana de debates sobre a Amazônia, aberta por uma conferência de imprensa. O CIDA se preocupa hoje, em estabelecer um contato permanente com o CNDDA e outros grupos ecologistas ou de defesa da região amazônica, o que incluirá troca de material e sugestões sobre o que fazer no exterior. É a que se propõe o Comitê enquanto grupo organizado. Pelo momento. Abraços.

Comitê International pour la Défense de l'Amazonie. Bourg de Saint Laurent en Brionnais/ 71800 La Clayette/France.

A ECONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL JÁ TEM UMA PUBLICAÇÃO ESPECIALIZADA.

E o ANO ECONÔMICO, uma publicação anual da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL, dirigida a empresários, pesquisadores, professores e estudantes.

ANO ECONÔMICO contém análises de cerca de 1.200 sociedades anônimas, divididas estas em 27 setores diferentes de atividade. Além de números e quadros classificatórios, ANO ECONÔMICO conterà, ainda, análises e estudos de mercado desenvolvidos por uma equipe de economistas e jornalistas

especializados, além de comentários escritos pelos mais expressivos empresários de cada setor.

Você pode, desde já, reservar seu exemplar ou exemplares, escrevendo ou telefonando para 33-5099. Use, também, nosso Telex nº (051) 1605.

**ANO
ECONÔMICO**

Circula em julho

Uma publicação da COOJORNAL
Rua Comendador Coruja, 372 —
90000 — Porto Alegre, RS



O que está em questão, além do preço do petróleo

A versão americana da crise esconde o seu lado mais importante

O que estranha nesta nova crise do petróleo é que o novo aumento, para 20/21 dólares por barril, aprovado pelos ministros da Opep no final de junho em Genebra, não sendo novidade para ninguém, provocou pânico nos líderes do Ocidente reunidos em Tóquio naqueles dias.

Não era novidade para ninguém porque todos, como a Petrobrás, jogavam em suas previsões do início do ano, com um preço médio de no mínimo 20 dólares por barril no segundo semestre, um aumento, aliás, de rotina, que o mundo aprendeu a absorver desde a primeira crise do petróleo, em 1974, quando seus preços quadruplicaram de uma só vez. A grande imprensa tem insistido em que o novo preço é dez vezes superior ao vigente antes da guerra árabe-israelense de 1973. "Só nos últimos seis meses", escreveu a revista *Veja*, "houve um aumento de 50% no preço oficial". E aí morre, praticamente, a versão de um dos lados da crise.

É preciso lembrar, no entanto, que, em consequência da desvalorização do dólar nos últimos anos, países de moeda forte como a Alemanha e o Japão estão pagando pelo petróleo, em termos reais, o equivalente ao que pagavam em 1974. Quer dizer: apesar dos sucessivos aumentos desde então, vários países europeus não viveram a crise até hoje. Nem a viverão no futuro imediato.

A versão americana da crise esconde o fato de que o novo aumento visa, entre outros objetivos, a recompor o poder de compra dos países da Opep, desgastado após anos de queda no valor da moeda americana. Tomando-se 1974 como ano-base (100) verifica-se em 1978 que o índice de preços, expresso em dólar, dos produtos importados pela Opep eleva-se a 144, enquanto o índice dos preços do petróleo cobrados pelo cartel não ultrapassava a 116. Isto quer dizer que, na contabilidade tão conhecida dos países exportadores de matérias-primas, a Opep vinha recebendo cada vez menos dinheiro pela mesma quantidade de petróleo vendida.

POR QUE O SUSTO?

Todos esses números eram conhecidos dos líderes do Ocidente que se reuniram em Tóquio. Por que então o pânico manifestado por Carter? Porque o susto do chanceler alemão, Helmut Schmidt ("Vejo grandes perigos à frente")? Por que, de repente, o clima de economia de guerra de Figueiredo? Porque não é apenas o preço do petróleo que está em questão. Se o fosse, o Governo americano não teria autorizado, dias antes do novo aumento, a concessão de um subsídio de cinco dólares por barril de petróleo importado, dando assim um estímulo à importação de mais petróleo, ao mesmo tempo que reduziu a produção do petróleo nacional.

"O preço do petróleo", disse recentemente o ministro saudita do Petróleo, xeque Yamani, "é político, econômico e financeiro". O preço econômico, como é fácil ver, já foi assimilado, ainda que com dificuldades. Paga-se a conta e pronto. O preço político também é conhecido: se não houver uma solução aceitável para o problema palestino, o petróleo vai virar arma de guerra.

Entre a guerra pra valer e a guerrilha, os árabes da Opep têm optado pela última, por apresentar menos riscos. Reduzem, por exemplo, a produção, fazendo o preço saltar para 40/50 dólares por barril no mercado livre, para em seguida restabelecer precariamente o equilíbrio do mercado. Mas também ameaçam com bloqueios no Estreito de Hormuz, no Golfo Pérsico, por onde se escoam 60% do petróleo comercializado no Ocidente — lance que provocaria um colapso fulminante na economia mundial. Em todo caso, "o que estamos vendo é apenas o começo", como declarou Yamani ao semanário londrino *World Business Weekly*.

HISTÓRIAS DA CAROCHINHA

É o suficiente para perceber que aquilo que as agências internacionais de notícias dizem que o que se diz num encontro de grandes, como este de Tóquio, são histórias da carochinha. Imagine-se lá se eles se reuniram para se comprometerem a consumir 5% menos petróleo nos próximos cinco anos, quando o paiol está por explodir. Ainda assim, houve embarcando nesta canoa dourada, quem ousasse defender o ponto de vista segundo o qual estamos pagando caro pelo petróleo porque a crise do Irã, ao reduzir a produção do País de seis para 3,5 milhões de barris diários, provocou enorme desequilíbrio entre a oferta e a demanda. Acontece, porém, que a capacidade ociosa nos demais países da Opep é grande. Nada de erros no planejamento: ao final da reunião de Genebra, num aparente gesto de boa vontade, o ministro saudita anunciou que seu País passaria a produzir mais um milhão de barris por dia para equilibrar o mercado. Atualmente, o Kuwait produz 300 mil barris a menos do que pode produzir, os Emirados Árabes Unidos, mais de 500 mil...

E tem ainda o preço financeiro. "Amontoar dólares para quê, se eles não rendem o que desejariamos que rendessem?" — diria o ministro do Petróleo do Catar, Abdul Aziz Khalifa Al-Tani. "Melhor manter o petróleo no subsolo". De fato, com o novo aumento, os países da Opep passarão a contar este ano com um superávit adicional de 120 milhões de dólares por dia. Um verdadeiro pesadelo para quem já não sabe o que fazer com o dinheiro. E com um dinheiro que se desvaloriza a cada dia. "Acompanhe o meu raciocínio", disse Yamani a um repórter do semanário americano *Business Week*, no começo de junho. "Se você não precisa de renda, você não faz o investimento. O investimento me faz acumular um excedente financeiro que eu investirei em alguma coisa em seu País, e perderei dinheiro: a taxa de retorno será menor que a taxa de inflação". Disse tudo.

VÍTIMA DO MILAGRE

A história do investimento de Yamani, porém, começa bem antes — é preciso retornar ao início para entender por que os países da Opep, em geral, não andam sófregos em busca de mais dólares, eles que de 1974 para cá conseguiram bombear para seus cofres a fabulosa soma de 550 bilhões de dólares.

Parte desta quantia foi investida em projetos de industrialização acelerada de seus próprios países, a outra parte retornou aos mercados financeiros do Ocidente. Acontece que nem todos os regimes do Islão — em boa parte feudais — se deram bem com a ingestão desmedida e súbita de petrodólares. Vítima do milagre que promoveu de forma autoritária, o xá do Irã, Reza Pahlevi caiu. E o receio de cair também levou os demais países árabes da Opep a desacelerarem os ambiciosos projetos de industrialização que



vinha promovendo, deslocando a ênfase da indústria de base para a pequena agricultura, a pequena indústria, o pequeno comércio... Tudo muito bucólico para evitar que surjam novos *Komeinis*.

Com essa desaceleração, cujo início precede, na verdade, a crise iraniana, e tem origem-reflexa na recessão econômica mundial, começaram a sobrar mais petrodólares, para desespero de seus detentores, que vêem a moeda americana perder valor dia-a-dia. A saída foi transferi-los novamente para o Ocidente, onde os países da Opep deverão buscar este ano oportunidade de investimentos para cerca de 60/80 bilhões de dólares que estão sem possibilidades de uso em suas economias internas.

Mas o pior é que tais oportunidades andam também escassas nos países industrializados. Os mercados estão saturados e já não se fazem guerras como antigamente. Nem se vai à lua. Não porque tais aventuras tenham deixado de ser excelentes oportunidades de queimar o capital sobrando, produzindo lucros para a indústria bélica, mas porque o grupo que fica de fora e não mama é igualmente poderoso e não deixa. É por essa e por outras razões que a crise atual é ainda mais grave que aquela que sobreveio à guerra do Vietnã. "A saída", dizem os banqueiros, "são os países do Terceiro Mundo", ainda por explorar. Mesmo esses, no entanto, como ocorre com o Brasil, não conseguem absorver o capital disponível, pelo menos no ritmo em que este se propõe a entrar.

O conflito é profundo: pela primeira vez desde a II Guerra, um outro poder no sistema de alianças do Ocidente, assentado sobre o controle de um produto vital, ousa desafiar a hegemonia americana, contestando-lhe o privilégio de usar e abusar de sua função efetiva de banqueiro do mundo. Ao reajustar o preço do petróleo, para compensar as perdas de receita resultantes da exportação da inflação americana, a Opep chama à responsabilidade a autoridade monetária mundial. O petróleo é o ouro negro. E isto é mais que uma imagem retórica. Como De Gaulle, o cartel recusa-se a receber papel pintado em troca de seu ouro. A menos que os Estados Unidos corrijam o desequilíbrio em seu déficit comercial, enquanto não houver

alternativas energéticas para o petróleo, o produto continuará escasso e cada vez mais caro. Exigir estabilidade para os preços do petróleo equivale a cobrar estabilidade ao dólar. Ora, o dólar parece vítima de uma debilidade incurável...

Vista do lado da conjuntura política, a crise não é menos grave. A queda do xá e a assinatura do acordo de paz entre Egito e Israel lançaram a família saudita em luta por sua sobrevivência, em meio a um ambiente político regional hostil. Os sauditas, até ontem braço armado da diplomacia americana contra Moscou, nas guerras localizadas da África, aprenderam, com a lição de Teerã, que Washington, por impotência ou cálculo, esquece-se facilmente dos amigos. Ainda: muçulmanos conservadores, os sauditas não podem aceitar o acordo Sadat-Begin, por entenderem que ele desprezita o Corão ao entregar a administração dos lugares santos (Jerusalém) a mãos infiéis. Assim, não lhes restaria — a eles que sempre jogaram um papel moderador, como aliados dos Estados Unidos no mundo árabe — senão juntar-se às demais forças do arabismo, mesmo ao preço de ter que aliar-se aos inimigos de ontem. Este é o sentido do acordo de cooperação para segurança interna assinado em fevereiro entre a Arábia Saudita e o Iraque, leigo e socializante.

A cresce, ainda, no plano econômico, que contrariamente ao ocorrido após 74, os países da Opep não deverão continuar absorvendo produtos dos países industrializados na velocidade em que o vinham fazendo. No passado, 50% dos petrodólares foram reciclados desta forma (os outros 50% também retornariam sob a forma de investimentos no exterior), contribuindo, assim, para reanimar os negócios internacionais, então desfalecidos pela recessão. Depois da revolução iraniana, porém, os demais produtores árabes de petróleo contiveram a sfoleguidão modernizante. E as previsões atuais são de que apenas 30% da receita do petróleo serão utilizados na compra de produtos do Ocidente. Isto significa que, ao contrário de 74, a fantástica transferência adicional de renda para as mãos da Opep não resultará em estímulo para retirar a economia mundial da atual recessão, mas sim para agravá-la.

Nivaldo Manzano

200 mil mortos neste "Vietnã silencioso"

Um genocídio em andamento, que até agora já eliminou 200 mil pessoas (um quarto da população) da parte oriental da Ilha de Timor, no Sudeste Asiático, está sendo cuidadosamente escondido da opinião pública internacional. As agências noticiosas, em especial norte-americanas, não entram em detalhes quando divulgam notas esporádicas e superficiais sobre a guerra desigual do bem armado exército da Indonésia contra a resistência dos guerrilheiros de Timor Oriental, que conta com apoio popular.

As denúncias sobre as atrocidades que estão sendo cometidas em Timor desde 1975 (quando tornou-se independente depois de 500 anos de dominação portuguesa), são cada vez mais freqüentes. Chegam às principais capitais da Europa encaminhadas por dirigentes da Fretilin (Frente Timorense de Libertação Nacional), e também por sacerdotes católicos, refugiados e funcionários do Governo da Indonésia. Recentemente, o ministro do Exterior da Indonésia admitiu que "80 mil pessoas da população civil" foram mortas pelo exército de Djakarta.

No outono de 1975, como conseqüência da revolução dos "cravos vermelhos", de Portugal, Timor Oriental recebeu a independência do Governo de Lisboa. Naquele mesmo ano, dia 7 de dezembro, as tropas da Indonésia penetraram no território com o objetivo de anexar pura e simplesmente o país. Encontraram, então, uma decidida resistência dos guerrilheiros da Fretilin e da população.

Timor não fica longe do Cambodja, Laos e Vietnam: pertence à mesma "área quente", o Sudeste Asiático. Embora as dimensões de verdadeiro genocídio, a intervenção do exército indonésiano não recebe das agências e grandes jornais nem uma pequena parte do interesse que, por exemplo, desperta o "drama dos refugiados vietnamitas", assunto obri-

gatório dos telejornais de domingo das grandes cadeias de TV ocidentais.

"Entre os refugiados vietnamitas, ninguém até agora foi assassinado ou atingido por violências. No Timor, já eliminaram quase um quarto da população e ninguém diz nada", comenta com amargura um jovem representante da Fretilin em Roma.

Por que esse desinteresse? Numa longa carta dirigida ao secretário-geral da ONU, o professor Noam Chomsky, respeitado pesquisador do Massachusetts Institute of Technology, observou: "Em 1975, quando o destino das colônias portuguesas era uma questão de grande interesse para o Ocidente, o *New York Times* dedicou a Timor seis colunas do seu índice anual. Em 1976, quando o exército indonésiano começou a perseguir os guerrilheiros nas montanhas, o interesse do jornal baixou a meia coluna. Em 1977, quando o massacre adquiriu proporções assustadoras, bastaram cinco linhas para Timor".

O exército da Indonésia arrasou vilas, saqueando casas e cabanas, devastou campos cultivados e destruiu colheitas. Atentos à máxima de Mao Tsé Tung ("O povo está para o revolucionário como água para o peixe; é a água onde ele se move"), os chefes militares de Djakarta deportaram populações inteiras, "suspeitas de ajudarem os rebeldes", colocando-as em vilas estratégicas, eufemismo que designa os campos de concentração. Em Dili, a capital de Timor, os suspeitos de simpatias à Fretilin são mantidos presos em porões sem janelas e sistemas de ventilação, sem qualquer equipamento sanitário, obrigados a dormirem entre montes de lixo, disputando com os ratos a comida que é atirada pelos carcereiros.

A tortura é largamente utilizada para a obtenção de confissões e informações dos prisioneiros. Algumas zonas montanhosas que são controladas pela Fre-



O exército da Indonésia invadiu o Timor em 1975

tilin, são sistematicamente bombardeadas em raids aéreos com bombas de "napalm", que destroem matas e plantações.

Desesperadas com a situação, 200 mil pessoas cruzaram a fronteira, "rendendo-se" por assim dizer às autoridades indonésias. Foram também internadas em campos de concentração, que um diplomata ocidental definiu como "infernos".

"É uma visão horripilante. São milhares de pessoas em situação desesperada. Famintos, doentes, não têm nenhuma assistência: nem alimentos, nem roupas, nem remédios. Morrem às dezenas, de doenças simples que poderiam ser facilmente curadas."

Uma missão da Cruz Vermelha Internacional que tentou socorrer essas pessoas foi proibida de entrar no país pelo Governo da Indonésia.

O semanário inglês da esquerda independente, *New Statesman*, encontrou alguns motivos para o desinteresse jornalístico por uma situação tão dramática nas pressões oficiais: "Desde o início da invasão da Indonésia, um certo número de Governos ocidentais intensificou o fornecimento de armas ao Governo indonésiano. Os Estados Unidos forneceram aviões de caça Bronco OV-10, adaptados para ações de contraguerrilha; a Holanda concordou em fornecer corvetas de alta-velocidade para reforçar o bloqueio naval de Timor; a Grã-Bretanha aprovou a venda de oito aviões BAC Hawk, concebidos para saturar extensas regiões com Napalm e desfolhantes. Os Governos australiano, francês, alemão ocidental, e japonês também estão fingindo não ver o que está acontecendo porque têm grandes interesses em jogo na Indonésia."

A denúncia do *New Statesman* pode ser acrescentado que os serviços secretos americano e australiano souberam com três meses de antecedência dos planos da Indonésia de invadir Timor, mas nada fizeram para impedi-lo. O Governo norte-

americano tornou-se cúmplice ao dar cobertura e solidariedade à ação: Kissinger, no dia da invasão afirmou numa entrevista coletiva que "entendia o ato da Indonésia".

Um alto funcionário do Departamento de Estado, George Aldrich, prestando depoimento numa subcomissão do Senado, declarou:

"Uma política hostil à anexação de Timor Oriental pela Indonésia não seria útil à salvaguarda dos nossos interesses, uma vez que é muito importante para nós mantermos boas relações com a Indonésia."

O fantasma comunista também foi devidamente usado. "A Fretilin não passa de um biombo do PC", defendeu-se um alto funcionário indonésiano ao tentar justificar a invasão.

O *Newsweek*, que também conserva discreto silêncio sobre os acontecimentos na ilha, lançou involuntariamente, no mês passado, alguma luz sobre os "nossos interesses" de que falava o funcionário Aldrich e que devem ser defendidos na Indonésia: "Três grandes empresas norte-americanas estão se preparando para investimentos maciços na Indonésia. A Weyerhaeuser Company se prepara para construir cinco grandes serrarias; a ITT está com tudo pronto para uma fábrica de telefones e centrais automáticas; a Pullman Kellogg quer instalar uma empresa petroquímica."

A ITT já tem a experiência do Chile, quando teve atuação decisiva na derubada de Allende, que prejudicava seus negócios. Sabe como agir nessas horas: os mortos de Timor, evocados de maneira muito ruidosa na imprensa internacional, poderiam provocar desagradáveis embaraços nas excelentes relações que as grandes empresas europeias e norte-americanas mantêm com um Governo tão aberto ao Ocidente como é o Governo de Djakarta.

J. A. Pinheiro Machado

O Rio Grande do Sul agora está mais perto de você.

O Rio Grande do Sul agora está mais perto de você através de uma publicação feita exclusivamente para isso.

O RIO GRANDE Semanal é o jornal de informações da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre — COOJORNAL, surgido a partir da necessidade urgente de editar um veículo

que falasse de forma independente e completa sobre o desenvolvimento deste estado, seus problemas e soluções, suas contradições, sua cultura.

Você que ainda tem laços com o Rio Grande do Sul, você que tem interesses por aqui, assine agora O RIO GRANDE Semanal.

Afinal, ele já é um retrato vivo do Sul.

Para fazer sua assinatura (fora do Rio Grande do Sul o jornal não circula em bancas) basta preencher o cupom abaixo

NOME.....
 ENDEREÇO.....
 CIDADE.....CEP.....
 ESTADO.....PROFISSÃO.....

Marque com um X a sua escolha.

Cr\$ 680,00 — Assinatura anual de O Rio Grande Semanal.

Cr\$ 800,00 — Assinatura anual de O Rio Grande Semanal

mais uma assinatura anual do cooJORNAL

Envie cheque nominal ou vale-postal para
cooJORNAL Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre
 Rua Comendador Coruja, 372
 90000 — Porto Alegre — RS



COMPRE OS SERVIÇOS DA COOJORNAL

Compre os serviços da Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

A Coojornal é a maior equipe de profissionais-jornalistas de todos os setores de imprensa. Além disso, tem um dos melhores núcleos industriais do estado para a produção gráfica e jornalística.

Conte com a Coojornal em:

Serviços fotográficos
 Departamento fotográfico, com laboratório próprio e fotógrafos com formação jornalística e publicitária.
 Arquivo a cores e P&B e serviço de audiovisuais.

Serviços industriais

Nosso núcleo industrial está operando com modernos equipamentos de fotocomposição e fotolitagem, uma completa unidade preparada para atender a necessidade de fotolitos P&B e seleção de cores. Produção e impressão off-set de material jornalístico, em qualquer tiragem, formato e padrões gráficos.

Serviços gráficos e visuais
 Arte, lay-outs, produção de capas de livros, logotipos, folhetos, prospectos, cartazes, programação visual, malas-diretas, etc..

Serviços editoriais
 Planejamento, execução e produção de jornais, revistas e boletins de empresas e entidades de classe.
 Edição de revistas, livros, jornais, anais, relatórios e quaisquer outras publicações, especializadas ou não.

Consulte hoje mesmo a Coojornal sobre preços, prazos e condições.

cooJORNAL

COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.
 Rua Comendador Coruja, 372
 Fones: 33.5990 e 33.5099 — Telex (051)1605
 90000 — Porto Alegre — RS

"Até Somoza seria bem recebido"

O desterrado ex-Xá do Irã, Reza Pahlevi, e o recém-derrubado ditador nicaraguense, Anastácio Somoza, não teriam dificuldade em asilar-se no Brasil, com todas as despesas pagas, se dependesse do governador catarinense Jorge Konder Bornhausen. Talvez eles fossem instalados no Palácio Cruz e Souza, em Florianópolis, que para o arripio do povo catarinense — recebe agora os preparativos para uma próxima visita do não menos comedido governador paulista Paulo Salim Maluf. A exemplo do que ocorreu com as despesas feitas pelo ditador paraguaio Alfredo Stroessner em março deste ano — e como fatalmente ocorrerá com as despesas de Maluf as mordomias de Pahlevi e Somoza seriam pagas pelo Governo do estado com recursos da verba destinada a estudos técnicos e científicos.

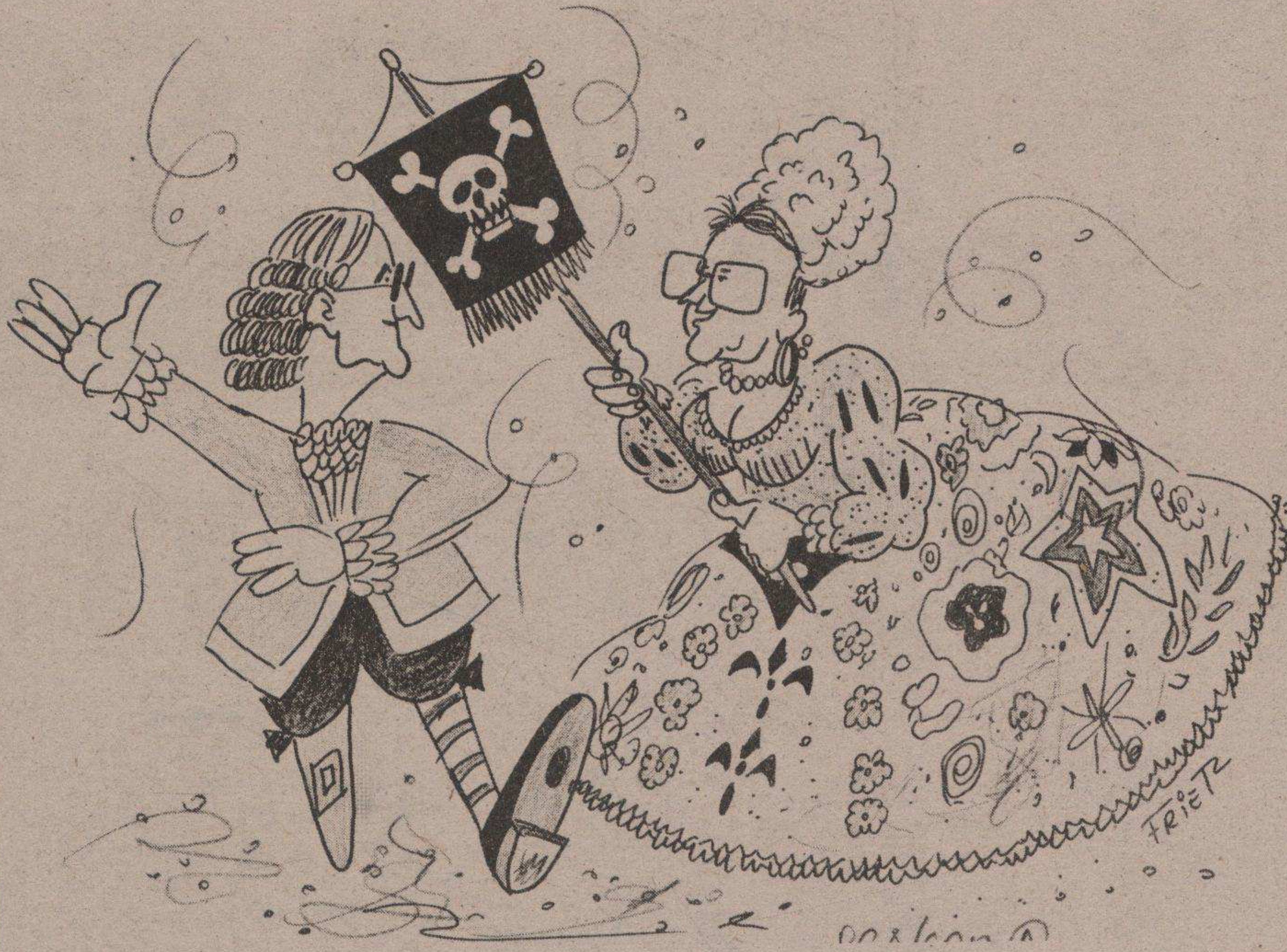
Depois de ter assistido à posse do general João Baptista Figueiredo na Presidência da República, em Brasília, Stroessner, grande apreciador da pesca, promoveu, com mais 28 companheiros, uma mordomesca pescaria em águas de Santa Catarina. E o então governador Antônio Carlos Konder Reis, primo de Konder Bornhausen, deu instruções para que o Tesouro do Estado pagasse as férias do ditador paraguaio.

O escândalo veio a público justamente no momento em que o já empossado governador Jorge Konder Bornhausen regressava do Paraguai, onde fora retribuir a visita de Stroessner. Diante da denúncia apresentada pelo deputado Francisco Kuster, líder da Oposição na Assembléia Legislativa, Bornhausen não hesitou em considerar inteiramente lícito o pagamento. E aproveitou a ocasião para afirmar que até mesmo se o então ditador da Nicarágua, Anastácio Somoza viesse a Santa Catarina "o Governo recebê-lo-ia com todas as honrarias, para que a hospitalidade brasileira não fosse colocada em questão".

FATO CORRIQUEIRO

Embora tenha sido trazido a público no mesmo dia em que a Assembléia Legislativa, de maioria arenista, aprovou as contas do último ano do Governo Konder Reis, o escândalo catarinense só poderá ser discutido tecnicamente no ano que vem. Somente em abril de 1980 será examinado o relatório das contas do Governador relativas ao exercício de 1979, incluindo as despesas feitas por Stroessner, ou sem conseqüência de sua visita.

Mas será difícil demonstrar a ilegalidade desses pagamentos, já que a própria legislação revolucionária, sin-



tomaticamente, não deixa brecha para exames mais apurados das despesas governamentais. Até hoje, por exemplo, o Congresso Nacional encontrou os maiores obstáculos para fazer cumprir o artigo 45 da Constituição. Segundo esse artigo, "a lei regulamentará o processo de fiscalização, pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, dos atos do Poder Executivo, inclusive os da Administração Indireta. Assim, ficou também prejudicado o artigo 70, que estabelece: "A fiscalização financeira e orçamentária da União será exercida pelo Congresso Nacional mediante controle externo e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo, instituído por lei".

NOS TRIBUNAIS

De um modo geral, é no Tribunal de Contas da União e dos estados que estouram os escândalos administrativos envolvendo má utilização dos recursos públicos. Esses tribunais são encarregados do controle externo a que se refere a Constituição, emitindo parecer prévio sobre as contas do Presidente da República e Governadores para julgamento da Câmara dos Deputados e Assembléias Legislativas.

Até agora, entretanto, essas Casas não conseguiram instituir assessorias técnicas para lhes dar condições de atuarem mais intensamente. Na Câmara dos Deputados não faltaram iniciativas nesse sentido, especialmente por parte do emedebista fluminense Walter Silva e do ex-deputado cearense Parsifal Barroso, arenista, hoje no Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Por outro lado, é praticamente impossível a expedição de um parecer prévio contrário às contas dos chefes de Executivo. Não só porque os membros do Tribunal de Contas são por eles indicados, mas, e principalmente, porque na maior parte das vezes designa-se para

relator alguém da mais alta confiança dos governantes.

OS LAUDATÓRIOS

Um exemplo disso são as contas de 1977, aprovadas pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina no exato momento em que era trazido a público o escândalo da mordomia de Stroessner. Elas foram relatadas pelo conselheiro Nelson Pedrini em apenas 10 dias. Em seu parecer, logo de início, Pedrini assumia o compromisso: "Procurarei cumprir a determinação funcional com inteira isenção, mas com grande prazer. Isenção e prazer que se consubstanciam na realidade dos atos de Governo que tive a ventura de viver dia-a-dia, nos anos de 1975, 1976 e 1977 na qualidade de deputado, e no ano de 1978, na condição de Conselheiro desta Corte de Contas.

E inicia o retórico laudatório: "Se, como deputado, vivi todos os instantes da elaboração administrativa, como líder do Governo (sessões legislativas de 1976 e 1977) vivi a própria intimidade administrativa do Governo. Sendo, pois, testemunha do empenho, do zelo, da probidade e do inexcedível amor à causa pública que informaram todos os atos e decisões adotadas pelo ilustre Governante. No ano de 1978, já em outro campo de trabalho, pude acompanhar, diuturnamente e nos mínimos detalhes, a maneira correta e exemplar da aplicação dos recursos públicos na execução orçamentária e financeira, voltada ao desenvolvimento econômico e social do estado".

Terminada a louvação da aplicação dos recursos públicos, Nelson Pedrini concluiu: "Depois de ter manuseado as 570 folhas que compõem este processo de prestação de contas, o Relator, verificando números, percentuais, projetos e realizações, pode concluir e, face a tudo o que consta nos autos, face à

análise técnico-contábil e diante da avaliação de resultados a que procedeu, proclamar perante seus eminentes pares desta Corte de Contas que são corretas e lisas as contas agora em exame".

MAIS LOUVAÇÃO

O ex-líder do Governo não esteve sozinho em seu relatório — laudatório. Em voto e em separado, o ex-deputado Saul Oliveira fez questão de usar sua retórica para a louvação. Inicialmente ressaltou ter "subtraído a bonita expressão" do Relator "por também ter sido daqueles que, no exercício de 1978, teve a honra e a felicidade de conviver nesse Egrégio Tribunal, sentindo as suas altas preocupações e alta dignidade nos pronunciamentos dos feitos em julgamento nesta Corte".

E foi adiante: "Realmente, as peças constitutivas do processo ora em apreciação e julgamento mereceram, dos nossos órgãos técnicos, a mais rigorosa e acurada análise nos seus aspectos legais, financeiros, patrimoniais e orçamentários, cujas conclusões vieram a conduzir à brilhante proposição de voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator. Dessa maneira, entende também esta Procuradoria Geral que esta Egrégia Corte, no seu melhor entendimento, poderá recomendar à Augusta Assembléia Legislativa a aprovação das contas, do exercício de 1978, do Governo do Estado de Santa Catarina".

Colocado em votação pelo Plenário da Assembléia Legislativa, o relatório das contas do governador Antônio Carlos Konder Reis teve rápida aprovação por maioria. Houve apenas um voto contrário: o do deputado Manuel Carlos de Souza.

OS PRIVILEGIADOS

Em abril de 1980, as contas relativas ao exercício de 1979 deverão ter, fatalmente, parecer favorável à aprovação pelo Tribunal de Contas. A despeito da discordância sistemática do deputado Manuel Carlos de Souza, a exemplo do que fez, há quase um decênio, o emedebista Walter Silva na Câmara de Deputados quanto às contas do Presidente da República.

Isto porque, nos últimos dias de seu Governo, Antônio Carlos Konder Reis tratou de transar a entrada dos parlamentares federais Dib Cherém e Vilmar Dalanhól (derrotados nas eleições diretas de dezembro de 1978), para o Egrégio Tribunal de Contas do Estado. Foi fácil o negócio dos primos: na estranha qualidade de governador-eleito, Jorge Konder Bornhausen — convocando extraordinariamente a Assembléia Legislativa através do sainte Antônio Carlos Konder Reis — fez as indicações, devidamente acompanhadas das razões que o convenceram a recomendá-los: "O primeiro abriu mão de sua candidatura à reeleição, e o segundo se dispôs a disputar a eleição majoritária, não obtendo o êxito que esperávamos".

Archibaldo Figueira

RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: Fone:
Endereço:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:
Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 220,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 - Porto Alegre - RS - 90.000
Fones: 21.8984 e 24.0951

Desejo receber o Coojornal a partir do nº

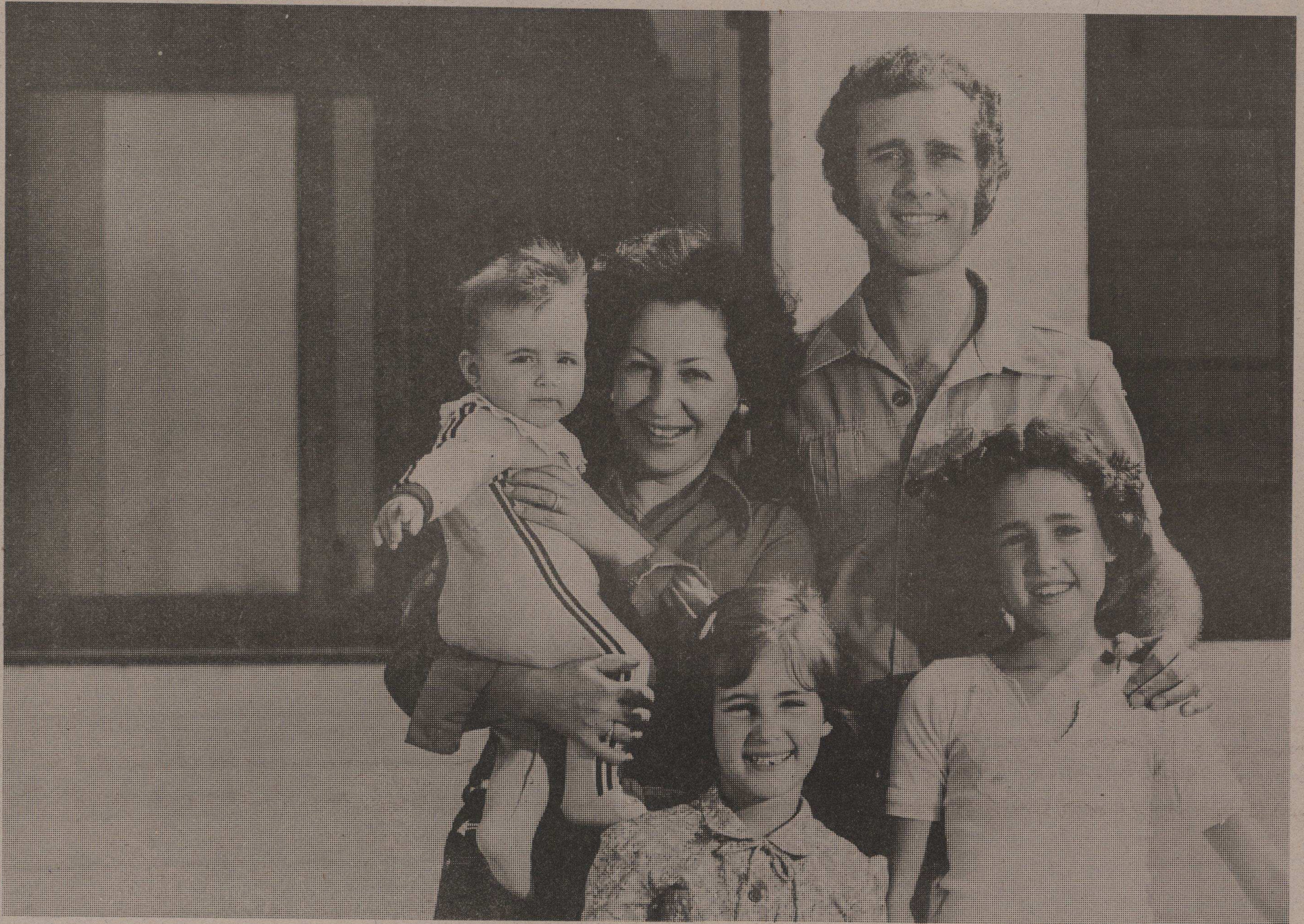
Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 - entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: Fone:
Endereço:
Bairro: CEP: Cidade:
Estado: Profissão:
Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros Estados no mesmo dia em que ele vai para as bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL

CPI em Nova Tramandaí.



Esta comissão revela os resultados do veraneio.

Muitas famílias passaram o último veraneio em Nova Tramandaí. Entre elas, Seu João Renato, Dona Vera e seus três filhos. Foi um teste e tanto. E o pessoal da Kury & Padilha resolveu chamar carinhosamente de Comissão "Particular" de Inquérito. No final da temporada, os comentários foram os mais favoráveis. "Pela primeira vez na vida um veraneio sem faltar água nem luz

um só minuto", comentou Dona Vera. "Tranquilidade total", definiu Seu João Renato. E a vibração foi tomando conta do casal. "Para as crianças foi um paraíso. Pintaram e bordaram com a maior liberdade". "Vamos aproveitar também durante o ano". "Eu dizia pra Vera, vamos que tu não vais te arrepender, se a empresa prometeu que a praia vai

ficar pronta, vão cumprir". "A gente logo vê que Nova Tramandaí foi feita por pessoas muito responsáveis". E estava concluída a CPI.



Kury & Padilha Ltda.

Informações e vendas:
Zona Nova Serviços Imobiliários
Porto Alegre: Rua 24 de Outubro, 1280
Fones: 22.3411 e 22.3414
Tramandaí: no local.



Luis Humberto



Said Fahrat: "Dêem um tempo para a gente trabalhar"

Ministério da informação e da propaganda

O Governo diz que criou a Secom "para o bem". Mas os jornalistas de São Paulo já tiveram uma péssima experiência com ela

Para o Governo — que criou o anteprojeto e conseguiu sua aprovação a toque de caixa — a Secretaria de Comunicação Social, Secom, é um órgão que tem finalidades patrióticas. Em primeiro lugar, deve informar o povo sobre as ações do Executivo e motivá-lo a participar de atividades de interesse nacional. Além disso deve promover, no exterior, um melhor conhecimento da realidade brasileira.

Mas para a Oposição que não conseguiu impedir sua criação, nem sequer aprovar todas as emendas que apresentou — essa Secretaria é uma cópia do Ministério de Propaganda de Hitler, ou a ressurreição do famigerado Departamento de Informação e Propaganda (DIP) do Estado Novo.

PARTE DO SISTEMA

Na verdade, a Secom, criada em maio deste ano, e para a qual o Ministério do Planejamento já abriu um crédito de Cr\$ 100 milhões, faz parte — junto com a Agência Nacional e a Radiobrás — do Sistema de Comunicação Social montado pelo ministro Said Fahrat, da Comunicação Social. Esse sistema centralizará a coleta de informações e divulgará as notícias oficiais do Governo, seja na área federal, estadual ou municipal.

A primeira crítica feita pela Oposição à idéia da criação dessa espécie de ministério de informação e propaganda no

Brasil refere-se ao prazo de discussão do projeto de lei, que tramitou no Congresso Nacional em ritmo de galope. Enviado ao Congresso em 29 de março deste ano, pelo presidente João Baptista Figueiredo, em maio o projeto já estava aprovado, aproveitando um cochilo da liderança emedebista. Antes mesmo de criada a Secom — queixa-se o MDB — o ministro Said Fahrat já havia sido escolhido para nova pasta, agindo como tal, desatento a quaisquer limitações, como se não dependesse do pronunciamento do Congresso.

Denunciando esse caráter homólogo atribuído ao Legislativo, o MDB conseguiu muito pouco durante a fase de debates e discussões no âmbito do Congresso. Os deputados apresentaram 16 emendas (cinco do MDB e 11 da Arena). Dessas emendas, apenas três foram aceitas pelo relator da Comissão Mista que discutiu o anteprojeto, senador Henrique de La Rocque. O próprio La Rocque se encarregou de sugerir mais quatro que acabaram incluídas no texto definitivo.

MOLDES NAZISTAS

É nesse documento que o MDB denuncia a Secom como "um órgão criado nos moldes do velho ministério de propaganda de Hitler, quando Goebbels era o porta-voz do totalitarismo nazista". A Secom também foi vista, no documento, como uma "ampliação da Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República" ou como "a ressurreição do Departamento de Informação e Propaganda do Estado Novo".

Uma coisa é certa: a Secom tem tudo para ser eficiente. O ministro Said Fahrat não pode ser considerado como inexperiente no campo da publicidade e da informação. Ele já foi presidente da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) e proprietário da revista Visão. Apolônio Sales, o novo diretor-presidente da Agência Nacional, é irmão do famoso publicista Mauro Sales e ex-presidente da S. Interamericana de Publicidade. Por sua vez, J. Silvestre, o diretor-presidente da Radiobrás, não precisa de apresentação. É famoso como apresentador de programas de televisão com audiência nacional.

O sistema de Comunicação Social vai abranger também os estados e municípios, na medida em que a lei faculta à Agência Nacional a realização de convênios, acordos, contratos ou ajustes com essas unidades da Federação para a concretização de suas funções de coleta de informações e divulgação do material jornalístico. E a Radiobrás vai explorar os serviços de radiodifusão do Governo Federal, implantando e operando suas próprias redes de repetição e retransmissão.

Depois que a Agência Nacional for transformada na Empresa Brasileira de Notícias, Apolônio Sales, pretende agilizá-la para que seu noticiário seja tão veloz e dinâmico quanto os noticiários dos jornais. Essa empresa vai elaborar também os elementos recolhidos e colocá-lo em forma final de texto, som ou

imagem, distribuindo o material preparado à imprensa, às emissoras de rádio ou televisão e aos cinemas.

"Hoje a Agência Nacional é uma estrutura viciada" — diz o ministro Fahrat. Ele pretende "acabar com isso e colocá-la nos eixos, para que possa funcionar como uma verdadeira empresa". Para que se tenha uma idéia de seu poder, a Agência nacional dispõe atualmente de telex-ponta a ponta com quase todos os jornais do país e agências subsidiárias em quase todos os estados da Federação.

Funcionando como empresa, a antiga Agência Nacional vai contar com recursos provenientes de dotações orçamentárias, de documentários que possa fazer sobre obras e empresas do Estado, da venda de notícias e das comissões da publicidade do Governo. A chamada publicidade legal corresponde à publicação de avisos, balanços e relatórios.

SE QUISER; BOICOTA

Sales, imediato de Fahrat, nega que a Secom pretenda manipular a opinião pública ou exercer pressões sobre os jornais através da publicidade oficial: "A posição do Governo será a mesma de sempre. Se quiser, boicota, como temos exemplos históricos. Para fazer isso, sempre bastou falar com as agências de publicidade e, imediatamente, os jornais eram afetados. Mesmo sem a Secom isso já existia".

E Fahrat atribui a criação do órgão à abertura política: "Se não tivesse abertura, não precisava. Num regime fechado, num regime onde haja censura à imprensa, o Governo diz o que quer, todo o mundo pública e ninguém faz críticas". Diante da comparação com Goebbels e com o ministério de propaganda de Hitler, Fahrat pede a seus críticos que "esperem pelo menos que a gente faça alguma coisa antes".

De qualquer maneira o Ministro reconhece que existe na Secom um "potencial para o mal", assim como também existe um "potencial para o bem". E dá exemplos desse potencial: "A promoção do esporte amador, o fortalecimento do sentimento de patriotismo do povo brasileiro". Ele garante também que, durante um processo eleitoral, a Secom vai promover a idéia de votar e não a idéia de "votar num determinado candidato".

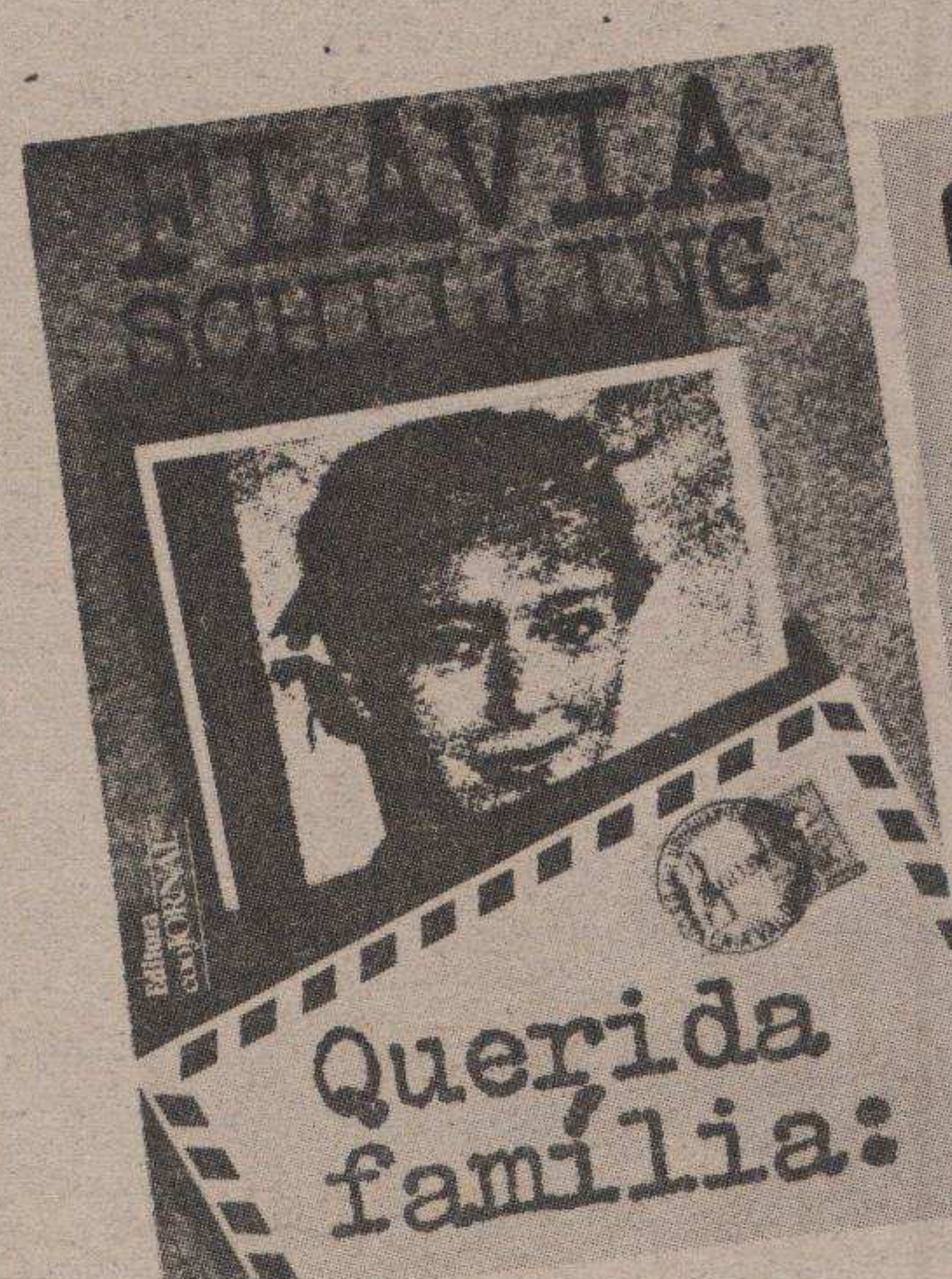
Além de informar, a Secom pretende "facilitar a compreensão do povo sobre as medidas tomadas pelo Governo e sugerir determinados tipos de comportamento a serem adotados pelo público". Por exemplo: ajudar a combater a inflação comprando em lojas mais baratas, optar por alimentos mais baratos e finalmente reduzir seu consumo.

Em maio último, com apenas uma semana de existência legal, a Secom deu a primeira amostra do que vai ser na prática. Em plena greve dos jornalistas de São Paulo, o Ministro convocou uma reunião com todos os assessores de imprensa dos Ministérios para explicar-lhes que o Governo não estava em greve. E através de um ofício encaminhado aos assessores solicitou que a produção de releases fosse aumentada com o objetivo de abastecer os jornais paulistas, afetados em seus noticiários pela greve.

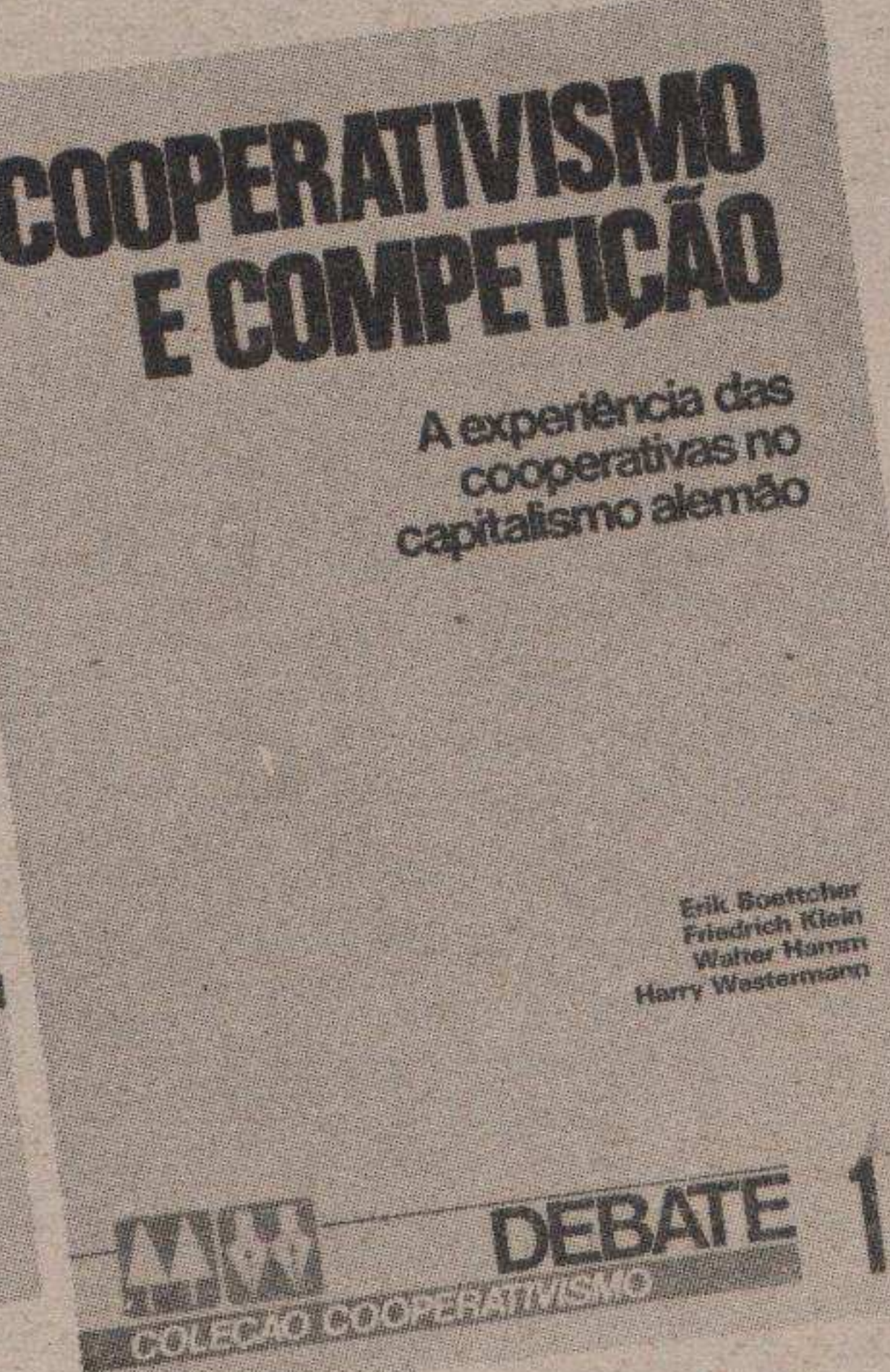
E não parou por aí. Através da Secom determinou que os releases fosse enviados diretamente dos Ministérios para as redações dos jornais de São Paulo, para evitar os piquetes feitos nas assessorias pelos jornalistas que aderiram à greve. O diretor executivo da Agência Nacional, José Carlos de Andrade, reconheceu haver dispensado um tratamento diferenciado, em termos de informação e rapidez, aos jornais paulistas.

Os cuidados de Said Fahrat com os jornais de São Paulo foram mais além. Durante a greve O Estado de S. Paulo acabou sendo furado pois não divulgou as diretrizes de ação da Secom. Para compensar esse furo, o Jornal da Tarde — também pertencente à família Mesquita — recebeu um presente especial de Fahrat, antecipou, em artigo assinado pelo jornalista Carlos Chagas, os critérios do Governo na concessão da anistia. Isso ocorreu no quinto dia de greve.

Portanto, uma das grandes lições que os jornalistas tiraram do movimento é que, a partir de agora, a Secom passou a representar um perigo real e um forte instrumento contra as greves na imprensa brasileira.



Querida Família
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguayos.
Cr\$ 70,00



Cooperativismo e Competição
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão
Erik Boettcher, Friedrich Klein, Walter Harms, Harry Westermann
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte(s) livro(s):

..... exemplar(es) — Querida Família

..... exemplar(es) — Cooperativismo e Competição ao preço total de Cr\$, 00.

Nome

Rua Bairro

Cidade

CEP..... Estado

Assinatura

✂ Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



Em nome da terra, do homem, da vida.

Em 1929, quando a Samrig começava, investir na terra e no trabalho do homem do campo era, no mínimo, um gesto corajoso. O mundo estava em crise e ninguém arriscava no amanhã. A Samrig investiu e arriscou. Com um capital de "doze mil contos de réis", montava o seu primeiro moinho de trigo, em Porto Alegre, e começava a produzir farinha. Ao longo de sua caminhada, a Samrig nunca esqueceu o exemplo dos que trabalham na terra e transformam em riquezas os dourados frutos de nosso solo. Sua serena esperança a cada amanhecer,

sua luta diária na batalha da produção de alimentos. E nesta trilha de pás e enxadas, de homens e máquinas, a Samrig construiu a sua história. Substituiu o trigo pela soja, implantou silos, construiu armazéns e terminais de exportação, cresceu, montou o maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, e hoje, 50 anos depois, produz milhares e milhares de toneladas diárias de alimentos, para consumo interno e para exportação. Com muita responsabilidade. Em nome do progresso desta terra, do trabalho do homem do campo, da vida e da felicidade das pessoas.



Há 50 anos participando da vida de nossa gente.

De volta ao Rio

"Insiste em ti mesmo.
Nunca imites"
(Emerson)

Voltando ao Rio, depois de uns quinze dias vivendo num litoral sossegado, lá em Jacaraípe, no Espírito Santo. Morando a uns cem metros do mar, ouvindo o barulho eterno das ondas, da janela do meu quarto. Imaginem, uma casa em que ainda se pode criar cachorros e lá havia quatro, bastante firmes — Sol, Maré, Quino e Tati. Três pastores alemães e um viralatas branco, enorme, o tal tati. Claro, o mais simpático, independente, rueiro.

Foi chegar ao Rio e passar uns três-quatro dias brigado com esta cidade. Ela fede. Quem chega pelo Galeão vai sendo ofendido pelos maus cheiros do Rio de Janeiro — Ilha do Governador, Favela da Maré, Avenida Brasil, São Cristóvão, fedorentos como poucas áreas poluídas que já vi. Não só o nariz se ressenete, ai dos que têm memória ofativa! Mas os olhos. Um sal da poluição começa a aporrinhá-los e botam-se irritadiços. Também, pudera. Logo de cara, saltando do avião, o usuário já se depara com aquela máfia tupiniquim, a nojenta exploração dos táxis para o trazerem de volta a Copacabana. Por menos de duzentos cruzeiros, os sabidos não o colocam na Zona Sul da cidade. Como se está a ver, mal se pisa em terra firme, este é o meu Rio de uma exploração macabra, sem-vergonha, fuleirosa. Graxenta.

Então, são três-quatro dias brigando, deplorando a paisagem. Visto lá do alto, do avião, que devastação monstruosa fizeram com o Rio de Janeiro! É a obra desses prefeitos filhos de emigrantes, sem nenhuma raiz profunda aqui na terra e que Brasília nos impõe, sem que ninguém os eleja. Exatamente para machucar, judiar, aviltar e avelhacar o Rio de Janeiro. São calhordas milionários de segunda geração. Isto é, piores que os pais, uns emigrantes famélicos que chegaram aqui com uma mão na frente e outra atrás, mas com a dignidade do trabalho. Deram um duro dos quatrocentos capetas e se arrumaram na vida. Já os filhos, saídos, sabidos e quiquiriquis, doutores, meio macunaimas e meio Leonardos Pacas, assim que empossados se metem a viajar para o exterior a fim de ficarem sabendo o que fazem os prefeitos de lá. Então, voltam mais doutorais, europeizados e embebecados. Quiquiricando de donos da verdade urbanística. Enfiam nesta cidade uma porção intrincada de viadutos, trevos, mirabolâncias de que qualquer cidadão decente ou pessoa de bem não pode gostar. Entopem a cidade com obras que oneram, mutilam e vão acabando com o que nos resta de identidade. Deplorável é hoje o Rio visto do alto. Fedorento

é o Rio cá em baixo. Quem responderá por estes crimes do chamado urbanismo moderno?

Sem xenofobia. Mas bate uma ojeriza definitiva por esses filhos de emigrantes que chegam ao poder no Brasil — Deus, o Capeta e as forças auxiliares saberão explicar como eles chegaram lá. Comportam-se como um bando de negociatas sem raízes, sem emulações nativas, sem sentimento de brasilidade, falando em tecnocracia como salvação do mundo e, o pior, exibindo uma patente falta de vergonha na cara. No fundo, conluídos à especulação geral, emporcalharam o Rio de Janeiro.

Aliás, não só o Rio, hoje decadentoso e outrora maior paixão que esta curta vida até agora teve. A verdade é que as cidades brasileiras não dão mais alegria a ninguém. Depois de um ano sem ir ao Espírito Santo, o que vi foi uma Vitória à mercê da corrupção deslavada de toda sorte de especulações. Espigões por todo o lado, enchente da indústria automobilística que de nacional não tem sequer o nome, multinacionais conluídas à empresa de capital misto. A cidade já tem, por exemplo, presepadas incríveis do comércio japonês, chegou ontem. O que Vitória tem de japoneses recolonizadores não está em nenhum caderninho. E os problemas sociais começam a gritar, favelas enormes empencam-se aos morros, infância abandonada pedindo nas ruas. Capixaba passou a ser escrito com *ch*. Não entendo por quê. A política, então, é fazendária. Vive-se num regime de capitania hereditária, sem tirar nem pôr. Aliás, sob esse aspecto, o país parece ter regredido duzentos anos.

Aqui no meu retorno ao Rio, fiz a besteira de ler um livro que me enfiou de cabeça na depressão que esta cidade ainda me causa, *O Jornal de Antônio Maria*. Puxa, o cara foi, a seu jeito, uma espécie de Baudelaire nativo, uma sensibilidade rara no seu sentimento brasileiro remontando às melhores raízes. Além de tudo, teve a marca dos grandes intérpretes do Rio — Sérgio Porto e Afonso Henriques de Lima Barreto, homens que não apenas se bateram pelas dignidades restantes a esta cidade, mas deixaram nela suas vidas, ralaram a pele pelo caminho, todos os três, Lima, Sérgio Porto e Maria, morrendo na casa dos quarenta anos.

Um homem que soube rir de si mesmo, isso é importante. Uma vez, no antigamente famoso na noite de Copa, o *Vogue*, um cantor renitente quis bajular Maria e deu para cantar um de seus sambas. Antônio Maria, de estalo, se pôs a parodiar o samba:

"Ninguém me ama,
Ninguém me quer,
Ninguém me chama
De Baudelaire."

Ora, cantor chato! O que Maria pegou em vida, como pouca gente, foi a nossa saudade, a nossa preguiça, a nossa melomolência luso-afro-tupiniquim, o nosso jeitinho e a nossa sensualidade moleque. Mas captou também o sabor da nossa média-com-pão-e-manteiga.

Mas o terrível, o pior, dessa minha volta ao Rio, é ver que ninguém mais gosta, de coração, do Rio de Janeiro. Virou uma cidade de provisoriados. De gente vivendo em estado de provisoriado. Até paulista não gosta mais do Rio, a que ponto se chegou... A cidade não tem mais defensores fortes, gente de talento e garra, de risco e de paixão, gente tocada nos brios do santo mau comportamento. Os de hoje andam tão bem comportados e se safando muito — e bem — neste salve-se-quem-puder, neste cada-um-por-si-e-Diabo-para-dividir. Não homens fortes. Não se pode, nem de longe, comparar ninguém a um Sérgio Porto. Nem se queira que alguém chegue aos pés de um João do Rio ou de um Lima Barreto. Cadê um J. Carlos? Não. Sem dúvida falta fibra a estes intérpretes de hoje. Há carência de quilometragem lida, vivida, amada e sofrida. Onde os amigos do Rio de Janeiro, se os seus intérpretes não estão saindo às ruas, onde a alma popular, já não pode ser tão encantadora? Falta alguém que, letrado, saia e pegue um ônibus 464, lotadinho às cinco horas da tarde ou se enfie num subúrbio da Central. Ou mesmo que ande a pé por esta cidade.

Aliás, na lista das qualidades negativas do intelectual aqui da terra, há um capítulo tenebroso. O letrado não sabe onde fica a rua. E nem o cheiro que o povo tem.

O que me salvou da depressão foi uma carência que se tinha aqui em casa. O misticismo doméstico estava precisando de uma vela de sete dias e um frasco de guaraná em pó. Posso até não concordar com certas superstições, mas respeito todo o tipo de magia. Então, meti uma roupa, a sandália velha, e me toquei para o centro do Rio de Janeiro. Fui à Rua do Ouvidor e estiquei, lento, driblando pessoas e tráfego, até o coração largo da Avenida Marechal Floriano. Sofri na Ouvidor, pois a especulação imobiliária, feroz e funesta, continua nem querendo saber. Havia derrubado sem pena e sem maiores exames, a maravilhosa "Casa do Pará", onde sempre este aqui entrava quando passava por ali, e se demorava a olhar as curiosas porcelanas, os produtos do Norte e do Nordeste, aquele mundo de sonho e fantasia ou de beleza simples que a nossa época, tão imediatista e competitiva, tão energúmena, já não pára mais para ver. Ficava que ficava na "Casa do Pará", comprava ou não comprava o meu mate, comprava ou não o meu guaraná em pó ou um tro-lo-ló qualquer para presentear. Depois, sempre se namoricava preguiçosa e gostosamente alguma mulata balconista.

Apesar da devastação, sobra bastante aquele quê do centro do Rio. Na Rua Uruguaiana, você ainda toma um café ou uma média-com-pão-e-manteiga sentadinho, como um homem decente. A Rua Gonçalves Dias tem, firme, a Confeitaria Colombo e uma leiteria amiga, onde você toma os seus ovos quentes, mingau ou torrada Petrópolis. Honesto, limpo, quase caseiro. Caseiro, também, já seria a perfeição. Lá fora, a rua ainda expõe mulheres de se olhar e parar. A sensualidade é oleosa e sapeca — só os muito mestiços e amulados entendem a negritude que ginga, matreira, elegante, mui dissimulada da morenice eterna. Mas você é um só, meu camarada ganancioso, ciumento, pretensioso. E lhe resta a sabedoria, ou covardia, de estar consciente de que o mulherio lindo a terra um dia vai comer.

Ali no finalzinho da Gonçalves Dias, no Mercado das Flores, ainda se toma sentado, com dignidade, uma média com sua torrada canoa. Ou uma loira gelada ao cair da tarde. As últimas horas da tarde carioca no centro, nunca muito louvadas, sugerem amores e desvãos, além de bebidas de tampinha, a cerveja, a boa cachaça de garrafa, a cerveja preta. Ainda não se faz hora das bebidas de rolha, responsáveis e sérias. Também, não é hora dos cachaças inveterados.

Depois, estirei ao comércio de portas largas da Rua do Acre e da Floriano. Sim, ainda existe. Você entra num sebo daqueles ou numa daquelas casas de materiais elétricos ou de umbanda, e cai num mundo novo, insuspeitado.

Longe da praia, são as melhores tardes que se pode viver agora neste meu Rio de Janeiro.

Pronto. Quase tudo está dito e pode a noite chegar e baixar sobre mim. Vivi um dia e, posso não estar puro. Ninguém, afinal, é perfeito. Perfeito, ninguém está. Nem quando de banho tomado. Mas diria que estou estival.

JOÃO ANTÔNIO
Copacabana, 25 de junho de 1979.



João Antônio

Espaço para a oposição violenta?

O projeto de anistia do Governo, mais do que a "avareza" na concessão — de que falou o advogado Raimundo Faoro — apresenta um perigo: marginalizar uma faixa importante da oposição de esquerda brasileira, que no passado participou de ações armadas. Isto é: pode criar uma oposição clandestina, violenta.

Não é pequeno o número de militantes de esquerda que fizeram parte de organizações que teorizaram e levaram à prática ações armadas e que hoje, no exterior, lutam para voltar ao País. Querem voltar, na maioria, para se integrar a uma nova sociedade democrática. Alguns, profundamente atingidos pelas experiências traumáticas que viveram, na prisão ou mesmo no decurso das "ações", simplesmente desistiram da política. Trabalham de camareiros, garçons, limpadores de banheiros na Alemanha ou na Suécia e querem apenas voltar para trabalhar no Brasil.

É o caso de R., que participou de duas ações armadas — uma delas assalto a banco. Uma "não pegou nada", pois acabou absolvido, mas na outra teve uma condenação pesada. A anistia proposta ao Congresso não o beneficia:

"Eu tinha muita vontade de voltar ao Brasil e atuar politicamente num sindicato ou militando num partido político legal de orientação progressista. Mas se voltar, mesmo depois dessa anistia que está aí, me pegam e não me soltam mais. Acho que aquelas ações armadas foram um equívoco histórico, num momento de crise muito forte da sociedade brasileira. E não parou de fazer mal até agora: quanta gente quer voltar e não pode?"

Essas pessoas são "criminalizadas" pelo projeto de anistia. O perigo, advertia ainda na semana passada um exilado que está incluído no projeto-Figueiredo, é criar um "setor clandestino" da oposição, ao qual é negado o terreno da luta democrática legal. A vantagem da anistia geral, abrangendo inclusive os chamados terroristas é esta: tira o espaço político da oposição violenta.

A. Pinheiro Machado, de Roma.)

Maluf e Delfim: juntos até aonde?

Uma dobradinha Paulo Maluf — Delfim Netto?

Esta hipótese tornou-se plausível depois que o governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, nomeou secretário da Agricultura Eduardo Carvalho, um dos mais expressivos dos *Delfin's boys*, em substituição a Eduardo Diniz Junqueira, líder cooperativista que não aceitou presenças para nomear técnicos aqui e ali.

Com a posse de Eduardo Carvalho, ex-chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda na época do "milagre econômico" comandado por Delfim Netto, o atual ministro da Agricultura soma dois *Delfin's boys* no Governo paulista. O outro é Afonso Celso Pastore, secretário da Fazenda.

Melhor explicada, a dobradinha Maluf — Delfim seria destinada a funcionar em dois sentidos: 1) em âmbito estadual, para neutralizar a ascensão política de Olavo Setubal, ex-prefeito de São Paulo, que pretende ser governador nas eleições diretas de 1982, e também impedir o avanço na administração paulista de outros políticos, como Laudo Natel, Adhemar de Barros Filho, Abreu Sodré e Rafael Baldacci, todos com pretensões de se tornarem governadores; 2) em âmbito nacional para reforçar o trabalho de Delfim Netto no Ministério da Agricultura, que precisa de bons resultados agrícolas para se consolidar, e também melhorar a penetração de Maluf nos esquemas federais.

Walter Moraes

Os bancos estão fascinados com a "ênfase agrícola"

De repente, algumas pessoas começam a se dar conta: os bancos brasileiros vão ganhar dinheiro com a falada "ênfase agrícola" do Governo Figueiredo.

Um dos primeiros a abrir a boca foi o economista Carlos Lessa, da Unicamp. Dia 17/5/79, numa entrevista à *Gazeta Mercantil*, de São Paulo, ele afirmou que os principais beneficiários da prioridade agrícola do Governo Figueiredo serão os grandes conglomerados financeiros, que encontrarão na agricultura, principalmente nos pequenos e médios produtores, um novo espaço para especulações.

Também já falou no assunto o economista Fernando Homem de Mello, da Universidade de São Paulo. Numa entrevista à revista *Exame*, de 13/6/79, ele disse que há excedentes financeiros que, sem oportunidade de aplicação na economia urbana, tendem a se desviar naturalmente para o campo.

Finalmente, vale lembrar uma advertência de outro economista, Pedro Calil Padis, da PUC—São Paulo, que acredita numa grande intensificação da especulação imobiliária nas cidades médias e nas proximidades dos grandes centros urbanos.

Sinal de que os bancos estão realmente fascinados pela perspectiva de ganhar dinheiro com a "ênfase agrícola": apenas em maio houve dois seminários de agriculturas, um no Rio e outro em São Paulo, promovidos por bancos.

Na área oficial, pelo menos duas medidas recentes são consideradas favoráveis aos bancos. Primeiro, o Governo aumentou os juros para financiamentos de investimentos rurais (aplicações em máquinas, imóveis e obras nas fazendas), o que estimulará os bancos privados a entrarem na jogada. Segundo, a desvinculação do crédito rural e dos preços mínimos, com a criação dos Valores Básicos de Custeio (VBC), diminui os riscos dos bancos em seus empréstimos aos produtores, pois os preços mínimos devem ser 66% mais altos do que os VBC. Consta mesmo que essa diferença de 66% entre os preços mínimos e os VBC foi bolada pelo ministro Mario Henrique Simonsen para tornar interessantes e seguros os empréstimos aos produtores. Interessantes e seguros para os bancos, naturalmente.

Noé Mesquita

Lutar pela vida todo mundo luta.



(Mas quem aplica em Caderneta de Poupança luta menos)

Se você quer viver mais e lutar menos, aplique uma parte de seu salário todo mês. Não que o trabalho vá ficar mais fácil. Mas que vai ser melhor aproveitado, isso vai: na Caderneta de Poupança o seu dinheiro rende juros ou dividendos, além de ser sempre atualizado pela correção monetária.

Se der para aguentar firme, não mexa nele: assim os rendimentos e a correção, em vez de serem calculados sobre o menor saldo, vão ser calculados sobre a média do trimestre. E você ganha mais. E enquanto você luta de cá, o seu dinheiro dá uma força na Caderneta de Poupança, com liquidez, segurança e rentabilidade.

E cresce, cresce, até que um dia você conquista o que todo mundo luta para conquistar: não ter de lutar mais, para aproveitar o que a vida tem de melhor.

Caderneta de Poupança
 Quem poupa conquista o que a vida tem de melhor.

Preparando a queda de Stroessner

Entrevista de Domingo Laino, líder da oposição paraguaia, a Júlio Chiavenatto

Depois de Somoza, será a vez de Stroessner. Este é o tipo de comentário que se permitem fazer hoje as oposições que há 25 anos lutam contra a ditadura paraguaia. Há seis meses, seria inconcebível uma previsão destas, mas hoje existem fatos que dão sentido a ela.

São razoavelmente claros os sinais da luta interna que se trava no partido do Governo, o Colorado, em cuja unidade se apóia o poder de Stroessner. Denúncias de colorados afastados de alguns privilégios chegaram à imprensa nos últimos meses, mostrando, por exemplo, como os jogos de azar sempre estiveram nas mãos da família Stroessner: loteria, loteria esportiva, cassinos, jogo do bicho, roleta, etc.

Na segunda semana de junho, importantes líderes do partido governista foram presos. A oposição, atualmente reunida num acordo de partidos na semi-clandestinidade, voltou a uma atuação efetiva. O novo empresariado, que surgiu no Paraguai, estimulado principalmente pela Itaipu Binacional, começa a demonstrar que seus interesses se chocam com a rígida divisão dos negócios entre os homens do Governo.

Fermentando tudo isso, a mudança da situação internacional com a evidente hostilidade dos Estados Unidos — o embaixador norte-americano emite notas interferindo ostensivamente na política paraguaia e hostilizando francamente o Governo. Enfim, a oposição acredita que tem as melhores chances dos últimos 20 anos.

Existem três possibilidades que os paraguaios discutem:

1) Um choque entre o grupo Stroessner e o grupo do general Rodrigues, considerado o segundo homem forte do País. A vitória de Rodrigues — um general que, detendo o poder militar, utilizou-o para enriquecer-se com o contrabando e construir o maior império econômico do Paraguai, com casas bancárias fortíssimas —, significará a permanência da mesma estrutura de corrupção e fascismo, trocando-se apenas o ditador.

2) Um Governo provisório após a queda de Stroessner, unindo círculos moderados de oposição. Nessa hipótese, poderá surgir um homem que foi ministro do interior no tempo da maior repressão — e acusado pelas oposições de ter cometido grandes crimes —, Edgard Insfran, que hoje esforça-se por criar uma imagem democrática e que tem como trunfo a amizade de importantes militares brasileiros, entre eles o general Golbery do Couto e Silva.

3) A oposição poderia ganhar o Poder, se a ruptura fosse acelerada mais radicalmente. Nesse caso, Domingo Laino poderia ser o homem forte do novo Governo e o Paraguai partiria de imediato para mudanças de estruturas radicais.

Naturalmente, quem vai jogar a carta final — entre importantes lances que ocorrerão dentro do Paraguai —, será o Brasil. Os interesses brasileiros são de tal porte que nada no Paraguai poderá ser resolvido sem a participação do Brasil: nisto, todas as correntes políticas paraguaias concordam.

Isso tudo pode parecer muito especulativo ao leitor que não tem conhecimento real da situação do Paraguai. Na verdade, não é assim — não fosse o silêncio que existe na imprensa brasileira

sobre o Paraguai, o que está escrito aqui seria mais compreensível.

A entrevista de Domingo Laino — que está conhecendo cadeia e torturas no Paraguai, intermitentemente, desde 1966 —, explica melhor as características da mudança que rapidamente ocorre hoje no Paraguai.

— O que está acontecendo no Paraguai?

LAINO — Ocorre no Paraguai o que está ocorrendo em outros países, no Irã, na Nicarágua, no Equador também houve um processo do Governo militar ao Governo civil constitucional. No Brasil aconteceu a abertura política. O Paraguai, naturalmente, não pode ser uma ilha nesse mundo de tanta interação. Em segundo lugar, existe hoje uma posição distinta dos EUA em relação às ditaduras. Por exemplo, o caso do nosso Campo de Concentração de Emboscada, para onde mandavam-se os presos políticos. Quando Carter assumiu, havia 500 presos; hoje, o Campo de Emboscada está fechado. Os presos foram libertados por etapas, embora alguns deles permaneçam nas delegacias de Assunción, disseminados. Mas o seu número diminuiu drasticamente.

— Em termos práticos, como essa mudança da política externa norte-americana, em função dos direitos humanos, atingiu o Governo de Stroessner?

LAINO — O apoio do Governo norte-americano às entidades internacionais que lutam em defesa dos direitos humanos, foi seguido de um declínio dos créditos fáceis que o Paraguai até então obtinha. Por exemplo, um crédito à Ande (companhia de eletricidade) para a eletrificação rural, de 32 milhões de dólares, foi vetado pelo Governo dos EUA. O Paraguai teve que buscá-lo nos bancos privados, em condições muito mais duras. Essa foi uma decorrência prática da política de defesa dos direitos humanos, que atingiu concretamente o Governo paraguaio. Depois, a OEA censurou fortemente o Paraguai pela situação dos direitos humanos, e foi seguida pela Venezuela. Enquanto isso, a ajuda militar do Governo norte-americano a Stroessner caiu sensivelmente. Não há dúvida que existe uma certa pressão econômica do Governo de Carter contra o Paraguai, em função dos direitos humanos.

— Quais são os planos da oposição?

LAINO — Se pensamos numa mudança

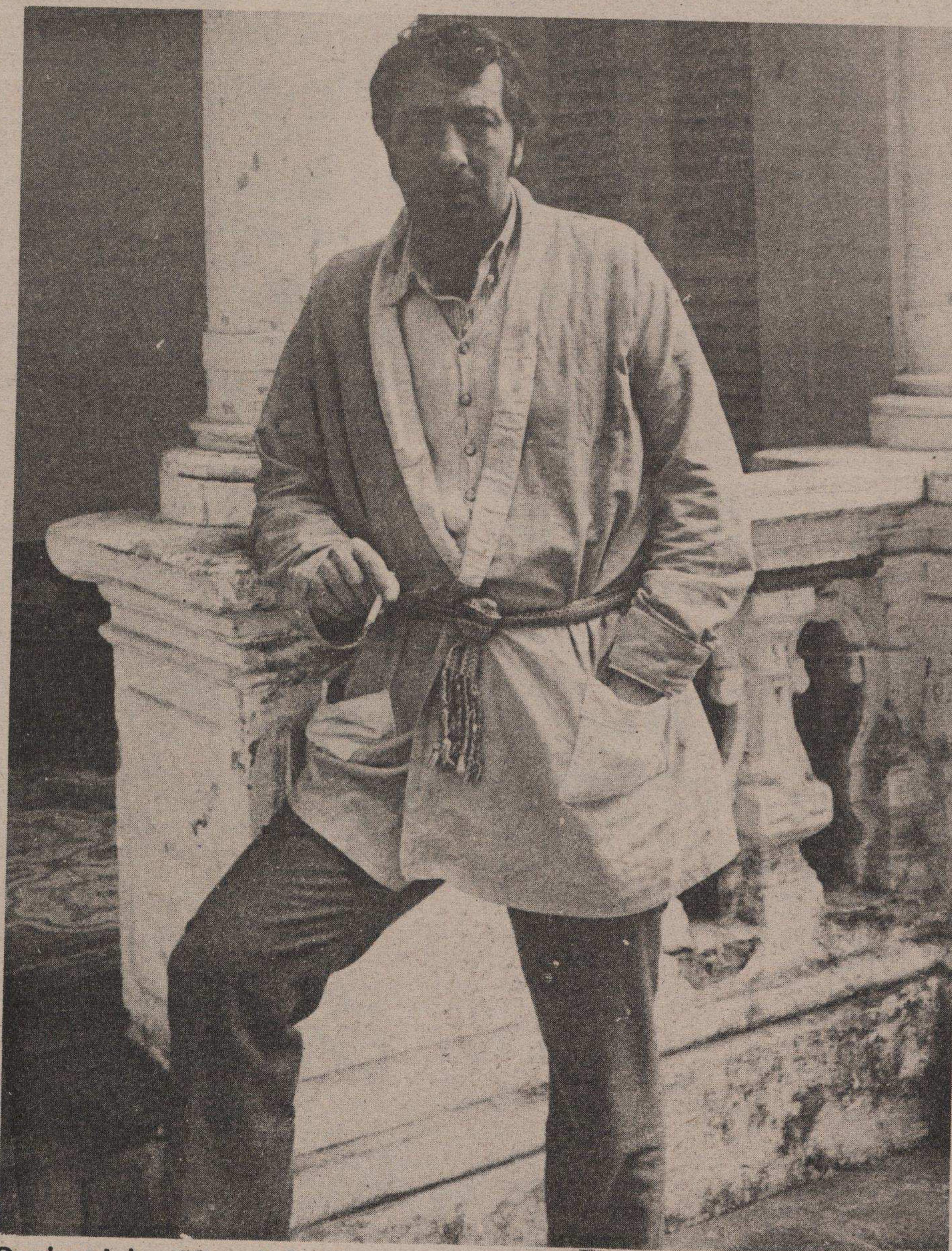
no Paraguai, não de homens, mas de um novo entendimento da vida nacional, num novo projeto nacional, evidentemente serão os homens de oposição que têm que assumir o Governo do País. Por isso, nós estamos realizando pela primeira vez um projeto distinto dentro da oposição. Não é uma iniciativa de um partido em particular, mas dos quatro. Surgiu a idéia de formarmos um Acordo Nacional, com os partidos que não estão contaminados por Stroessner. Para adquirir mais força, começamos a discutir o Acordo Nacional no ano passado. Tivemos muitas reuniões, coisa que não tem precedentes no Paraguai. A política de oposição era feita isoladamente por cada partido. Conseguimos firmar o Acordo Nacional, deixando de lado, inclusive, questões ideológicas de cada partido, porque algo comum era evidente: a luta contra a ditadura. Deixamos de discutir particularmente o aspecto sócio-econômico e centramos o Acordo Nacional no político, porque nisso é muito fácil concordar. E assim fizemos e desde o ano passado trabalhamos juntos para voltarmos à democracia no Paraguai como ponto básico do Acordo Nacional.

— Quais as reivindicações práticas desse acordo de oposição?

LAINO — Solicitamos ao Governo Nacional que fizesse, em primeiro lugar, eleições livres, com a participação dos partidos realmente autênticos e não com seus títeres. E que nos dê eleições livres em 12 meses. Antes disso, queremos anistia geral e ampla, com o retorno de todos os exilados, sobretudo dos filiados ao Movimento Popular Colorado, que há 20 anos estão no exterior. E também queremos a liberdade dos presos políticos, porque ainda temos muitos.

— A oposição está preparada para assumir o Poder?

LAINO — Não posso dizer que a oposição esteja especificamente preparada para tomar o Poder. Mas há essa consciência em todos os políticos. Especificamente agora, não temos um plano de tomada de Poder, porque nós não estamos em nenhuma conspiração. Estamos trabalhando abertamente. Mas, em primeiro lugar, temos que admitir que a oposição conta com os elementos intelectuais necessários para governar este País. Temos sociólogos, economistas, trabalhadores sociais etc. Não só em Assunción, muitos deles estão ensinando nas mais importantes universidades da Europa e dos Estados Unidos, uma grande parte está fora do Paraguai por questões políticas. Creio mesmo que aqui não é muito difícil encontrar quem substitua com vantagens o gabinete de Stroessner, onde há ministros que já estão numa etapa de senilidade muito grande... Há gente que já está há 25 anos no mesmo cargo; enfim, gente que qualquer indivíduo com alguma especialidade pode superar em muito. E, mesmo dentro do Governo há gente capaz. Este pessoal técnico pode ser aproveitado num caso de normalização moral e política. Se eles não cometeram roubos e fraudes, por que não seguirão trabalhando? Isso quer dizer, não queremos uma mudança de um Governo sectarista para cair em outro Governo sectarista. Vamos fazer um Governo Nacional, onde a idoneidade e a competência serão os valores para a ocupação dos cargos públicos.



Domingo Laino: "O apoio brasileiro pode ser decisivo"

— Quais as medidas previstas quando houver uma possibilidade de tomada do Poder?

LAINO — A estrutura do comércio está quase totalmente baseada no comércio ilícito, no contrabando. Isso tem que mudar. E o Paraguai não pode continuar sendo o poço onde vêm parar todos os automóveis roubados na Argentina e no Brasil. Aqui há um fabuloso mercado de carros roubados. Enfim, a corrupção é uma coisa totalmente difundida dentro do Paraguai. Há favoritismo oficial nesse sentido. Uma divisão: gente que se dedica a um tipo de tráfico, outros a outro tipo de contrabando — gente ligada a uma estrutura superior de Governo, que reparte as especialidades. Enfim, são mudanças que precisam ser feitas para acabar com isso.

— A essa moralização, pode seguir-se uma mudança na economia?

LAINO — É necessário uma mudança na estrutura da economia, naturalmente. Trataremos de elaborar uma planificação econômica democrática, indutiva, não coercitiva, para poder engrenar um desenvolvimento mais acelerado na economia do País.

— Qual é o mal maior: a miséria social ou a ditadura de Stroessner? Onde os dois pólos se chocam?

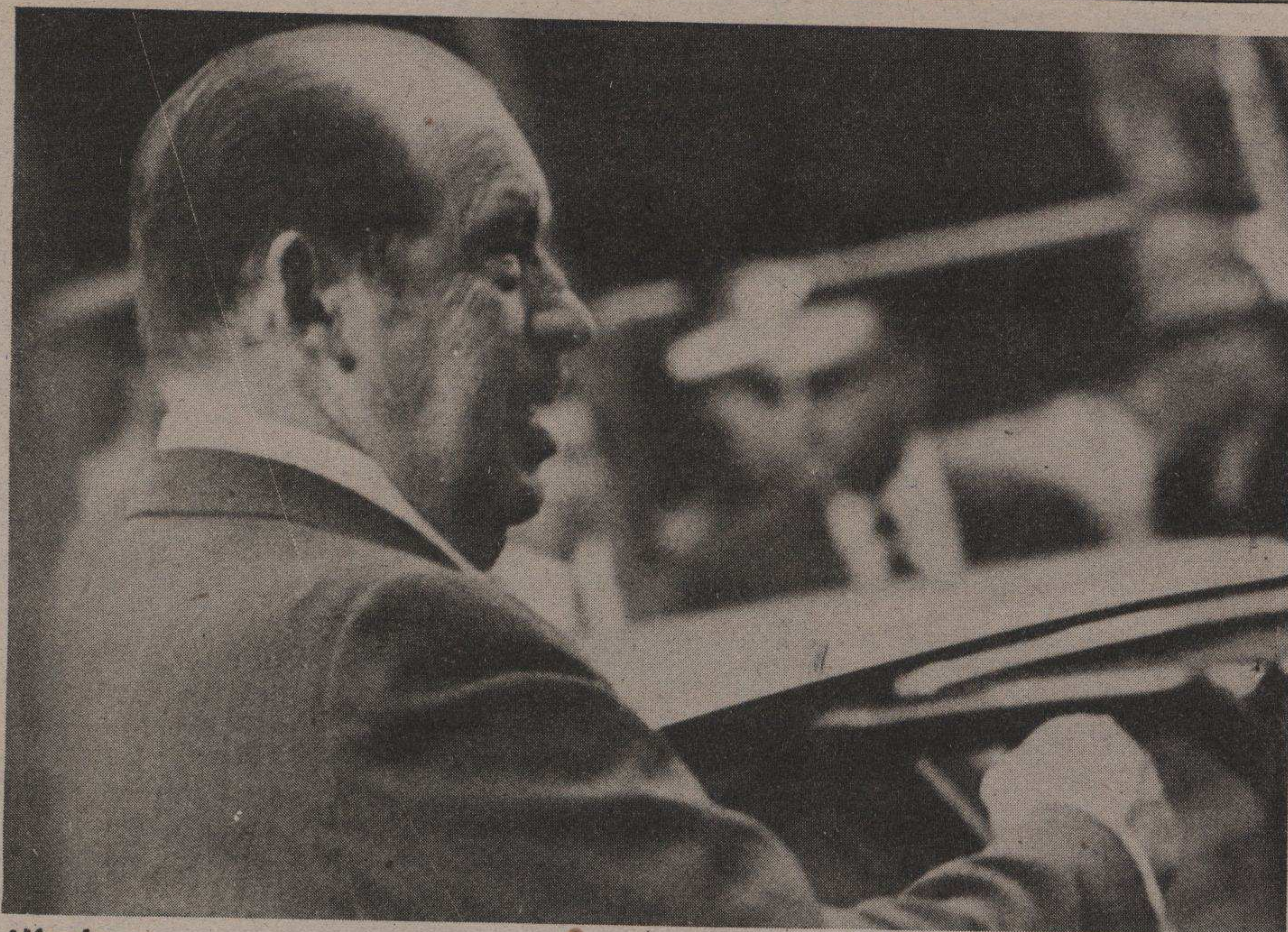
LAINO — Creio que a estrutura econômica da pobreza relativa do Paraguai deve-se a fatores históricos. Começa desde a colônia uma estrutura de dependência à metrópole. O problema da pobreza paraguaia é comum às nações do 3º mundo e há causas históricas que incidem nisso. Mas há também países pobres que se estão tornando democráticos e países ricos que estão de volta à ditadura. Podemos assinalar que a ditadura no Paraguai também é culpada da opressão econômica. Por exemplo, quando proíbe a sindicalização livre, priva evidentemente os setores populares de organizarem-se para lutar pelos seus próprios direitos. A ditadura paraguaia permite que os comerciantes se unam — porque há uma Câmara de Comércio; que os industriais se unam — porque há uma União Industrial Paraguaia —; que os banqueiros se unam — porque há uma Câmara de Bancos Privados; mas não permite que as Ligas Agrárias Camponesas organizem a sindicalização dos pobres. Permite que os de cima possam unir-se e lutar em favor dos seus interesses; mas reprime, castiga e até mata o camponês que procura unir-se para defender também seus interesses. Dessa forma, a ditadura impede que os mais pobres se organizem e tenham acesso à sindicalização para, quem sabe, conseguirem um melhor nível de vida econômica.

— Nesse quadro, qual é a situação do camponês?

LAINO — Quem trabalha na terra e produz um quilo de milho por exemplo. Um quilo de milho é vendido no mercado em Assunción, a 100 guaranis. E apenas 20% da venda, ao último consumidor, é para o produtor original. 80% se repartem entre os atravessadores, transportadores, etc. Quer dizer, se vendeu a 100 um produto agrícola, 20 é para quem trabalhou na terra; 80 para os especuladores e intermediários. Isso é sumamente injusto, mas esta ditadura não fez nada pra mudar essa estrutura de comercialização. Ao contrário, se este camponês pretende unir-se para combater o intermediário, denunciaram-no. Dizem que é comunista, subversivo, extremista...

— E a gasolina, que no Paraguai é a mais cara do mundo (Cr\$ 20,00 o litro)? E como modificar a estrutura dos jogos de azar?

LAINO — Precisamos de muitas mudanças... A Repsa (Refinaria Paraguai Sociedade Anônima), por exemplo, depende da Oil Co., da Bolívia, uma empresa que está beneficiando e lucrando com o sacrifício do nosso povo. A Repsa é uma empresa (ligada diretamente a Stroessner) que vem sofrendo denúncias seguidas há longo tempo, mas continua operando no País. Pelo menos em termos de administração da questão petrolífera é preciso uma mudança radical: a Repsa deve desaparecer dentro de uma estrutura democrática. Só uma ditadura pode ter uma empresa como esta, explorando a economia de um pobre País, lucrando com o trabalho do nosso povo. Os jogos de azar também não podem continuar nas mesmas mãos. Provavelmente o Estado vai encampá-los para canalizar sua grande renda às entidades de beneficên-



Alfredo Stroessner: o próximo depois de Anastasio Somoza?

cia, porque aqui o povo precisa de muita ajuda, especialmente as classes mais pobres, que não têm nenhuma assistência social do setor público.

— O que une os paraguaios na crítica a Stroessner, hoje, é a corrupção. Oficialmente, até a Igreja manifestou-se denunciando a corrupção moral do sistema. Como você vê a corrupção no Paraguai?

LAINO — É evidente que a corrupção está localizada a nível de Governo, começando por sua estrutura superior que a permite e os demais que realizam os atos desonestos, indecorosos. Há funcionários que têm enriquecido ilicitamente, isto é uma coisa que se pode ver, basta que se visite um bairro especial e se procure a melhor casa. E lhe dirão: esta, a melhor casa do bairro, é do ministro fulano de tal. Ou de outra pessoa ligada ao sistema. Um cargo importante dentro do Governo implica necessariamente em alta renda. Pode haver exceção, mas no geral é assim.

— Mas a corrupção parece ainda mais grave do que esse indecoroso aproveitamento do sistema em uso pessoal. Atingirá setores mais importantes? Será mais pernicioso do que apenas isso?

LAINO — Nesse momento, pela primeira vez, vem a público um confronto entre setores oficiais do Governo. Esse confronto não se dá por novas razões, mas só agora torna-se público. Ele tem raízes nos privilégios econômicos, que começam a lutar entre si. No Paraguai, por exemplo, o que tem irritado a muitos oficialistas, é a concessão dos jogos de azar que Stroessner deu aos seus próprios familiares. O Hotel Casino (Itá Enramada, o mais luxuoso cassino da América Latina), a quiniela (um misto de "jogo do bicho" com loteria), a roleta, a loteria esportiva, estão todos em mãos da família de Stroessner. Naturalmente isso dá uma renda extraordinária à sua família. Para a nossa economia é uma renda fabulosa. Isso não satisfaz a outros grupos do Governo, que ambicionam estes privilégios e deles foram privados por Stroessner. Depois vem Itaipu, que é um empreendimento multimilionário, o maior investimento que já houve no Paraguai.



Em seu carro blindado, Stroessner passa em revista as tropas no desfile do dia 12 de junho (aniversário da Guerra do Chaco) em Assunción.

— Existe a corrupção, que pode ser uma das causas da queda presumível de Stroessner. Quais são, porém, as perspectivas dessa queda?

LAINO — É difícil prever o que acontecerá, porque estão em jogo causas internas e externas. Não sabemos ainda como se consolidará a abertura no Brasil. O que acontecer no Brasil vai influenciar muito os acontecimentos no Paraguai. Nos Estados Unidos, Carter será reeleito? Ou será Kennedy? Enfim, o que ocorrer na Argentina, mesmo, será importante para nós. Um aspecto do que poderá acontecer na Bolívia nos interessa muito: os militares vão permitir uma democracia ali? Ou seja, o que acontecer no Paraguai será uma resposta a diversas variáveis. Medir cada variável é muito difícil. Em termos gerais, porém, posso garantir que no Paraguai vai acontecer uma democracia. Parece-me que em todo o mundo os Governos ditatoriais e corruptos — que é a característica desse fascismo que temos aqui com Stroessner —, está chegando ao fim. Vamos chegar à democracia. É difícil afirmar quando, mas o processo está se acelerando. Acontecem hoje situações impossíveis há pouco e que demonstram uma situação de grande crise da ditadura e me parece difícil que Stroessner suporte esta crise.

— Nisso tudo, onde entra o Exército?

LAINO — É difícil para mim fazer uma previsão em termos de Forças Armadas, porque realmente não tenho contato com os militares. Sei muito pouco o que está ocorrendo nesse setor. Na verdade, não temos nenhum tipo de informação nesse sentido.

— É clara a preocupação com a penetração brasileira. Qual o risco que corre o Paraguai frente ao Brasil?

LAINO — Tradicionalmente o Paraguai estava submetido aos interesses portenhos. Isso ocorreu até mais ou menos 1940, quando começa a declinar o imperialismo argentino. Até então, Buenos Aires era a plataforma para a Inglaterra operar sobre outros países da América. Agora, aliado aos norte-americanos, o Brasil está operando no sentido, mesmo como operou a Argentina com os ingleses. Mas se isso foi fácil até o Governo Nixon — com Kissinger falando abertamente nesse subimperialismo brasileiro —, hoje, em vista do problema nuclear e outros problemas aliados à mudança de orientação da política externa norte-americana, parece que já não existe a mesma relação entre os Governos dos EUA e do Brasil. Observa-se, pelo menos a nível político, uma ruptura. Talvez, a nível econômico, com as multinacionais, não se dê o mesmo. Mas a nível político os EUA não têm nenhum interesse de colocar hoje sua plataforma no Brasil. Então, não é dessa forma, como um subimperialismo, que o Brasil opera hoje em favor do imperialismo norte-americano.

— Como opera então o Brasil?

LAINO — Hoje, de forma muito mais agressiva, o Brasil faz perigar a soberania paraguaia. Com a Argentina sofremos uma exploração mais comercial — cobravam altos impostos dos nossos barcos no Rio da Prata, controlavam o preço do frete etc. — mas a penetração do Brasil é muito mais grave. Começa com a compra dos fatores de produção: inclusive fatores naturais, a terra, as riquezas florestais. Enfim, capitais que se somam de forma muito forte com a economia do Paraguai. E, por trás de tudo, há um processo de desnacionalização cultural: os costumes paraguaios, seu idioma, enfim, há uma série de coisas por dentro dos fatores econômicos que estão trazendo uma situação de muita preocupação para nós, que observamos este fenômeno e não estamos no Governo.

— Existe uma estratégia de Stroessner frente ao expansionismo brasileiro?

LAINO — Se existe alguma estratégia em relação ao Brasil e Argentina, é de abrir cada vez mais... Creio que a ditadura brasileira foi uma das melhores amigas de Stroessner. Tem enviado obsequiosamente tanques de guerra, armas, projéteis. E mais de uma vez o general Orlando Geisel declarou que o Governo paraguaio em caso de uma revolta. E é um fato que esse Governo decrépito, corrupto, desmoralizado, encontrou no Brasil o último apoio para sua sobrevivência.

— Sem o apoio brasileiro Stroessner cairá?

LAINO — Não sei se o Governo cairá ou não sem o apoio brasileiro. Mas este apoio é o ponto mais forte da sua sustentação, é um pilar muito importante.

A GUERRA DO POVO DA NICARÁGUA

Por Caco Barcelos

Não estranhei encontrar ruas desertas numa capital de 800 mil habitantes. Nem tampouco quarteirões inteiros tomados pelo mato, ruínas de casas e de edifícios tomados. Eu conhecia a cidade sombria, destruída pelo terremoto de 72. O que me causou espanto, nesses dias de revolução civil, foi ter encontrado vida humana no esqueleto urbano da antiga Manágua.

Como pode alguém viver num prédio que não tem teto, nem paredes? Ou que dezenas de famílias morem em edifícios semides- truídos, minados de ratos e lagartixas, sem escadas entre um andar e outro? Não sei como. O que sei, o que vi, é que nessas habitações, em muitas delas, as pessoas estão fortes e corajosas.

Como todos repórteres nessa guerra, fui alvo das metralhadoras dos franco- atiradores, das bombas dos aviões da Guarda Nacional; durante os 18 dias de tensão e de medo que vivi na Nicarágua, estive nos combates das cidades mais distantes do país. Conheci o "território livre" de Leon, a força sandinista de Estelí, as lutas sangrentas de Matagalpa.

Mas foram as cenas que eu vi em Masaya e em Manágua, as que mais me impressionaram. A pequena Masaya — 80 mil habitantes — está a 28 quilômetros da capital, é uma cidade irrelevante do ponto de vista estratégico-militar.

Antes de conhecer a cidade, achava que ela seria arrasada pelo primeiro ataque mais efetivo da Guarda Nacional. Mas depois que convivi 24 horas numa coluna de meninos guerrilheiros, me convenci do contrário. Mesmo que Somoza queira matar um por um dos seus habitantes, jamais ele conseguirá. Masaya é imbatível.

Já Manágua, transformada numa roleta russa durante os dias de batalha, me impressionou pela extrema violência dos homens de Somoza. Vi cenas públicas de fuzilamento, policiais paramilitares arrastando civis que se diziam inocentes, e a criminosa operação massacre, desencadeada pela GN nos bairros pobres da zona oriental.

Tive sorte, muita sorte em Manágua. Não sei como escapei das baleceras e dos tiros traiçoeiros dos soldados. Também fiz amigos e tive momentos felizes nesta cidade.

Um saque — tradição dos nicaraguenses — jamais havia ocorrido sem que a Guarda Nacional fuzilasse muita gente. Mesmo durante o trágico terremoto de dezembro de 72, que o povo chama de *El Justicero*, porque destruiu a zona do antigo centro urbano de Manágua. Somoza quis evitar os saques, e sua fiel Guarda Nacional mataria mais de mil pessoas vindas dos bairros pobres não atingidos e que invadiram o comércio em ruínas.

Quando conheci Manágua em dezembro de 75, as pessoas diziam que — numa prova de que a natureza também é contra Somoza — *El Justicero* voltaria a atacar, num tremor de terra ainda mais violento (em 72 ele atingiu 6,7 graus na escala Richter), para derubar o Bunker, e destruir "Tacho", e toda sua família. Não houve fuzilamento dos saqueadores, porque, se houvesse, Somoza também teria que matar os soldados famintos da sua própria guarda.

Vi dezenas de soldados ajudando o povo a limpar os armazéns e supermercados. Eles corriam pelas ruas, com fardas, armas e tudo, carregando pacotes e sacos cheios de mercadoria.



A banca de Ramon é uma das mais diversificadas de uma feira da Carretera Norte. Ele tem 59 anos, e antes de começar a guerra civil era mecânico de automóvel, mas agora, depois que saqueou parafusos, bonecas de plástico, vaselina, sardinhas em lata, virou comerciante como todos seus vizinhos.

Estávamos no segundo dia de combates sem trêgua nos bairros da cidade. Pela primeira vez, desde o início da guerra, a Guarda Nacional utilizava três aviões Push Pull num "único operativo", que jogavam bombas de 500 libras e abriam caminho para o avanço das tanquetas, dos tanques Sherman e de milhares de soldados da infantaria.

De onde estávamos — a banca de Ramon ficava a 300 metros do local dos combates — também víamos tonéis de *napalm* sendo jogados sobre as casas. Cada vez que surgia um helicóptero da GN, Ramon parava de falar e ficava acompanhando a sua trajetória.

O helicóptero se aproxima da área de combate, sobrevoa numa altura talvez de 600 metros, pára no ar, joga os tonéis de bombas incendiárias, depois se afasta, aterrissa. Alguns minutos depois o aparelho reaparece, e quando começa a voar de regresso Ramon fica exitadíssimo:

— Olha, olha agora. Ele vai atirar uma pessoa viva no lago.

Durante as três horas que conversei com Ramon, não vi nenhuma pessoa caindo viva nas águas do Lago Manágua. Mas na mesma tarde, a um quilômetro dali, encontrei mais de 20 cadáveres boiando nas margens do mesmo lago, em frente ao prédio do Palácio Nacional. Eles estavam com as mãos amarradas e não tinham sinais de ferimentos.

Nos últimos dias do massacre de Manágua, a área do Palácio Nacional, situado na zona das ruínas do antigo centro, se transformou num cemitério dos civis prisioneiros da GN. Também era comum encontrar pessoas vivas por ali, gentes que andavam à procura de seus familiares, como no caso de Fernandez Sevilla.

Quando conheci Sevilla ele estava sen-

tado na margem do lago, ao lado do corpo de Melba, sua mulher. A areia estava suja de sangue, e quando cheguei perto, Sevilla tirou o lenço que cobria o rosto de Melba: ela tinha os olhos negros, parecia uma índia, bonita, como muitas mulheres deste país. Mas os dentes, como eram os seus dentes?

Antes de matarem Melba, Fernandez viu os quatro paramilitares que invadiram sua casa, quebrarem todos os dentes de sua mulher a marteladas. E viu que eles também usaram o martelo de ferro para matar Cláudia, sua filha de cinco anos.

A casa de Sevilla é o ex-Banco do Comércio de Manágua, hoje um prédio de uma só parede. Se olharmos da rua, a casa parece inteira, mas, como se fosse um cenário de filme, tudo que existe lá dentro é um balcão de cimento, uma cama de papelão e um



Zapote, guerrilheiro de Masaya

fuzil, que pertencia a Melba, escondido em algum lugar.

Eles estavam morando há 10 dias nas ruínas, desde a noite em que um *roquet* destruiu a casa do bairro Nicarao. Durante os combates, na mesma madrugada, Melba foi ferida na perna, um ferimento leve. Para não se afastar de Sevilla e de Cláudia, ela preferiu se refugiar nas ruínas, em vez de ir para um hospital sandinista.

OS MENINOS DE MASAYA

MASAYA é uma cidade cercada de montanhas vulcânicas, mas mais parece uma aldeia de índios e mestiços, um povo que tem fama de ser patriota e eterno inimigo de qualquer regime que governa o País. Contam-se outras histórias de Masaya, entre as quais a de ter os mais ágeis e valentes guerreiros e que ela é o *dormitório* da guerrilha urbana de Manágua.

A única produção da cidade, a nível industrial, é o açúcar, extraído de três engenhos. A maioria dos homens e mulheres trabalham no plantio do algodão — que deveria começar a ser plantado nesta época do ano — e no artesanato de palha, madeira e cerâmica, e os jovens e as crianças — antes de se tornarem guerrilheiros — estudavam, vendiam frutas...

Quando cheguei em Masaya, era meio-dia de uma terça-feira, a cidade parecia uma grande brincadeira de *bang-bang*: Explico: não havia combates e as ruas estavam cheias de meninos, muitos sem camisa, descalços, que corriam de um lado a outro, armados de revólveres pequenos e pistolas.

Durante todo o tempo em que permaneci em Masaya, embora a cidade estivesse sob o bombardeio de avião DC-3, jamais corri perigo. Porque, desde a estrada de acesso, fui protegido pelas pessoas, que me ensinaram a me defender dos tiros de metradora do DC-3.

A proteção das pessoas de Masaya me deixaria tão autoconfiante que, duas horas depois de ter entrado na cidade, fui assistir um ataque dos guerrilheiros a uma tanqueta da Guarda Nacional. Para se entender o

tipo
sabe
bates
F
Guar
estav
situa
trico
A
milh
teiro
tanq
num
dado
roda
é q
ata
dia
E
Sacr
por
dali
saco
gene
é re
igua
pela
I
não
algu
den
pra
qua
que
cria
men
com
ele:
ano
sere
mul
alén
atir
Usa
na
gos
inir
prin
tin
par
cor
mo
olh
con
ton
jun
nar
bic
fru
aba
dar
ape
cig
qu
vae
no
raz
ma
pa
ata
dir
ca
ci
se
to
sa
tát
iar
qu
ab
ma
me
Gu
Pe
cri
fes
ce
se
ca
fr
se
qu
de
pr
m
da
at

tipo de "ataque" que faríamos, é importante saber qual era a situação militar dos combates.

Há mais de duas semanas, os soldados da Guarda Nacional — cerca de 70 homens — estavam confinados no quartel general, situado na Praça Municipal, e também entricobrados no telhado da catedral.

Além do apoio aéreo, os soldados têm milhares de toneladas de munição, morteiros, e, o maior inimigo dos guerrilheiros, a tanqueta. Para mim, que nunca havia estado numa guerra, a tanqueta é um carro blindado que só não é um tanque porque tem rodas de borracha. Mas o que importa agora é que todas as tardes ela sai do quartel, ataca as frentes sandinistas e volta. Nesse dia, não foi diferente.

Eu estava na frente da Travessia dos Sacrificios, uma rua de chão batido, cortada por uma estrada de ferro abandonada, e, dali, atrás de uma barricada de pedras e sacos de areia, podíamos ver o quartel general. Vimos também toda a praça, que é retangular e de onde nascem sete ruas iguais a essa onde estou, todas fechadas pelas frentes.

Do lado dos sandinistas, pelo que eu via, não havia munição e dos 30 guerrilheiros — alguns abaixados atrás da barricada, outros dentro das casas mais próximas da esquina da praça, contei apenas quatro armados. Só quanto o portão do quartel se abriu, e a tanqueta começou a sair, foi que me disseram que faríamos um ataque sem armas.

A minha frente parecia um exército de crianças, cujo comandante é Zapote, um menino de doze anos. A maioria dos seus comandados também são adolescentes como ele: a média de idade do grupo é de 11 anos, e todos são magros e demonstram serem rapidíssimos no rastejamento.

Zapote é o líder, me diriam, porque é muito criativo e inteligente nos combates, além de ter excepcional pontaria. Ele sabe atirar com as duas mãos simultaneamente. Usa um revólver 38, niquelado, cano longo, na mão direita, e uma pistola na esquerda. E gosta de usar uma máscara para enfrentar o inimigo.

A máscara de Zapote pertencia a um primo, também sandinista, que morreu na primeira semana de combates. O primo tinha 20 anos e por isso a máscara é grande para o seu rosto. Ela cobre toda cabeça, com exceção dos olhos e da boca, o que mostra que Zapote é sorridente e tem o olhar firme.

Antes de se tornar guerrilheiro, num dia como o de hoje, Zapote acordaria às 8h, tomaria café com feijão e iria para a escola, junto com Suzi, uma vizinha, a sua primeira namorada. E à tarde ele estaria andando de bicicleta, com uma cesta carregada de uma fruta marrom, o Zapote, uma espécie de abacate, porém com miolo vermelho, abundante em Masaya.

Ele era um vendedor de Zapote, daí o seu apelido. O dinheiro que ganhava gastava em cigarro e comida. E desde o momento em que ficou amigo dos guerrilheiros que invadiram as ruas da cidade, vindos do lado norte das montanhas, diz que não há mais razão de continuar sendo vendedor:

— Agora é preciso lutar. Um povo armado jamais será dobrado.

O tanqueta agora está no meio da praça, parece que escolhendo o caminho para atacar. O canhão se move em todas as direções, às vezes pára, e dispara sobre as casas. O DC-3, continua bombardeando a cidade, mas faz mais de meia hora que não se houve a artilharia dos soldados. Também todas as frentes sandinistas estão silenciosas.

Nos combates anteriores, geralmente os sandinistas atacavam a tanqueta com a tática do fustigamento. Ou seja, na frente iam os meninos com armas leves. E depois que atraíam a tanqueta, recuavam, para abrir caminho ao avanço dos guerrilheiros maiores, que usam fuzil tipo FAL, algumas metralhadoras e até um jipe resgatado da Guarda Nacional.

Hoje, porém, o ataque será diferente. Pelo menos na frente da Travessia dos Sacrificios todos estão falando no plano do festim, uma idéia de Zapote, que tem dado certo nos últimos dias. Bem, a tanqueta está se aproximando, e já destruiu duas barricadas, à direita da nossa rua. Da igreja, os franco-atiradores começam a atirar, mas não se sabe em que direção.

As mulheres, e mesmo os guerrilheiros que estavam nas portas das casas, agora desaparecem. A tanqueta está cada vez mais próxima de nós e devia estar a 100 metros mais ou menos, e detonava contra as casas da nossa rua, quando Zapote deu ordem de atacar:

— As panelas, peguem as panelas. Enquanto um dos meninos acendia a



fileira de bombas de festim, que explodiam como se fossem potentes metradoras, Zapote e mais dois garotos, batiam com um ferro em três painéis comuns de cozinha, para dar a impressão de que a artilharia guerrilheira estava acertando no alvo: a lataria da tanqueta.

E realmente aqueles zunidos das painéis devem ter assustado o soldado que guiava a tanqueta, pois em menos de um minuto de explosões de festim, ele fez uma manobra estranha: girou o canhão num ângulo de 180 graus, apontou na direção dos soldados e voltou rápido para o quartel.

Acabado o combate, Zapote tirou a máscara e foi até o rádio, instalado num jipe, e se comunicou com o comando central dos bairros de Masaya. Depois ele entrou numa rua transversal e desapareceu. Eu só voltaria a vê-lo de novo à noite, quando eles estavam fazendo pequenas fogueiras para iluminar as ruas.

PÂNICO NO COQUETEL

— Os sandinistas vão bombardear aqui hoje à noite.

Alguém me deu a notícia durante o coquetel de aniversário da fotógrafa Susan Meiselas, do The Guardian. Um dia antes, com a morte do repórter Bill Stewart, da tevê ABC de New York, a maioria dos correspondentes estrangeiros — cerca de 70 — tinham saído do país. Por isso, quando nos avisaram do bombardeio ao hotel, estávamos num grupo de 30, quase todos em volta da piscina, na festa de Susan.

Lembro que larguei o copo de vodka num canto e decidi sair do hotel, e que todos tiveram a mesma decisão, embora já não fosse possível sair às ruas. Eram mais de 18h45min, faltavam 15 minutos para o toque de recolher. Como não havia mais tempo para procurar um lugar seguro, teríamos que permanecer ali, durante toda noite.

Das 19h às 24h um grupo de jornalistas se reuniu num quarto do hotel, para com-

binar algumas medidas de segurança. Quando a reunião acabou, os que não participaram dela haviam decidido que era mais seguro habitar os quartos do segundo e do primeiro andar, ou mais baixo quanto possível.

Alguns preferiram, passar a noite na sala do telex, como o repórter do Time e do Newsweek, que queriam ser os primeiros a transmitir a notícia do bombardeio. Um jornalista da Áustria dormiu na mesa do telefone. O único que ficou na parte de cima do hotel, foi Alien Marie, correspondente do Le Monde.

Desde o dia em que chegou ao hotel, Alien Marie estava num quarto do 8º andar, e ali ele ficou por causa da janela "estratégica", de onde era possível ver o Bunker, que está a 200 metros do Intercontinental. "Imagine", ele me disse, apontando para o Bunker, "este quartel explodirá nesta noite. E daqui, nós veremos tudo, rapaz".

Aquela seria a única noite em que não houve policiamento na parte interna do hotel. Ted, um fotógrafo free-lancer da agência Black Starr, ficaria acordado durante toda a madrugada e disse que ninguém caminhou nos corredores e a noite foi absolutamente silenciosa.

Apesar do bombardeio ter ocorrido às 4h, Ted — que estava de plantão junto à caixa de alarme — não acionou a sirena como havia combinado. Quando acordei, eu havia ido dormir às 2h, eram mais de 7h, e todos jornalistas — com suas malas prontas para fugir — falavam do ataque ao Bunker. Procurei Ted para saber o que havia ocorrido.

— Como foi o ataque, por que você não me acordou, Ted?

Ted me explicaria, que o bombardeio aconteceu da seguinte forma: que ele estava acordado, de pé, em frente à caixa do alarme, quando ouviu o ruído forte de um avião; que o avião realizou um vôo rasante sobre o Bunker; que ele não apertou o botão porque se jogou no chão para se proteger;



que o avião voltaria novamente uma, duas, três vezes; que ele esperou cinco minutos pela explosão da bomba; mas que não houve explosão nenhuma, e que depois a noite silenciou.

Pela manhã, assim como os jornalistas, todos os funcionários fugiram do Intercontinental. Alguns ministros também saíram. Mas a maioria dos altos funcionários do governo de Somoza — que passaram a noite no subterrâneo — continuariam no hotel, como eu comprovaria três dias depois.

Quando voltei ao Intercontinental, o hotel parecia uma extensão do Bunker. Era o dia da primeira reunião do congresso de Somoza, depois do início da guerra, e como corriam rumores de um ataque guerrilheiro, havia uma média de dois soldados da Guarda Nacional para cada um dos 80 deputados e senadores congressistas.

A sessão estava marcada para as 14h, mas eu cheguei antes do meio-dia, o que me causou alguns problemas. Talvez porque eu estivesse chegando sozinho e sem máquina fotográfica, sem gravador, sem nada que me apresentasse como jornalista, os homens da segurança, não queriam me deixar entrar, e duvidavam das minhas credenciais.

— De onde você é?
— Panamenho? Venezuelano? Cubano? ...
— Nome do pai? Nome da mãe? Solteiro? ...

— Quantos dólares tens no bolso? Quanto, diga já!

Me interrogaram durante 15 minutos, próximo à porta de entrada. Não adiantava mostrar o passaporte, porque eles não estavam interessados em me ouvir, mas sim em fazer perguntas e mais perguntas. Só depois de algum tempo, passado o susto inicial, fui percebendo que me questionavam mais sobre o meu dinheiro, e sobre dólares, do que sobre outra coisa. Aí, foi fácil me livrar deles.

Depois que consegui entrar no hotel, outros policiais também me interrogariam, porém de forma mais discreta, pois eu já estava no saguão, entre dezenas de políticos que aguardavam o início da sessão às 14h.

Principalmente depois que eu resolvi mentir a um sargento da GN — disse a ele que eu tinha mil dólares e queria cambiá-los — eles começaram a me perseguir de maneira obsessiva. Em menos de uma hora, por exemplo, acho que recebi mais de 20 propostas dos policiais e até de um senador do Partido Liberal.

Para qualquer lado que eu olhasse, e isso me perturbava, via alguém fazendo sinais com os olhos, com os dedos, com a cabeça. Duas vezes fui ao banheiro, três vezes entrei no restaurante e não sei quantas vezes subi e descí de elevador, sempre com um deles a me perseguir, a me oferecer câmbio.

— Quanto você quer? Pago 15, vai nessa?

Antes de conhecer o Bunker e de conviver com os homens do Governo de Somoza, é claro que eu sabia da sua fama de corruptos, mas não imaginava que eles gostassem de dinheiro de forma tão ridícula. Eles não me deixavam mais em paz, nem quando eu estava entrevistando o ministro da Defesa Civil, Orlando Montenegro, o cabeça de um grupo paramilitar.

Enquanto eu o entrevistava, um dos cinco tiras da própria segurança pessoal de Orlando me espetou — várias vezes — o cano da metralhadora nas minhas costas, para que eu acabasse a entrevista depressa. Fiquei brabo, reclamei e disse que eu já tinha um comprador para os meus mil dólares, e fui indo embora. Mas o tira ainda insistiu:

— Vem cá, volta. O ministro te compra esses dólares. Ele te paga 22, vai nele!

AVISO IMPORTANTE

Dois dias antes de sair da Nicarágua, fiz um rápido balanço das entrevistas que eu tinha feito, e, involuntariamente, descobri um fato que me deixou preocupado: dos 43 depoimentos, apenas dois eram de pessoas que gostam de Somoza.

Para que minha reportagem não seja de todo parcial, vou contar a história dos dois sapos, é assim que os nicaraguenses chamam aos simpatizantes do ditador.

Um deles, todos jornalistas que estavam na guerra sabem que é verdade, é um jornalista nicaraguense, cujo nome não recordo, mas lembro, perfeitamente bem, que ele elogiou Somoza durante a entrevista coletiva no Bunker.

Era o dia em que um soldado de Somoza, havia matado o repórter da televisão americana. E embora o clima da coletiva era arduo ao ditador, ele — o jornalista nicaraguense — disse, de joelhos, e de dedos entrelaçados, que Somoza era o presidente que o país inteiro deseja e estima.

(continua)

O outro sapo que entrevistei, desculpem, não é nicaraguense. É um americano, I. Bergan, 82 anos, que eu conheci dentro da embaixada americana. Ele parecia doente (é quase surdo) e quem o trouxe até ali foi a sua secretária Tereza Gomez, que também cuida da sua saúde.

A secretária o trouxe à embaixada, porque a casa de Bergan foi atingida por um morteiro, e, como ele é um homem rico, Terezinha decidiu levá-lo para os Estados Unidos. Sentado numa cadeira de rodas, com a respiração ofegante, Bergan parecia estar ouvindo a história que Tereza me contava, e sempre em silêncio. Ele só falou comigo uma vez, e me disse:

— Meu filho, Somoza é um homem bom, rico, poderoso. Se ele morrer, quero morrer ao lado dele.

Quero afirmar ainda, que nas últimas 48 horas que estive na guerra, tentei, por onde andava, encontrar outro sapo. Em alguns casos, inclusive, eu conduzia as entrevistas de modo a fazer as pessoas falarem bem de Somoza. Por exemplo: entrevistei um homem que nos vendeu gasolina, quando estávamos no bairro Dom Bosco, da seguinte forma:

— Meu senhor, eu tenho escutado muitos elogios a Anastácio Somoza. E também gostaria de ouvir a sua opinião, a respeito do honrado presidente do seu País.

— Presidente, não! Perro (cachorro). Diga assim: Perro Somoza!

No Aeroporto La Mercedez, um pouco antes de embarcar num avião da empresa Lanica, que pertence a Somoza, encontrei um outro nicaraguense, que quase confessou ser um sapo. Ele é filho de um ex-ministro, (não quis dizer o nome dele, nem o do seu pai), e antes que eu o entrevistasse, me perguntou:

— Você é contra ou a favor do Somoza?

Fiquei meio sem jeito, e desconversei, não dei opinião nenhuma. E quando fiz a mesma pergunta, ele foi sincero. Antes de responder, me mostrou a passagem aérea que havia comprado pela metade do preço normal, um privilégio, segundo me disse, dos amigos e dos parentes do ditador:

“Não posso dizer que gosto de Somoza, mas como você vê”, ele disse mostrando a passagem da Lanica, “não tenho motivo nenhum para odiá-lo”.

Na viagem de Nicarágua a Miami, eu encontraria ainda um casal, que naquele dia havia fugido da cidade de Leon, dominada pelos sandinistas, embora eles tivessem opiniões diferentes sobre Somoza e a revolução civil. A mulher, quando descobriu que eu era repórter, sentou a meu lado, começou a chorar e a contar fatos sucedidos em Leon.

Entre outras coisas, disse que o marido estava se tornando um sandinista radical, inclusive que ele estava participando dos “comitês populares” encarregados de distribuir comida para a população e de dar assistência aos feridos dos combates. Alguns minutos depois, o marido se aproximou de nós, botou o braço sobre o ombro dela e começou a interferir na conversa:

Ele: Não vou esconder, sou cem por cento oposição.

Ela: E eu prefiro a Guarda. Se você é repórter, também tem que ouvir o que eu estou dizendo.

Ele: Na verdade tem bandido nos dois lados, mas...

Ela: Eles quebraram as plantas do meu jardim, bateram com violência na minha porta e me obrigaram a fazer um curativo num guerrilheiro, como se eu fosse mulher de comunista.

Ele: Entusiasmo da guerrilha, euforia.

Ela: Invadiram minha cozinha sem pedir licença, comeram frijoles, beberam meia garrafa de rum e ainda me chamaram de burguesa porque eu tinha cinco pacotes de bolacha no armário. Prefiro a Guarda, mil vezes a Guarda.

Ele: Mas a Guarda matou teu pai, fuzilou teu primo, você não lembra mais.

Ela: Pai era um rebelde, vivia chamando Somoza com más palavras. Morreu frustrado porque não me tornei sandinista. Tava louco, coitado, doente de comunismo na cabeça.

Ele: Teu pai estava certo.

Ela: Tão certo, que está morto, não soube se defender de um soldado raso.

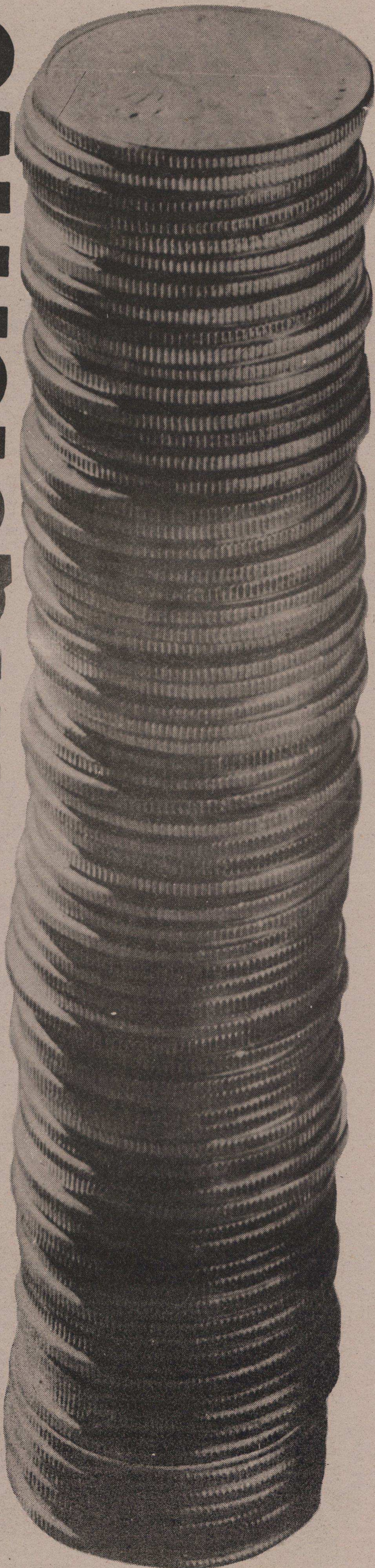
Ele: Teu pai continua vivo, ele nos ajudará, lá de cima, a acabar com o Somoza, você verá.

Ela: Prefiro ficar em Miami.

Ele: Mas eu não. Vou comprar um fuzil e voltarei amanhã. Tá na hora de acabar com tudo, com Somoza e toda sua casta.

Ela: É o fim, Sebastian, é o fim do nosso casar ento.

ALTO PODER AQUISITIVO



Se o produto ou serviço que sua empresa vende é destinado ao público classe “A”, utilize uma emissora que convive com a classe “A” nas 24 hs. do dia.

**RADIO
UNIVERSAL
FM STEREO**

Peça sem compromisso a presença de nosso contato pelos fones: 33-16-02 e 33-26-02 e multiplique suas vendas na classe “A”.

Mauro Borges

O preço de um pulo no escuro

Ex-governador de Goiás apoiou a Revolução sem "saber bem dos seus objetivos". Pagou com a carreira política, que agora tenta reconstruir

Depois de 14 anos no ostracismo, volta ao cenário político de Goiás aquele que foi considerado como um de seus maiores governadores e para o qual, em determinados momentos cruciais da história política brasileira, convergiram as atenções da opinião pública do país: o coronel Mauro Borges Teixeira, deposto do Governo do Estado em 26 de novembro de 1964 por ato de intervenção decretado pelo então presidente Humberto de Alencar Castello Branco.

Se o processo político tivesse se desenvolvido normalmente — sem o movimento de março de 1964 — Mauro Borges certamente teria sido candidato à vice-presidência da República pelas forças populares brasileiras, indicação que muito antecipadamente vinha postulando. Mauro Borges era, então, um nome em ascensão e tinha como principal suporte a administração que realizava em Goiás, com base no Plano MB — na essência uma versão atualizada e progressista (para a época) do Plano de Metas do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira.

Sucessor político de seu pai, o ex-governador Pedro Ludovico Teixeira, chefe de uma oligarquia que mandou no estado de 1930 a 1964 (com breves interrupções), Mauro Borges parece haver perdido um pouco de sua liderança. É provável que não volte ao Governo do Estado, porque, no MDB, não é mais estrela de primeira grandeza. Existem outras lideranças mais consolidadas e com mais substância eleitoral. Se houver eleições diretas para o Governo do Estado em 1982, os mais prováveis postulantes são o ex-prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado (também cassado) e o senador Henrique Santillo (eleito no ano passado).

VOLTA À MILITÂNCIA

Mesmo assim Mauro Borges parece não estar disposto a perder terreno. Tanto que volta com todo o vigor à militância política, o que se dará mais efetivamente quando assumir a presidência do Diretório Regional do MDB, em agosto. O ex-governador já tem um plano montado para estruturar suficientemente a oposição em Goiás. Recentemente ele anunciou sua intenção de formar uma espécie de governo-fantasma ou gabinete-sombra, cuja função seria fiscalizar a administração estadual, inclusive oferecendo alternativas mais consoantes com as linhas programáticas da oposição. Tudo indica que o ex-governador será o candidato natural da oposição ao Senado, na vaga que se abrir em 1982.

Para recuperar a liderança, agora no MDB Mauro Borges conta com a força dos Ludovico em Goiás, que ainda é considerável. A ponto de se terem eleito pelo MDB, no último pleito, dois representa-

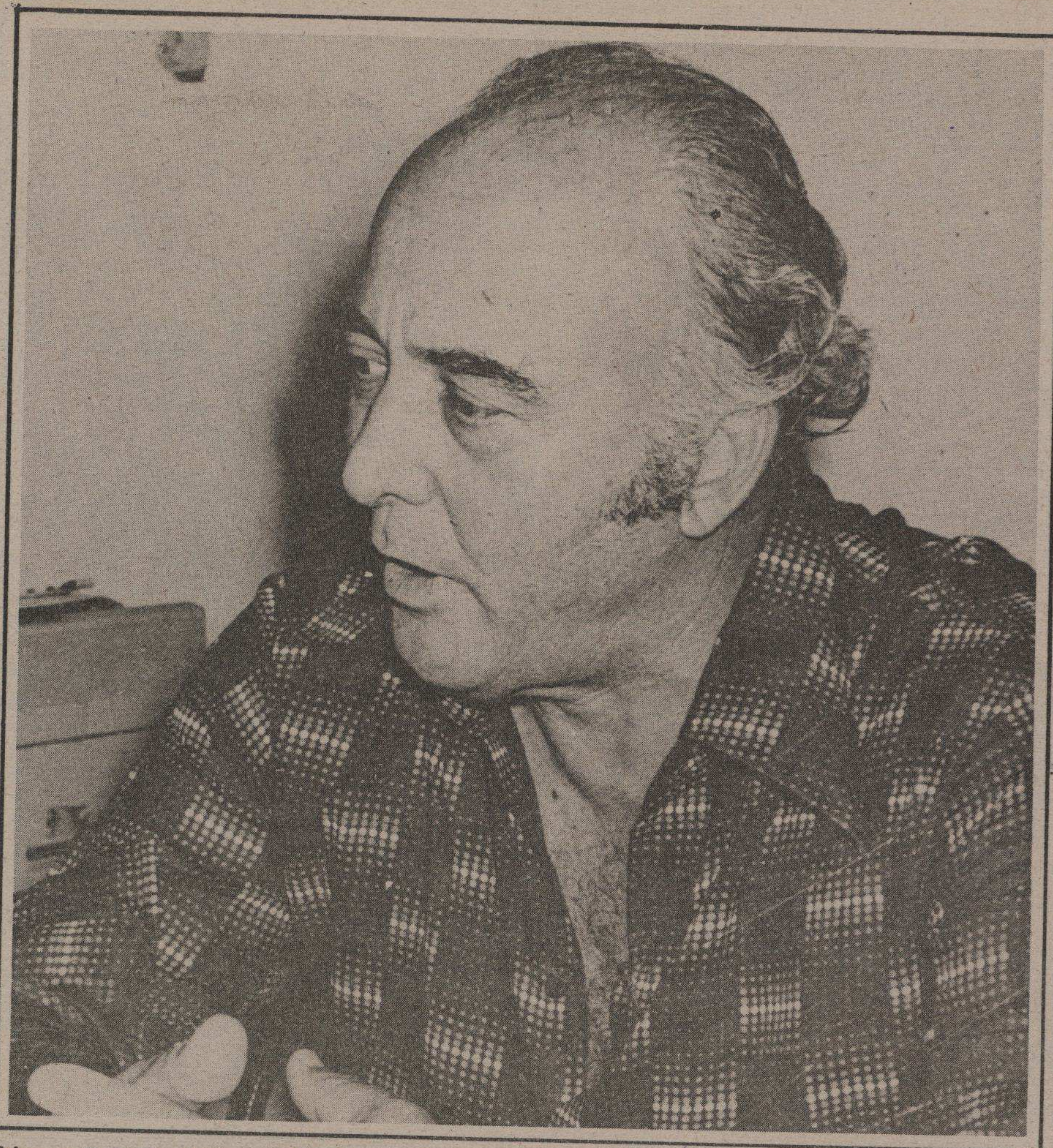
tes da família: o deputado federal Paulo Borges Teixeira e o deputado estadual Mauro Teixeira Júnior, respectivamente irmão e filho do ex-governador goiano.

Na verdade o ex-governador goiano ocupa uma posição singular: em 1961, com um manifesto à Nação, proclamou-se a favor da posse do vice-presidente João Goulart e tornou-se, juntamente com Leonel Brizola, líder civil da Legalidade. Mas, em 1964, foi um ativo conspirador, apoiando o movimento militar que finalmente derrubou Jango do Governo. Nas duas ocasiões, Mauro Borges preparou militarmente o Estado para a eventualidade de um choque armado.

UM PULO NO ESCURO

O ex-governador não vê incoerência nesses dois fatos, para os quais tem uma explicação: "Em 64 eu dei um pulo no escuro, não sabia e ninguém sabia quais eram os propósitos reais do movimento". E acrescenta que se indispôs com o movimento desde os primeiros dias. "O meu desentendimento com a Revolução — conta Mauro Borges — começou quando eu cheguei do Rio e encontrei um Estado praticamente ocupado, violências já se processando em cima de meus auxiliares e pressões de um general querendo que eu demitisse todo o meu secretariado".

Em 1961, sua posição em favor da Legalidade lhe valeu o apoio maciço das forças políticas de Goiás. E a Assembleia Legislativa chegou a emitir uma nota oficial com o título *Um Líder Autêntico*. Nessa ocasião, as diversas associações de classe se solidarizaram com o governador e o movimento estudantil formou



Mauro Borges, 14 anos depois: "Fui vítima dos militares da linha dura"

os Pelotões da Resistência Democrática, que, receberam treinamento da Polícia Militar do estado. Mauro Borges dizia, então, que "do exame dos fatos resulta que, ante a irrevogável renúncia do iminente presidente Jânio Quadros, por pressão irresistível de um conluio de forças egoísticas e obscurantistas, associadas aos grandes trustes internacionais, que têm sugado as energias do povo brasileira, submetendo-o a um crescente processo de degradação social e biológica, só há um caminho digno, democrático e constitucional, na letra e no espírito da lei: a posse do vice-presidente João Goulart, no cargo vago da Presidência da República".

Completando esse quadro Mauro Borges aderiu à Frente de Libertação Nacional, que tinha como presidente o governador gaúcho Leonel Brizola. A acentuada divergência entre Borges e Brizola — que disputavam a liderança das forças populares brasileiras — encerrou-se com a intervenção do governador de Pernambuco, Miguel Arraes de Alencar. Mauro foi eleito secretário geral da FLN, cujo lançamento foi realizado em Goiânia com intensa mobilização popular.

Com a posse de João Goulart na Presidência, as promessas de apoio ao governo goiano — feitas enfaticamente ao governador Mauro Borges — não se concretizaram. E em 1962 começaram os desentendimentos entre Borges (que era do PSD) e o PTB regional (à época constituído, em sua maioria, por pelegos). Esses desentendimentos eram motivados principalmente pela oposição que o PTB

fazia à linha administrativa do Governo Estadual. Em 30 de junho de 1963 ocorreu finalmente o rompimento da coligação PSD-PTB em Goiás, proposto pelo próprio PSD, tendo em vista "a indisfarçável má vontade para com os assuntos fundamentais do mais alto interesse do Governo e do estado de Goiás".

SITUAÇÃO INCÔMODA

Ao final de 1963, a situação do governo Mauro Borges era das mais incômodas: tinha contra si a oposição institucional — representada pela coligação UDN-PSP — que agora ganhava novo aliado, o PTB. Segundo um estudo do professor Francisco Evangelista Rabelo (*Governo Mauro Borges — Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás*) da Universidade federal de Minas Gerais, "a UDN-PSP-PDC brandia a arma do anticomunismo. O PTB alegava o predomínio do Executivo sobre o Legislativo, com o conseqüente enfraquecimento deste, e a exploração propagandística e personalista do Plano MB".

Ainda de acordo com o professor Rabelo, o PSD tradicional via com olhos cada vez menos simpáticos a escalada estatizante promovida pelo Governo. E a UDN e o PSD tinham bases sociais comuns e jamais o Legislativo — mesmo com maioria pessedista — iria propor ou votar contra seus próprios interesses.

No rompimento do acordo com o PTB localizam-se os primeiros sinais de divergências entre o presidente João Goulart e o governador Mauro Borges, porque Jango insistia em prestigiar as lideranças petebistas de Goiás. Em seu livro, *O Golpe em Goiás — História de uma Grande Traição*, o ex-governador denuncia as tentativas de Jango no sentido de torpedear sua luta contra o grupo do senador José Ermírio de Moraes, que detinha ilegalmente o direito de lavra das jazidas de níquel de Niquelândia, em Goiás. Mauro Borges relata que, em caráter reservado, Jango solicitou-lhe que "deixasse em paz" o senador Ermírio de Moraes e não o pressionasse, como vinha fazendo, com relação à defesa dos interesses da exploração do níquel.

Mauro revela também que jamais contou com a solidariedade do presidente João Goulart nas iniciativas marcadamente nacionalistas de seu governo. Como, por exemplo, a criação da Companhia de Desenvolvimento Agrário (Metals de Goiás S.A.), do Instituto de Desenvolvimento Agrário, da Indústria Química do Estado de Goiás e outras.

A verdade é que, por essas razões, aliadas à instabilidade política do governo de Jango, Mauro Borges acabou rom-

A BRAVURA DO AVÔ. A GARRA DO PAI.

Mauro Borges Jr.

PARA DEPUTADO ESTADUAL

Nº 1212

MDB



Participação honesta na vida pública brasileira desde a revolução de 30.

Propaganda do filho de Borges na última eleição: ainda usando a força do pai

(continua)

pendo com o Presidente. Na reunião dos governadores em Araxá, Minas Gerais, realizada em 1963, Borges já afirmava: "Sente-se que há falta de comando na administração federal" e "em face da situação que aí está, são necessárias medidas patrióticas e heróicas, a fim de impedir que a Nação brasileira prossiga nessa caminhada fatal para o caos e, conseqüentemente, para o próprio esfacelamento da unidade nacional".

Pouco antes da denúncia do acordo partidário com o PTB e o corte de relações com o Presidente, Mauro Borges afirmava, em entrevista ao *Jornal do Brasil* (16 de junho de 1963), que "é preciso fazermos, primeiramente, uma autocrítica quanto à desordem à corrupção, ao desperdício, ao negocismo, ao amoralismo e ao imoralismo reinantes em muitos de nossos quadros dirigentes".

CONSPIRADOR ATIVO

Com esses fatos, Mauro Borges justifica sua adesão ao movimento de março de 1964. Mas ainda hoje esse apoio é questionado, sendo uma das razões de constantes críticas ao ex-governador, feitas por elementos da própria oposição. Embora tivesse sido um dos mais ativos conspiradores do golpe de 64, Mauro Borges acabou sendo uma de suas principais vítimas: foi deposto do governo e teve seus direitos políticos cassados. De 31 de março a 26 de novembro de 1964 — quando ocorreu a intervenção federal no estado — Goiás viveu um clima de conspirações políticas, que, inicialmente atingiu sua equipe de auxiliares, chegando, finalmente, ao alvo, que era o próprio governador.

No dia 31 de março de 1964, Mauro Borges se pronunciou favoravelmente ao movimento deflagrado, apesar da guarnição federal em Goiânia (o 10º Batalhão de Caçadores) encontrar-se numa posição de fidelidade ao presidente João Goulart. Por essa circunstância, o governador goiano foi alçado à condição de um dos líderes civis do movimento. E, juntamente com os governadores Adhemar de Barros (SP), Carlos Lacerda (GB) e Magalhães Pinto (MG), foi um ativo articulador da candidatura do general Castello Branco à Presidência da República. Mais do que o apoio ao movimento de 1964, a atuação de Mauro Borges imediatamente após o golpe é muito criticada pelas forças oposicionistas do estado de Goiás.

Usando dos poderes conferidos aos governadores de estado pelo primeiro Ato Institucional, Mauro Borges fez uma espécie de *limpeza de área*: puniu todos os funcionários públicos estaduais que, de uma forma ou de outra, se encontravam comprometidos com a ordem anterior. O Dops de Goiás notabilizou-se em todo o país pelo *fichamento* de praticamente todas as pessoas que assumiram posições autênticas antes de 64. E Mauro, segundo fontes da própria oposição goiana, influiu decisivamente na cassação de diversos políticos.

Sem fazer uma autocrítica sobre sua participação nos acontecimentos de 64, Borges admite, entretanto, que, "em termos normais", não agiu certo. "Eram medidas de exceção, justificáveis nas circunstâncias", assegura hoje o ex-governador de Goiás. Ele admite que, por terem sido medidas excepcionais, as punições de funcionários deveriam ser revistas.

VÍTIMA DO SISTEMA

Não demorou muito e Mauro Borges passou a ser vítima do próprio sistema que ajudara a implantar no Brasil. Ele conta no livro *O Golpe em Goiás* que, passados os primeiros momentos da euforia da posse de Castello Branco, a ala totalitária das Forças Armadas, os seus adversários políticos no estado e os grupos econômicos contrariados começaram a se coordenar para dar início à ofensiva contra o homem que "investira temerariamente contra poderosos grupos financeiros".

Borges relata em seu livro que seus adversários políticos da UDN e do PSD tiveram papel destacado nessa articulação. E que o vínculo para a ação militar foi o general Luiz Carneiro de Castro e Silva "ex-integralista militante, de formação visceralmente nazista, com vernizes aristocráticos de longos anos de educação na Alemanha".



Novembro de 64: a "crise de Goiás" termina com a queda do governador

Mauro relata que, ao chegar a Goiânia, o general Castro e Silva solicitou-lhe uma audiência, durante a qual lhe entregou um ofício do general Ernesto Geisel "militar que jamais compreendera, com isenção, minha posição político-militar em agosto de 1961, quando ele comandava a guarnição de Brasília, cumulativamente com a chefia do Gabinete Militar de Jânio Quadros".

Ao mesmo tempo em que se instalava a Subcomissão Geral de Investigação, presidida pelo general Castro e Silva, Mauro Borges lançava uma mensagem ao povo goiano. Na mensagem ele afirma que "alguns dias após o triunfo da Revolução de 31 de março deflagraram contra mim uma campanha violenta, injusta e mentirosa, visando ao meu aniquilamento político e, quem sabe, também de minha própria pessoa física". E pedia o apoio do povo, depois de afirmar que agiria com a mesma dignidade, autoridade e destemor de sempre.

Após alguns dias de investigação, o general Castro e Silva apresentou três alternativas de mudança do governo Mauro Borges: renúncia do cargo de governador, conciliação com o governo militar (isso implicaria na demissão de todo o seu secretariado, presidências de autarquia e sociedades de economia mista) ou aplicação do Ato Institucional, com a cassação de seus direitos políticos.

O governador recusou-se a aceitar qualquer das alternativas e encaminhou carta a Castello Branco narrando os acontecimentos. Na carta ele ponderava que havia tomado as medidas políticas solicitadas e executado outras de sua própria iniciativa. E, ainda, que havia criado uma comissão para aplicar o Ato Institucional em Goiás para — mediante processos em que os acusados eram ouvidos — promover atos administrativos a fim de demitir os seus cargos "quando considerados incurso em atividades contrárias à segurança do Estado, contra a probidade pública e o regime democrático".

Ao receber a carta, Castello Branco solicitou a presença do governador goiano no Planalto. Durante a audiência, Borges fez um relato detalhado da crise de Goiás e reafirmou sua disposição de não aceitar as condições apresentadas pelo general Castro e Silva. Diante da recusa de Mauro Borges de substituir seu secretariado, o Presidente resolveu o problema cassando os direitos políticos de dois secretários: o padre Ruy Rodrigues da Silva, da Educação, e o deputado Wilson da Paixão, do Interior e Justiça.

Logo depois dessas cassações, o general Castro e Silva voltou a tomar o depoimento de Mauro Borges. Na ocasião ele acusou a administração do Estado de estar "infestada de comunistas, elementos comprovadamente contrários à ordem democrática consagrada por nossas mais caras instituições". E mais: acusou o próprio governador de ter demorado em aplicar o Ato Institucional em Goiás. Terminados os trabalhos da Subcomissão Geral de Investigações, o Conselho de Segurança Nacional, presidido por Cas-

tello Branco, absolveu Mauro Borges de todas as acusações de subversão.

MINISTRO MANOBRADA

Mas a calma não voltou a Goiás: "Os elementos da linha dura das Forças Armadas — conta o ex-governador — insistiam em me transformar numa marionete, sempre dócil aos seus desejos e sua fome de poder". A segunda investida foi articulada pela coligação UDN-PSP com o comandante do 10º Batalhão de Caçadores, o tenente-coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, e outras figuras do plano nacional. Para o governador estava muito claro que o próprio ministro da Guerra, general Arthur da Costa e Silva, manobrava nos bastidores o Inquérito Policial Militar de Goiás, chefiado agora pelo tenente-coronel Cunha e Mello.

Nesta ocasião ele escreveu outra carta a Castello Branco, dizendo que não lhe davam condições de prosseguir seu trabalho em paz. Dizia também que atrás de cada depoente e nas perguntas que formulavam às pessoas chamadas a depor, os inquiridores do IPM só enxergavam um possível réu, o Governador de Goiás.

E denunciava os atos de terrorismo praticados pelo 10º Batalhão de Caçadores, acrescentando que estava seguramente informado de que o encarregado do IPM (o tenente-coronel Cunha e Mello) estava permitindo torturas, o que poderia ser comprovado mediante audiência das vítimas. Na carta ele relacionou ainda os nomes de seus principais auxiliares que se encontravam presos no 10º B.C.

Apesar de prometidas pelo presidente Castello Branco, não foram tomadas as providências contra a arbitrariedade promovidas ou acobertadas pelo tenente-coronel Cunha e Mello, que foi promovido a coronel, por merecimento. Quando se aproximava o fim do IPM, o encarregado-geral dos Inquéritos Policiais Militares transferiu o de Goiás para a chefia do general Riograndino Krueel, então diretor do Departamento Federal de Segurança Pública.

Mauro Borges conta em seu livro que depois que os IPMs foram transferidos para Brasília intensificaram-se as denúncias contra ele, não se sabe se partindo do Serviço Nacional de Informações (SNI), do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP) ou do Serviço de Relações Públicas do Ministério da Guerra.

Nesse ambiente, o Serviço de Relações Públicas do DFSP convocou todos os jornalistas de Brasília para uma verdadeira *bomba*: apresentação do *espião polonês* Paulo Gutko e a publicação de seu depoimento, comprometendo o governador Mauro Borges. Borges conta que "o destino não permitiu a apresentação pois as violências de que Gutko fora vítima em Goiânia tornaram-no completamente louco". Diante do impasse, foi encaminhada a cada jornalista uma nota oficiosa (sem assinatura do autor e sem nome oficial do órgão representante) que acusava direta e indiretamente o

governador de estar envolvido com espionagem, contrabando de minérios atômicos para países socialistas "e outras invenções próprias da guerra psicológica", conforme conta Borges.

UM VELHO INIMIGO

No dia 6 de novembro de 1964 — 20 dias antes da intervenção federal em Goiás — chegaram a Goiânia o general Riograndino Krueel, encarregado do IPM, o então major Amerino Raposo, o capitão Danilo Marini e o ex-comandante Queirós, da Polícia Especial. Vinham com a finalidade de tomar o depoimento do governador, que se recusara a atender à intimação de Krueel para comparecer à Brasília, alegando ter prerrogativas especiais. O general Krueel era antigo inimigo de Mauro Borges, porque o governador lhe havia negado colaboração para um plano de *colonização* cujas glebas estava *sub-judice*, conforme informações dadas na época pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás. Mesmo assim, o general não desistiu das transações e associou-se à conhecida grileira de terras em Goiás, Célia Rodrigues de Lima. Mais tarde descobriu-se que o autor do roubo de armas do Tiro de Guerra 53, de Anápolis (feito com o propósito de agravar ainda mais a situação no estado) também era sócio de Célia.

Foi a partir da presença de Krueel em Goiás que a situação ficou mais tensa e as manobras militares começaram a ser feitas abertamente neste estado. À frente do general Riograndino Krueel e tendo como principal inquisidor o então major Amerino Raposo, Mauro Borges, iniciou seu depoimento, que duraria 26 horas consecutivas. As perguntas eram feitas no sentido de estabelecer ligações entre o governador e histórias fantásticas de espionagem internacional.

A situação ficava cada vez mais tensa, inclusive com movimentação de tropas. Mauro Borges resolveu formar um dispositivo de defesa em torno do Palácio do Governo para se prevenir contra golpes de surpresa. A essas alturas o Palácio estava sendo sobrevoado por aviões a jato e vagões aéreos transportando paraquedistas. Tanques *sherman* estava a postos nos arredores de Goiânia. E o comandante do 10º B. C. prometia varrer "a ferro e fogo" o Palácio.

Mauro Borges impetrou *habeas-corpus* no Supremo Tribunal Federal. Mas a ameaça era grande e o tempo era escasso. Ele havia sido informado de que seria preso à noite, se necessário pela força. Iniciou-se, então, o deslocamento do Batalhão da Guarda Presidencial para Goiânia, sob fortes chuvas, enquanto a excitação popular atingia a nível quase explosivo. Mas o pedido de *habeas-corpus* (impetrado pelo professor Sobral Pinto e relatado pelo ministro Gonçalves de Oliveira) teve aprovação unânime. Mal foi divulgado esse resultado, a Presidência da República, intempestivamente, divulgou uma violenta nota contra o Governador. "A nota" — relembra Mauro Borges — "de estilo panfletário, imprópria de um chefe de Estado, deselegante e atentatória às relações harmônicas que devem prevalecer entre os três poderes da República, parecia surgir, no sistema articulado de pressão com uma imposição da chamada linha dura ao Presidente".

NO DIA DA QUEDA

Na manhã do dia 26 de novembro de 1964, Mauro Borges finalmente viu o desfecho de toda a crise. Ele acaba de ser informado de que o presidente Castello Branco havia assinado o decreto de intervenção federal em Goiás. "Determinei imediatamente a suspensão de todo o meu frágil dispositivo militar de defesa e divulguei uma nota a respeito", conta o governador. "Mobilizou-se, então, contra o Congresso Nacional, o dispositivo de pressão e aliciamento da Presidência da República. O próprio Presidente, do Palácio do Planalto, comandava essa operação". Mauro Borges afirma em seu livro que, com seu comportamento, havia oferecido ao Congresso a grande oportunidade de sua afirmação autônoma e que, "infelizmente", o Congresso capitulou. A intervenção foi aprovada. Começavam aí os 14 anos de silêncio do líder goiano, que agora retorna à vida pública disposto a recuperar sua liderança.

Voto distrital, uma arma para o Governo?

O professor Eduardo Dutra Aydos fez um estudo sobre o voto distrital no Brasil. Conclusão: ele pode ajudar a fortalecer ainda mais a Oposição

A questão do voto distrital está no ar, novamente, e é provável que sua implantação faça parte do conjunto de medidas que o Governo prepara para promover a reforma política no País. Em 1977, o senador José Sarney, presidente da Arena, apresentou ao Congresso Nacional um projeto-de-lei nesse sentido.

O projeto de Sarney foi arquivado, ficando o voto distrital — ao contrário do que supunham alguns — fora do pacote de alterações políticas baixado em abril de 77. Isso parece demonstrar que o Governo, embora lançando mão do voto distrital como uma arma a seu favor nas eleições, está tratando com cautela o assunto.

A Oposição, ao contrário, tem sido mais afoita no julgamento da questão. Com poucas exceções, a atitude dos opositoristas tem sido de denúncia, considerando o voto distrital como mais uma manobra para deter o avanço da Oposição, através de uma reforma eleitoral.

É compreensível a cautela do Governo. Quem pode garantir que o voto distrital não representará o desafio e a oportunidade para a consolidação do partido opositorista em nível municipal — única faixa eleitoral em que a Arena dispõe ainda se confortável maioria, tanto em pleitos majoritários como proporcionais? Quem garantirá ao Governo que a estruturação dos novos partidos não representará o desafio e a oportunidade para a consolidação político-ideológica da Oposição?

Por outro lado, não se pode deixar de reconhecer algum fundamento nos argumentos da Oposição. A história política recente registra uma seqüência de intervenções governamentais cujo objetivo não é outro senão o de garantir a manutenção do regime, e do Governo, tirando da Oposição a possibilidade de chegar ao Poder.

Além disso, a adoção do voto distrital em países que antes adotavam a representação proporcional, é geralmente feita contra o "voto ideológico" e a articulação política das minorias.

* Eduardo Dutra Aydos é professor no curso de Mestrado em Antropologia, Ciência Política e Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da PUC/RS.



O mapa mostra como seria o resultado das eleições de 78 no RS, no caso de uma divisão equitativa das circunscrições distritais: 20 deputados do MDB, 12 da Arena.

O exemplo mais flagrante dessa manipulação político-eleitoral é a França, onde o Governo provisório do general De Gaulle, impôs como condição de sua continuidade a mudança da legislação eleitoral, com a adoção do voto distrital em escrutínios de dois turnos. Em 1956, antes da reforma, o Partido Comunista Francês obteve 25,6% dos votos, ocupando 25,2% das vagas para a Assembleia Nacional — 150 cadeiras. Em 1958, depois da reforma, o PCF obteve 18,9% dos votos válidos no primeiro turno, e sua representação caiu para 2,1% das vagas, ocupando apenas 10 cadeiras na Assembleia Nacional.

Nos Estados Unidos, o sistema do voto distrital foi largamente utilizado para cercear as possibilidades de expressão política das minorias raciais. Finalmente, nas últimas eleições da Inglaterra, ficou evidente uma última faceta crítica do sistema de voto distrital, quando a dificuldade prática imposta à competição eleitoral forçou um alinhamento bipartidário e dificultou, com isso, a renovação dos quadros, diminuindo a capacidade de inovação e mudança no

âmbito do sistema político como um todo.

Diante de todos estes antecedentes, torna-se compreensível a desconfiança e a rejeição liminar com que a Oposição tem tratado todas as propostas de implantação do voto distrital no Brasil. Essa atitude, no entanto, corre o risco de repetir pelo avesso o equívoco dos estrategistas governamentais que propuseram o bipartidarismo como solução para conter o processo de estruturação ideológica do eleitorado brasileiro, e para resolver os problemas de legitimação do regime autoritário instituído em 1964.

TABELA 1 — DISTRIBUIÇÃO DE CADEIRAS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS, ESTIMADA PARA 1978 CONFORME DIFERENTES CRITÉRIOS E NORMAS CONSTITUCIONAIS (PERCENTUAIS)

REGIÕES	Proporção do número de habitantes	Proporção de eleitores	Constituição de 1946	Emenda nº 17	Constituição de 1967	Emenda nº 1 — AI-5	Pacote de Abril
Norte	3,9	4,1	5,8	7,3	10,6	7,1	6,7
Nordeste	29,5	24,6	32,3	30,2	34,1	31,9	30,0
Sudeste	41,9	46,0	38,8	36,3	30,1	31,7	37,1
Sul	18,1	18,6	17,8	17,9	15,0	20,7	19,5
Centro-Oeste	6,2	6,4	6,8	8,4	10,2	8,6	6,6

(Continua)

Seria lícito, pelo menos, questionar a facilidade com que se afirma que o que não tem funcionado em outros países, pela mesma razão, também não vai funcionar no Brasil.

A REPRESENTAÇÃO PROPORCIONAL

O sistema de representação proporcional, adotado no Brasil desde sua proposição por Raul Pilla, na Constituição de 1946, de acordo com o que revela a pesquisa política, tem favorecido os grandes partidos e dificultado a representação política do eleitorado ideologicamente mais estruturado, além de conviver com disparidades regionais do potencial político eleitoral que motivaram o artodenúncia de Navarro Brito (1), onde se demonstra que, em 1962, um voto do estado do Acre tinha o mesmo valor eleitoral que o de 25 paulistas.

O trabalho de Navarro de Brito demonstra como as sobras de votação e as disparidades regionais favoreceram historicamente os grandes partidos. Basta verificar, neste sentido, que entre 1954 e 1962, os grandes partidos (PSD, UDN e PTB) perderam "24% de sua força eleitoral, enquanto o número de seus parlamentares cresce em 4%".

As conclusões de Navarro de Brito ressaltam que além de estimular a fragmentação da vida partidária, alimentando cisões internas e a proliferação de agremiações com implantação regional, cujas siglas, em âmbito nacional, se tornam verdadeiras legendas de aluguel, a representação proporcional no Brasil "também fortalece progressivamente as bancadas dos grandes partidos na Câmara dos Deputados".

Mais corrosivas, nos seus efeitos, e mais sutis, nas suas manifestações, no entanto, são as distorções que a experiência brasileira de representação proporcional registra no que se refere ao recrutamento político e às oportunidades

de articulação e representação dos setores ideologicamente mais conseqüentes e estruturados do eleitorado brasileiro: a população urbana nos estados mais industrializados e nas grandes metrópoles regionais. Um primeiro nível de dificuldades impostas à representação política desses setores não é, propriamente, uma característica da representação proporcional, em si. Elas têm origem no princípio constitucional que estabelece a circunscrição das vagas para a Câmara dos Deputados, entre as várias circunscrições estaduais.

Neste particular, desde a Constituição de 1946 até o presente, sistematicamente, os estados mais industrializados da Região Sudeste (mais especificamente São Paulo) têm sido sub-representados na composição daquele órgão do Poder Legislativo. A Tabela 1, a seguir, demonstra os coeficientes desta sub-representação. Nas primeiras duas colunas apresenta-se o percentual da população e dos eleitores nas diferentes regiões do Brasil, em 1978. Nas demais se apresentam os resultados que a aplicação das várias formas de cálculo, constitucionalmente propostas, produziram se tivessem sido aplicadas para as eleições legislativas deste mesmo ano. Como se pode verificar, até a constituição de 1967, cresce a super-representação da Região Norte, e a sub-representação da Região Sul.

Tomando-se como base de cálculo uma Câmara de Deputados com 420 membros, na proporção de sua população, São Paulo deveria contar com uma bancada de 81 deputados. Se a proporção fosse calculada com base no número de eleitores paulistas, o tamanho da bancada daquele estado deveria crescer para 91 deputados. Enquanto isso, as normas constitucionais vigentes determinam a fixação daquele número em apenas 55 cadeiras. O argumento de que a pura obediência à proporcionalidade bruta viria a ferir a possibilidade de representação dos estados menos desenvolvidos, como oportunamente assinalou o Prof. Leônidas Xausa (2), não subsiste num regime bicameralista onde, no Senado Federal, a representação dos estados é paritária.

Em conseqüência da assimetria na distribuição das vagas para a Câmara Federal, o potencial político dos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste, é penalizado, relativamente aos estados do Norte e Nordeste. A Tabela 2 apresenta dados relativos à proporção de eleitores, por deputados eleitos, em cada uma destas regiões, comprovando quantitativamente esta afirmação.

TABELA 2 — ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 1978

REGIÕES	DEPUTADOS	ELEITORES	ELEITORES POR DEPUTADO ELEITO
Norte	28	2.040.603	72.879
Nordeste	126	11.678.634	92.688
Sudeste	156	21.749.025	139.417
Sul	82	8.808.961	107.426
Centro-Oeste	28	3.019.466	107.839

A sub-representação dos estados mais industrializados não se pode atribuir à representação proporcional, mas a sub-representação política das grandes cidades e metrópoles regionais lhe é inerente. A imagem de uma colcha de retalhos é o lugar comum que a prática político-eleitoral tem reservado para as capitais estaduais — áreas onde todos os candidatos são votados e que, por isso mesmo, dificilmente elegem candidatos próprios para as Assembléias Estaduais e Câmaras Federais.

Como resultado dessa situação ocorrem dois fenômenos e duas conseqüências de grave repercussão na vida política do País:

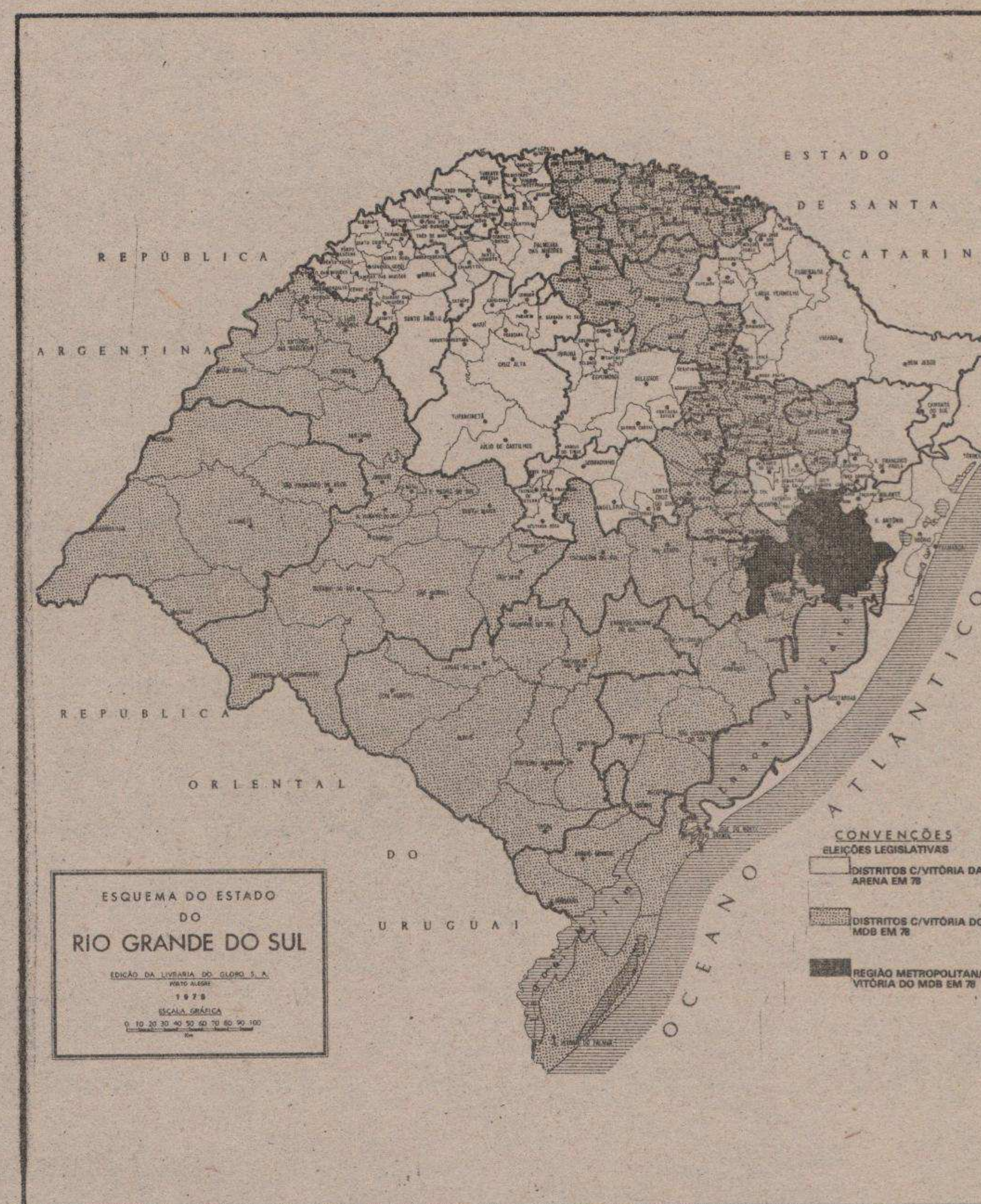
a) o voto urbano das capitais e áreas metropolitanas tende a reforçar a eleição de bancadas legislativas formadas por candidatos com base eleitoral no interior dos estados;

b) as oportunidades políticas abertas às lideranças metropolitanas são mais reduzidas, suas probabilidades de eleger-se num posto representativo são menores;

c) em conseqüência, o potencial político, ideologicamente estruturado, dos grandes centros urbanos não é adequadamente representado pelo conjunto de deputados eleitos que, embora pertencendo ao partido de preferência daquela população e, muitas vezes, correspondendo ideologicamente as suas perspectivas, inegavelmente sofrem a pressão de suas bases políticas e orientam sua



Divisão favorável à Arena, eleições de 1978 e 1976



Divisão favorável ao MDB, resultados da eleição de 1978

atuação cotidiana para o seu atendimento e a defesa de seus interesses;

d) por outro lado, esta situação desestimula a participação político-partidária nos grandes centros urbanos que, paradoxalmente, apresentam, em muitos casos, quadros partidários, cujo nível de politização e estruturação ideológica apresenta graves defasagens e deficiências, relativamente ao próprio meio metropolitano e aos quadros partidários como um todo.

Uma outra distorção reforçada, no processo de recrutamento político pela representação proporcional, é a oportunidade diferencial de possibilidades eletivas que determinadas profissões ou ocupações passam a desfrutar. Na medida em que uma soma de votos esparsos e rarefeitos em todo o estado é suficiente para eleger um candidato, abrem-se oportunidades, tanto para a eleição de pessoas que consigam despertar identificações seletivas de uma minoria do eleitorado, com alta estruturação ideológica, quanto para pessoas que se beneficiam de um resíduo de popularidade obtido por quaisquer formas de acesso à opinião pública — por exemplo, jogadores de futebol.

Finalmente, a representação proporcional é responsável pela dificuldade de articulação orgânica da vida partidária, na medida em que transforma cada deputado eleito numa ilha, relativamente a seus demais companheiros de partido. A perspectiva da eleição é constante na vida de um deputado — e numa eleição, disputada sob o sistema de representação proporcional, a luta intrapartidária é mais decisiva, para cada candidato, do que a luta contra adversários políticos do partido contrário. A conjuntura política, e a atuação do partido como um todo, sua coerência diante dos desafios cotidianamente enfrentados no plano das decisões executivas e parlamentares, é o grande determinante de sua proporção de votos na totalidade dos eleitores. Mas a eleição de cada deputado é menos uma decorrência do desempenho eleitoral do partido, do que a de sua capacidade de destacar-se entre seus mesmos companheiros de chapa.

É neste sentido que, na vigência do sistema de representação proporcional, os deputados não dispõem do mínimo de segurança necessária para a solidificação de blocos parlamentares, alianças políticas, no seio do seu próprio partido. Onde aparecem publicamente dois deputados do mesmo partido, um está ganhando votos e o outro está perdendo. Ora, um Governo civil forte só é possível quando os partidos conseguem sua consolidação como totalidades orgânicas, solidárias e articuladas. Uma democracia estável supõe partidos fortes e é neste sentido que a representação proporcional contribui para a instabilidade política nos países que a adotam, porque ela solapa as possibilidades da construção de partidos políticos organicamente articulados.

IMPACTO DO VOTO DISTRITAL

A análise da experiência brasileira de representação proporcional revela que não existem razões relevantes para lamentar o seu fim. Isso não significa que, automaticamente, a adoção do sistema de voto distrital venha a resolver os problemas de representação política que o futuro nos permite descortinar. Em primeiro lugar porque este sistema não é uma receita única e acabada — tem inúmeras variantes, cujos efeitos podem ser os mais contraditórios sobre a dinâmica da vida político-partidária. Em segundo lugar, porque este sistema também possui algumas dificuldades que lhe são particularmente associadas.

A questão que nos preocupa, no entanto, não é a de chegar a um modelo ótimo e puro de democracia representativa. Tratamos, neste esforço de pesquisa, de perguntar-nos: a) quais as conseqüências que se poderiam esperar da implantação do voto distrital sobre a composição das forças político-partidárias, tais como elas hoje se distribuem? b) poderia, à luz desta análise, o voto distrital representar um instrumento válido para o aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas?

Para concretizar o estudo tomamos como ponto de partida o projeto-de-lei do senador José Sarney e procuramos, seguindo os seus preceitos, que são relativamente simples, reproduzir o que poderia acontecer se ele tivesse sido aprovado antes das últimas eleições legislativas.

Uma primeira peculiaridade do projeto é garantir a integridade territorial das regiões metropolitanas: "As regiões metropolitanas definidas em lei constituirão distritos únicos, representados idealmente (...) por tantas unidades distritais quantas lhe sejam cabíveis na forma dos critérios referidos no artigo 2º (proporcionalidade de população, etc.), processada a escolha dos eleitos pela totalidade dos sufrágios apurada em toda a respectiva região". O projeto é omissivo na forma de eleição a ser adotada que, coerente com a sistemática proposta, será majoritária em lista partidária. Ou seja, serão eleitos os deputados mais votados do partido que obter a maioria de votos

nas regiões metropolitanas, até o número de vagas proporcional às dimensões de sua população no estado.

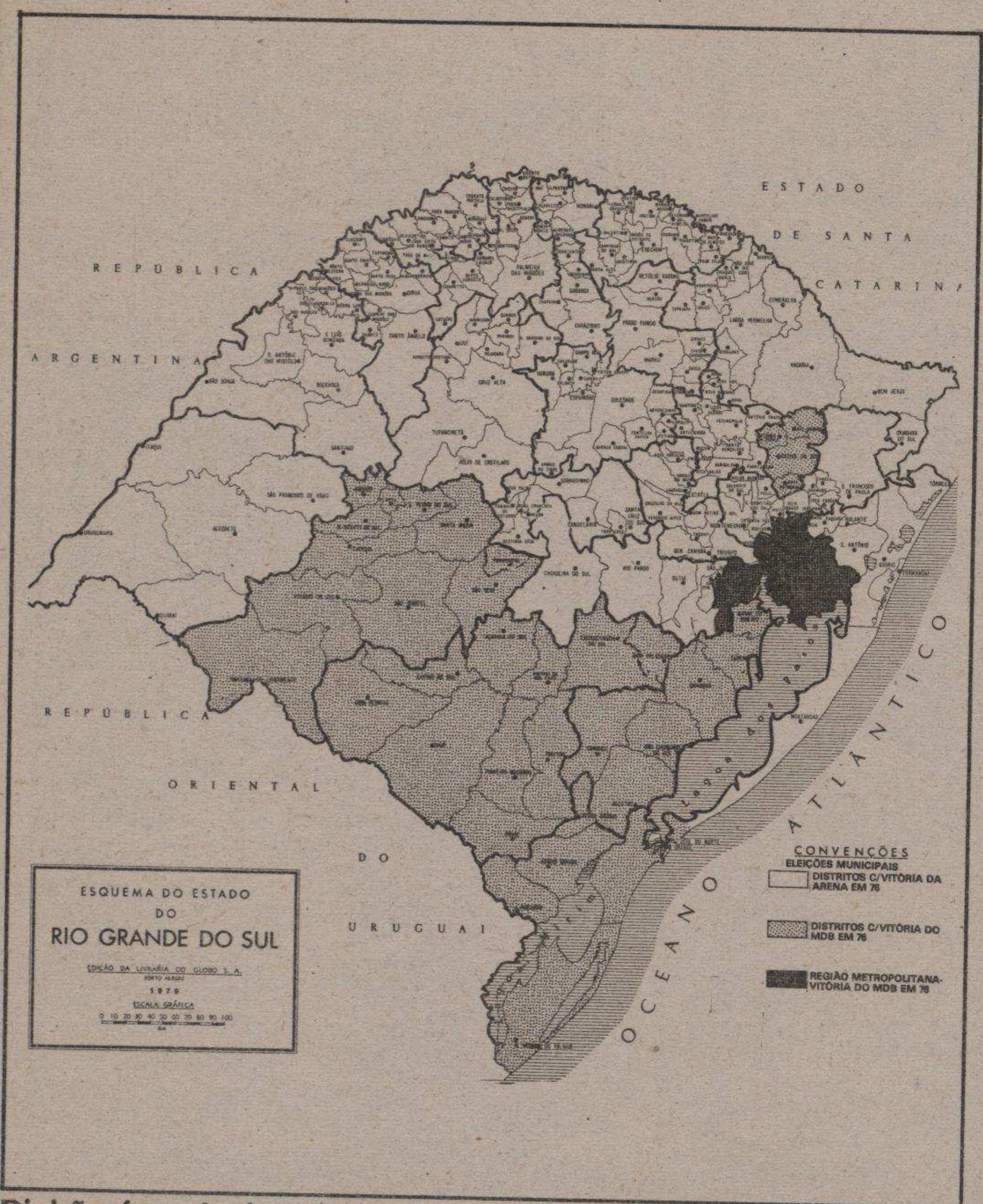
Por extensão desta regra e por exigência da condição prevista no texto legal de manutenção da integridade municipal, as capitais de estado (ou mesmo os grandes municípios), que tiverem população superior ao módulo distrital, deverão ser idealmente representadas por tantos deputados quantos forem necessários para satisfazer a condição de proporcionalidade populacional entre os distritos. Assim, se o módulo distrital for de 150.000 habitantes num determinado estado e sua capital, mesmo não sendo região metropolitana, tiver 250.000 habitantes, ela e mais um conjunto de municípios vizinhos, necessários para atingir a população de cerca de 300.000 habitantes, formarão um distrito único de dois deputados. O projeto é omissivo neste particular, mas a interpretação é coerente com sua sistemática e poderá ser objeto de emenda esclarecedora.

Com base nestas disposições, podemos calcular o número de cadeiras que seriam preenchidas pelo voto das regiões metropolitanas e capitais de estados e territórios, caso o projeto tivesse disciplinado a realização do pleito de 1978, nos termos da Tabela a seguir.

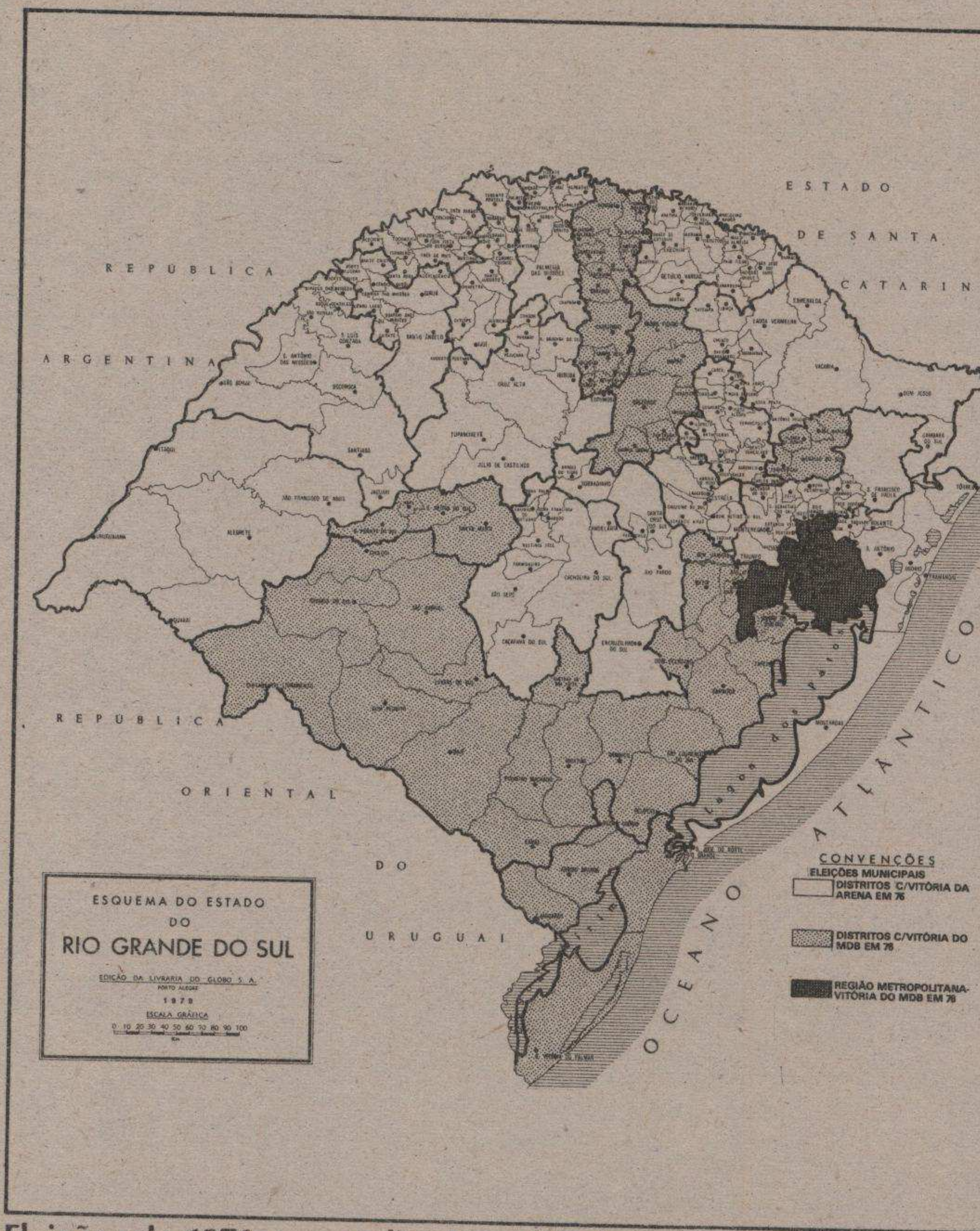
O que se pode depreender das informações contidas na Tabela é que as regiões metropolitanas e capitais elegeriam 135, dentre os 420 deputados federais, nos termos do projeto Sarney. Esse fato atua sobre uma deficiência básica do sistema de representação proporcional, solucionando o problema da sub-representação do voto urbano dos grandes centros. A Oposição, certamente obterá a quase totalidade destas cadeiras e disputaria, ainda, as eleições na totalidade dos demais distritos. A questão subjacente a esta constatação é a de saber se, por detrás desta matemática eleitoral não se esconderia uma manobra visando isolar o potencial político da Oposição nas metrópoles e capitais, onde sua votação é proporcionalmente muito superior à do partido do Governo, permitindo à Arena, facilmente, manipular a divisão dos demais distritos logrando obter neles uma vantagem

TABELA 3 — QUADRO COMPARATIVO DO POTENCIAL POLÍTICO DAS CAPITALS DE ESTADOS E TERRITÓRIOS E REGIÕES METROPOLITANAS (ESTIMATIVAS POPULACIONAIS PARA 1975)

REGIÕES	População estimada — 1975	Deputados eleitos em 1978	População das capitais e regiões metropolitanas	Deputados que eleitos conforme o projeto Sarney
Norte	4.214.560	28	1.780.419	14
Nordeste	32.030.273	126	6.673.893	30
Sudeste	45.313.731	156	20.556.639	73
Sul	19.258.267	82	3.016.996	13
Centro-Oeste	5.564.824	28	826.743	5
Brasil	107.145.200	420	32.854.690	135



Divisão favorável ao MDB, eleições de 1976



Eleições de 1976, numa divisão equitativa

eleitoral que compensaria sua defasagem na representação dos grandes centros.

Para responder esta questão necessitaríamos trabalhar dados eleitorais de todo o País que, no momento, não nos estão acessíveis no nível de desagregação necessário. Porém, um teste desta natureza pode ser realizado para o estado do Rio Grande do Sul e nessa perspectiva avançamos a nossa investigação.

Para avaliar o impacto da distritalização no interior do estado do Rio Grande do Sul, tornava-se necessário proceder à divisão do seu território em distritos eleitorais. A região metropolitana de Porto Alegre, proporcionalmente à população do estado, tomando-se por base a bancada de 32 deputados, egeria 8 representantes. Tornava-se necessário dividir os restantes 218 municípios em 24 distritos eleitorais obedecendo os critérios e condições previstos no projeto Sarney, quais sejam: proporcionalidade de população, vedando-se diferenças superiores a 15% entre os diferentes distritos; contigüidade territorial; manutenção da integridade municipal; e homogeneidade de aspectos socio-econômicos.

Interessava-nos neste teste, avaliar a eficácia destes critérios para impedir o *gerrymandering* de um ou outro partido na divisão dos distritos. Ao mesmo tempo, tínhamos a curiosidade de identificar os limites para a mais indistigável manipulação de sua composição. A pesquisa orientou-se, então para a elaboração de três divisões territoriais alternativas:

a) a primeira obedeceria critérios objetivos, como aqueles fixados no projeto-de-lei e outros que, na prática, se tornasse imperativo utilizar;

b) a segunda realizaria um *gerrymandering*, procurando manipular ao máximo a divisão territorial dos distritos para maximizar as possibilidades eleitorais da Arena;

c) a terceira realizaria um *gerrymandering* ao inverso, procurando maximizar as possibilidades eleitorais do MDB.

Realizadas as três divisões aplicaríamos sobre elas o resultado das eleições legislativas de 1978, com o objetivo de

descobrir quem teria ganho as eleições no Rio Grande do Sul, sob cada condição diferencial. Como um dos argumentos (aos quais pessoalmente não atribuo grande consistência) utilizados contra o voto distrital é o de que este sistema provoca uma *municipalização* do processo eleitoral, favorecendo com isso a Arena, que é melhor sucedida nas eleições municipais que nas estaduais, um segundo teste idealizado, foi o de calcular os resultados das eleições, aplicando-se às diferentes divisões distritais os resultados do último pleito municipal, de 1976.

Os resultados obtidos foram surpreendentes e significativos e podem ser visualizados nos mapas 1 a 5, e na Tabela abaixo.

Utilizando-se os dados das eleições legislativas de 1978, em nenhuma das alternativas de desenho distrital o MDB perdeu as eleições. Sua representação oscilou de 23 deputados (na hipótese de uma divisão que lhe fosse francamente favorável) a um empate com 16 deputados (na hipótese de uma divisão totalmente favorável à Arena). Isso significa que se valem os resultados da eleição de 1978 para a avaliação do impacto de uma eleição distrital, a hegemonia política do MDB no Rio Grande do Sul não seria comprometida pela introdução do novo sistema.

Mais significativos, no entanto, são os resultados obtidos para o teste realizado com dados das eleições municipais de 1976. Difícilmente uma eleição legislativa, mesmo distrital, chegaria aos extremos de municipalização caracterizados por estes resultados — quando menos pelo fato de que um distrito tem em média, no Rio Grande do Sul, 9 municípios. Especialmente porque o caráter de uma eleição é afetado pelo nível de sua delegação de mandato, e pela conjuntura política os resultados de uma eleição municipal dificilmente se reproduziriam numa eleição legislativa. No entanto, se assim acontecesse, a única alternativa em que a Arena poderia ganhar as eleições no Rio Grande do Sul, seria aquela em que a divisão territorial dos distritos ti-

vesse sido realizada com o intuito claro e manifesto de favorecer o MDB. Esta afirmação é paradoxal, mas tem uma explicação lógica.

A medida em que um partido forçar uma divisão distrital que aumente sua possibilidade de aumentar a representação na bancada estadual, nesta mesma medida estará se tornando mais vulnerável, porque a expansão de seu território de dominação política se faz às custas da fragmentação de seus principais redutos eleitorais. As margens de vitória diminuem para o partido vitorioso, na proporção em que avança seu potencial de manipulação geográfica na composição dos distritos. Assim, quando se leva em consideração a alternativa equilibrada de distribuição territorial dos distritos, a municipalização dos resultados eleitorais afeta o MDB, mas não compromete a sua hegemonia política no estado, diminuindo sua vitória de 20 a 12, para 17 a 15 cadeiras na Câmara Federal. Se tomamos por base a divisão territorial manipulada pela Arena, os resultados, empate de 16 a 16, permanecem inalterados contra os resultados das eleições municipais. Para atingir este volume de representação a Arena teria que isolar os redutos de votação emedebista, e concentrá-los, geograficamente, o que os tornaria praticamente invulneráveis aos efeitos da "municipalização" das eleições. Finalmente, quando a manipulação se dá ao inverso, e o partido da Oposição é que manipula uma vitória de 23 cadeiras nas eleições legislativas, é que se enfraquece ao ponto de perder as eleições por efeito de uma drástica *municipalização* dos resultados. A Tabela 5, apresenta quantitativamente os efeitos da manipulação da divisão territorial dos distritos, ou *gerrymandering*, sobre as margens de vitória dos dois partidos, tomando-se por base os resultados das eleições de 1978.

TABELA 5 — QUADRO DEMONSTRATIVO DAS MARGENS DE VITÓRIAS OBTIDAS PELO MDB E ARENA NO EXPERIMENTO DE SIMULAÇÃO COM OS RESULTADOS ELEITORAIS DE 1978

Alternativas para composição dos distritos	Proporção de votos válidos nos distritos em que os partidos obtiveram vitórias	
	ARENA	MDB
Manipulação favorável à ARENA	52,6%	55,9%
Alternativa equilibrada	53,2%	53,8%
Manipulação favorável ao MDB	53,2%	52,5%

Os resultados de nosso experimento demonstram, claramente, os limites possíveis da manipulação, pelo interesse partidário hegemônico, na com-

posição territorial dos distritos. Quanto mais se afasta esta composição de uma distribuição equitativa, tanto mais débeis se tornam as maiorias parlamentares na sua sustentação eleitoral. Esta debilidade, no entanto, dada as características e a clivagem entre os dois partidos, poderá responder a estímulos diferenciais. Assim, se a debilidade do MDB se expressa claramente na medida em que se "municipalizam" as eleições, é provável que a instabilidade de uma representação arenista desproporcional seja comprometida por alguma pequena alteração da conjuntura política nacional, prometendo surpresas eleitorais ainda e provavelmente superiores àquela que este partido enfrentou em 1974. E aqui, pela porta dos fundos, surge uma utilização para o princípio da representação proporcional, transformado em critério a nortear a divisão territorial dos distritos: a função de assegurar a estabilidade política da implantação partidária nas diferentes regiões de um estado e do país.

Uma proposição aparentemente óbvia, mas cuja lembrança foi obscurecida, talvez pelo caráter polarizado da discussão entre partidários do voto distrital e da representação proporcional, seria a de que se utilizassem os resultados de eleições realizadas no período imediatamente anterior à distritalização e, depois, sistematicamente, nas reavaliações da composição territorial dos distritos, para compatibilizar o processo majoritário de escolha com a proporcionalidade da representação partidária. Esta idéia permitiria manter a essência da representação proporcional: a correspondência entre o potencial eleitoral de cada partido e o número de cadeiras que ocupa nos organismos do Poder Legislativo. Ao mesmo tempo, garantiria a maior articulação orgânica do sistema partidário e a correspondência desejável entre os representantes e as comunidades de base, especialmente localizadas e definidas pelos distritos eleitorais.

O resultado claro de nossa investigação, pelo menos no âmbito do estado do Rio Grande do Sul, explorando os limites da manipulação possível da divisão territorial do estado na composição dos distritos eleitorais, demonstra a viabilidade técnica de uma divisão equitativa das circunscrições distritais.

Em nosso estudo, esta divisão equitativa emergiu da tentativa de divisão territorial do estado, utilizando critérios objetivos, que excluam a imediata consideração do interesse político-partidário. Trabalhando porém, com a idéia de equidade num sentido mais profundo verificamos que ela corresponde, de fato, à compatibilização entre o potencial político-eleitoral de um partido da circunscrição política mais ampla — o estado. Porque não transformar esta compatibilidade num princípio a ser observado, ao lado de outros já formalmente enunciados no projeto-de-lei em estudo (proporcionalidade de população, contigüidade territorial, etc.), no próprio trabalho de divisão territorial dos estados? Isso significaria reconhecer a margem de manipulação, propriamente política, inerente à distritalização, e discipliná-la especificamente.

Um recurso judicial poderia, então, ressaltar o interesse do partido político prejudicado visivelmente por práticas de *gerrymandering*, introduzidas eventualmente no processo de composição dos distritos eleitorais.

Nosso estudo demonstra claramente a possibilidade de divisão territorial do estado em distritos eleitorais, de tal forma que se assegure a reprodução fiel da proporcionalidade da representação partidária. Os limites de manipulação encontrados em nosso trabalho oscilam entre divisões distritais que asseguram de 15 a 23 cadeiras legislativas, na Câmara dos deputados, ao partido que nas eleições de 1978 elegeu 18 representantes. É possível, porém, que em alguns casos, onde o potencial político de algum partido seja extremamente rarefeito, esta proporcionalidade seja tecnicamente inviável, mesmo quando se toma como parâmetro a presente estruturação bipartidária do confronto político-eleitoral. Por outro lado, será, provavelmente, mais difícil de compatibilizar a divisão distrital e a proporcionalidade da representação política, na hipótese de um retorno à multiplicidade de partidos.

(Continua)

TABELA 4 — RESULTADOS OBTIDOS MÉDIANTE A SIMULAÇÃO DE PROCESSOS ELEITORAIS SOB DIFERENTES ALTERNATIVAS DE COMPOSIÇÃO DE DISTRITOS ELEITORAIS

Alternativas para composição dos distritos	DEPUTADOS ELEITOS PELA SIMULAÇÃO COM DADOS ELEITORAIS			
	ELEIÇÕES LEGISLATIVAS — 1978		ELEIÇÕES MUNICIPAIS — 1976	
	ARENA	MDB	ARENA	MDB
Manipulação favorável à Arena	16	16	16	16
Alternativa Equilibrada	12	20	15	17
Manipulação favorável ao MDB	9	23	15	17

CRITÉRIOS PARA DIVISÃO

O experimento de divisão territorial desenvolvido em nossa investigação demonstrou-se bastante rico, como experiência capaz de permitir uma avaliação da possibilidade de se usarem critérios objetivos, e não imediatamente políticos, para a divisão territorial das circunscrições distritais. E o resultado, em princípio pode ser considerado negativo. Deixadas de lado as condições impositivas do projeto-de-lei (proporcionalidade de população, contigüidade territorial e integridade municipal), a observância de homogeneidades sócio-econômicas, ou sócio-políticas não se demonstrou uma condição suficiente para impedir a manipulação da composição dos distritos no interesse de um ou outro partido. Cal-

culamos, após o desenho das três alternativas de divisão distrital, dois indicadores de homogeneidade sócio-econômica:

a) homogeneidade sócio-econômica propriamente dita, visualizada como a média da proporção de população de cada distrito pertencente à microrregião homogênea majoritariamente circunscrita pelo distrito;

b) homogeneidade sócio-política, visualizada como proporção média do número de municípios pertencentes à mesma associação regional de municípios, majoritariamente circunscrita no âmbito de cada distrito.

A Tabela a seguir apresenta os resultados obtidos para a quantificação destes indicadores, nas três alternativas de divisão territorial do estado.

TABELA 6 — RESULTADOS OBTIDOS PARA UMA AVALIAÇÃO DAS DIFERENTES ALTERNATIVAS DE COMPOSIÇÃO DOS DISTRITOS ELEITORAIS

Alternativas para composição dos distritos	Índice de homogeneidade sócio-econômica	Índice de homogeneidade político-administrativa	Distritos que incluem os 24 maiores municípios	Distritos que incluem as 24 maiores cidades
Manipulação favorável à Arena	74,3	80,5	17	16
Alternativa equilibrada	63,3	79,7	19	19
Manipulação favorável ao MDB	72,1	76,0	18	17

Comparando o desempenho dos indicadores de homogeneidade sócio-econômica e político-administrativa, verificamos como a alternativa de divisão mais equitativa, surpreendentemente, apresenta um menor índice de homogeneidade sócio-econômica, que quaisquer das duas divisões manipuladas politicamente. Por outro lado, a maior homogeneidade político-administrativa na alternativa equilibrada, face à tentativa de *gerrymandering* pelo MDB, não impede que uma maior homogeneidade se verifique ainda no caso da manipulação pelo viés arenista da divisão distrital. Em conclusão, nenhum dos dois critérios é suficiente para evitar a manipulação político-partidária na composição dos distritos políticos. Por outro lado, a distribuição entre os diferentes distritos, tanto dos grandes municípios, quanto às grandes cidades, favorece inequivocamente a equidade na divisão das circunscrições eleitorais. Esses dados recomendariam a inclusão deste último critério, no texto de lei, e a consideração dos fatores sócio-econômicos ou político-administrativos como critérios secundários, na divisão territorial do estado. Emendas ao projeto-de-lei do senador José Sarney, nesta direção, além da consideração explícita do princípio de proporcionalidade da representação partidária, contribuiriam para aperfeiçoar a sua redação. Um campo para o consenso partidário na adoção destas emendas se abre quando o nosso estudo demonstra que a divisão territorial menos "equitativa" das circunscrições eleitorais torna mais vulneráveis os redutos eleitorais do partido que dela se beneficiar.

REESTRUTURAÇÃO PARTIDÁRIA

Uma séria consideração, no que respeita à adoção do voto distrital no Brasil, diz respeito às dificuldades que normalmente são atribuídas a este sistema eleitoral, no que se refere à sobrevivência das minorias intrapartidárias, assim como à constituição de novos partidos. De fato, historicamente o voto distrital tem sido associado ao alinhamento eleitoral bipartidário, como é o caso dos Estados Unidos e Inglaterra. É preciso lembrar que, no entanto, historicamente o sistema distrital não impediu o surgimento do partido trabalhista neste último País, que alijou politicamente o partido liberal das do Parlamento Inglês nas primeiras décadas deste século. Por outro lado, o multipartidarismo sobrevive na França graças ao sistema de eleições em dois turnos, compatibilizado com a prática de eleições distritais. Mas talvez este não seja um procedimento politicamente viável no Brasil, onde alguns políticos defendem, inclusive a superposição dos prazos de mandatos políticos para a realização de apenas uma eleição de quatro em quatro anos.

Vejamos, no entanto, as objeções acima propostas, em confronto com as possibilidades alternativas que oferecem as variantes possíveis para a implantação do voto distrital no Brasil. Em primeiro lugar, a sobrevivência política das minorias partidárias parece adequadamente assegurada, no projeto Sarney, face aos seguintes dispositivos:

a) nas regiões metropolitanas, a eleição intrapartidariamente parece assegurar um amplo espectro de representação; no caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, o MDB concorreria com 16 candidatos às oito vagas, elegendo-se, dentre estes os mais votados — isso significa que uma corrente política com força eleitoral para situar-se em oitavo lugar nas preferências partidárias, poderia chegar a eleger o seu representante;

b) nos distritos uninominais, considerando-se as eleições legislativas para a Câmara dos Deputados, cada partido concorrerá às eleições distritais com até dois candidatos oficiais; a Oposição intrapartidária, desde que as normas de procedimento das convenções partidárias estabeleçam o princípio de escolha proporcional para a indicação dos candidatos, poderão se fazer representadas;

c) finalmente, os candidatos preteridos numa convenção partidária, poderão candidatar-se pelo partido a que são afiliados, desde que obtenham o apoio de mais de 3% do eleitorado do seu respectivo distrito esta proporção significa, no caso do Rio Grande do Sul, cerca de 3.000 assinaturas, um número razoavelmente grande para desencorajar aventureiros pouco representativos, mas que significa uma garantia para a representação política das minorias intrapartidárias (eventualmente, esta proporção poderia elevar-se mediante uma emenda para cerca de 5%, o que criaria uma exigência de cerca de 5.000 assinaturas para a legitimação dos candidatos avulsos no Rio Grande do Sul, reforçando a organicidade das organizações partidárias).

Numa outra perspectiva, deve-se considerar que o projeto Sarney prevê que, para cada deputado federal eleito, em distritos uninominais, serão eleitos na mesma circunscrição três deputados estaduais. Supostamente, obedecendo à sistemática do voto distrital, esta eleição será majoritária, ou seja, serão eleitos os três candidatos mais votados do partido que obtiver maioria de votos. A primeira consequência prática deste dispositivo será a elevação do número de deputados estaduais. No Rio Grande do Sul, este número, permanecendo válida a regra constitucional que determina o cálculo da representação federal, passará de 56 para 96.

Em princípio, esta inovação não nos parece inconveniente, num País que carece de interação política e de articulação entre a população e os organis-

mos de Governo. Especialmente no âmbito da política estadual que, despojada de boa parte de suas competências decisórias, poderia, ao menos, constituir-se na arena privilegiada da articulação e agregação de interesses sócio-políticos. Uma consequência secundária importante deste dispositivo poderia vir a ser, portanto, uma maior presença e força da comunidade política na formulação de projetos e decisões no âmbito de nossa sociedade.

No que se refere às restrições que o voto distrital impõe à expressão político-eleitoral de partidos minoritários, tendencialmente alijados dos parlamentos pelo caráter majoritário da eleição, algumas considerações se tornam oportunas. De fato, não podemos raciocinar com relação à implantação do voto distrital, apenas em termos da confrontação bipartidária, de Arena e MDB, ou Situação e Oposição. A reestruturação partidária, com a liberdade na organização de novas agremiações partidárias, é uma condição e uma etapa no aperfeiçoamento de nossas instituições democráticas. Não convém, portanto, à medida em que se abrem as possibilidades formais para a estruturação de novos partidos, pactuar com dispositivos legais, que dificultem, ou mesmo inviabilizem a sua expressão político-representativa (ou seja, a possibilidade de conseguirem representar-se politicamente nos organismos do Poder Legislativo). Ainda aqui, no projeto Sarney parece apontar na direção de um adequado equacionamento da questão: no nível municipal, as Câmaras de Vereadores continuarão sendo eleitas pelo voto proporcional. O princípio subjacente é de que a consolidação das agremiações partidárias deverá começar pela base, contrariamente ao que toda a legislação de exceção ainda vigente impõe para a estruturação de novos partidos, a partir de blocos parlamentares. O hiato, no entanto, entre a eleição proporcional no nível municipal e as demais eleições majoritárias, nos parece demasiadamente amplo. Nenhum partido se constrói apenas sobre bancadas municipais. O mínimo que se deve esperar para a consolidação de um partido político, como um processo histórico, e não como uma decisão de cúpulas que articulem uma cisão política no interior de algum antigo partido, é que ele tenha a chance de se afirmar regionalmente.

Em 1875 foi aprovado um projeto de reforma eleitoral no Brasil, conhecido posteriormente como a *lei do terço*. Os eleitores, nas circunscrições distritais plurinominais, votariam apenas em dois terços dos candidatos, reservando-se ao menos na teoria um terço da representação política distrital para a Oposição. A medida surtiu os efeitos desejados permitindo que se quebrasse o monolitismo político das representações situacionistas no Império. A existência de três vagas para deputados estaduais no âmbito dos distritos propostos pelo projeto Sarney, imediatamente sugere a possibilidade de revivência deste princípio legislativo.

Algumas dificuldades técnicas, no entanto, problematizam a sua adoção nos termos em que a Legislação do Império o acolheu. Primeiro, a existência de partidos, e a vinculação do voto ao partido e não a candidatos independentemente de sua filiação partidária. Em segundo lugar, a esperada recomposição do bipartidarismo oficial, comprometendo-se o significado político de *Situação e Oposição*. Em terceiro lugar, a alteração que a adoção desta regra provocaria sobre a tentativa de compatibilizar a proporcionalidade do potencial político eleitoral e da representação parlamentar dos partidos.

Esta última dificuldade poderia ser descartada pelo argumento de que, no nível estadual, privilegiando-se na organização político-administrativa do Brasil o papel de articulação e agregação de interesses, sobre o de decisão, a proporcionalidade de representação não seria tão desejável quanto a possibilidade de articulação mais paritária das diferentes agremiações e projetos político-partidários. A possibilidade de em cada distrito eleitoral existir um representante, um Deputado Estadual, de partido diferente do que é majoritário na região, garante um mínimo de pluralismo político e de fiscalização e representação das minorias, nas próprias bases da sociedade civil. Persistindo uma clivagem tendencialmente bipartidária, isso significaria

que a Oposição poderia estar representada permanentemente em todas as regiões de cada estado. É preciso lembrar que a Oposição Estadual, no caso do Rio Grande do Sul, eleitoralmente, seria a Arena — e isso lhe daria uma relativa vantagem neste estado, e nos demais estados onde o MDB é eleitoralmente majoritário, como São Paulo. Tomando-se por base a simulação de resultados na divisão equitativa dos distritos, que propusemos neste trabalho, utilizando-se os resultados eleitorais de 1978, se o partido majoritário pudesse eleger apenas dois, de cada três deputados estaduais, em cada distrito, o resultado da eleição estadual (quando o da eleição para a Câmara dos Deputados, apresentava uma vantagem de 20 a 12 para o MDB), seria de 52 deputados para o MDB, contra 44 para a Arena. Este resultado não comprometeria a hegemonia política do MDB no estado, assim como da Arena, nos estados em que possui larga maioria de representantes nas Assembleias Legislativas, mas facilitaria a sobrevivência do partido minoritário, em situações tendencialmente bipartidárias. Uma emenda ao projeto Sarney, propondo que cada partido teria um máximo de dois deputados estaduais eleitos em cada distrito produziria este efeito.

No entanto, não se resolve com isso a questão dos demais partidos, e uma regra alternativa poderia ser adotada, que garantiria uma maior proximidade do princípio de proporcionalidade de representação, em paralelo à representação dos novos partidos. Poderíamos enunciá-la da seguinte forma: nos distritos onde um partido obtivesse maioria absoluta dos votos válidos, elegeria os três representantes para a Assembleia Estadual; nos distritos onde esta maioria não fosse atingida, ao invés de se fazerem novas eleições de segundo turno, como na França, passaria a valer o princípio da representação proporcional, no âmbito distrital. Somados os votos de todos os partidos, e dividindo-os por 3, se obteria o quociente eleitoral. Os partidos elegeriam um, ou até dois deputados, dependendo da sua força, relativamente à dos demais partidos concorrentes. Supondo-se a existência de três partidos:

a — com 7.000 votos; b — com 4.500 votos; c — com 4.500 votos; o quociente eleitoral seria 5.333 votos, e cada partido elegeria um deputado. Na hipótese dos votos se distribuírem mais desigualmente: a — com 10.000 votos; b — com 4.000 votos; c — com 2.000 votos; com o mesmo quociente eleitoral, o partido "a" elegeria 2 deputados e o partido "b" elegeria o terceiro. O cálculo seria feito da seguinte forma:

a) com 10.000 votos o partido "a" preenche o coeficiente de 5.333 votos, sobrando-lhe, ainda 4.667 votos;

b) com esta sobra, concorre à segunda vaga, e a obtém do partido "b";

c) para disputar a terceira vaga comparem-se as votações de "b" e "c", obtendo aquele a eleição do seu representante.

A vantagem desta regra é que não provocaria alterações no princípio de eleição majoritária dos representantes estaduais, na vigência do bipartidarismo. Porque enquanto se confrontarem apenas dois partidos, um deles sempre terá maioria absoluta de votos válidos. Mas, no momento em que se constituírem novos partidos, abre um espaço político para a eleição de suas representações em nível estadual.

Tanto a alternativa do "terço", quanto o critério da maioria absoluta para definir o caráter majoritário da eleição estadual seriam importantes contribuições ao aperfeiçoamento do processo democrático, passíveis de introdução na legislação que implantar o voto distrital em nosso meio.

NOTAS:

1. NAVARRO DE BRITO, Luis: "A Representação Proporcional", in *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, nº 19, julho de 1965, página 242.

2. O professor Leônidas Xausa é autor de um dos trabalhos pioneiros de avaliação das possibilidades de implantação de alguma forma de voto distrital no Rio Grande do Sul, quando em 1966 organizou um debate a respeito do tema na cadeira de política, do curso de Ciências Sociais, do IFCH-UFRCs.

Entrevista: Temperani Pereira

"Constituinte sai com um frentão"

Ex-líder do PTB defende o MDB, "a maior frente de resistência da nossa história"

Dois projetos importantes marcam a passagem de Armando Temperani Pereira pelo Congresso Nacional. O primeiro, ampliou o monopólio da Petrobrás também para as importações, que antes eram feitas diretamente pelas distribuidoras estrangeiras. Transformado em lei, no início da década de 60, está em vigor até hoje.

O outro alterava os critérios para a reavaliação dos ativos das empresas estrangeiras concessionárias de serviços públicos como água, telefone, luz e outros no País. Essa reavaliação, a cada ano, era um dos artifícios que as concessionárias usavam para justificar os aumentos das tarifas e dos seus lucros. O projeto de Temperani defendia que o patrimônio dessas empresas, uma vez feito o investimento, passavam ao estado que lhes dera concessão para explorar o serviço público.

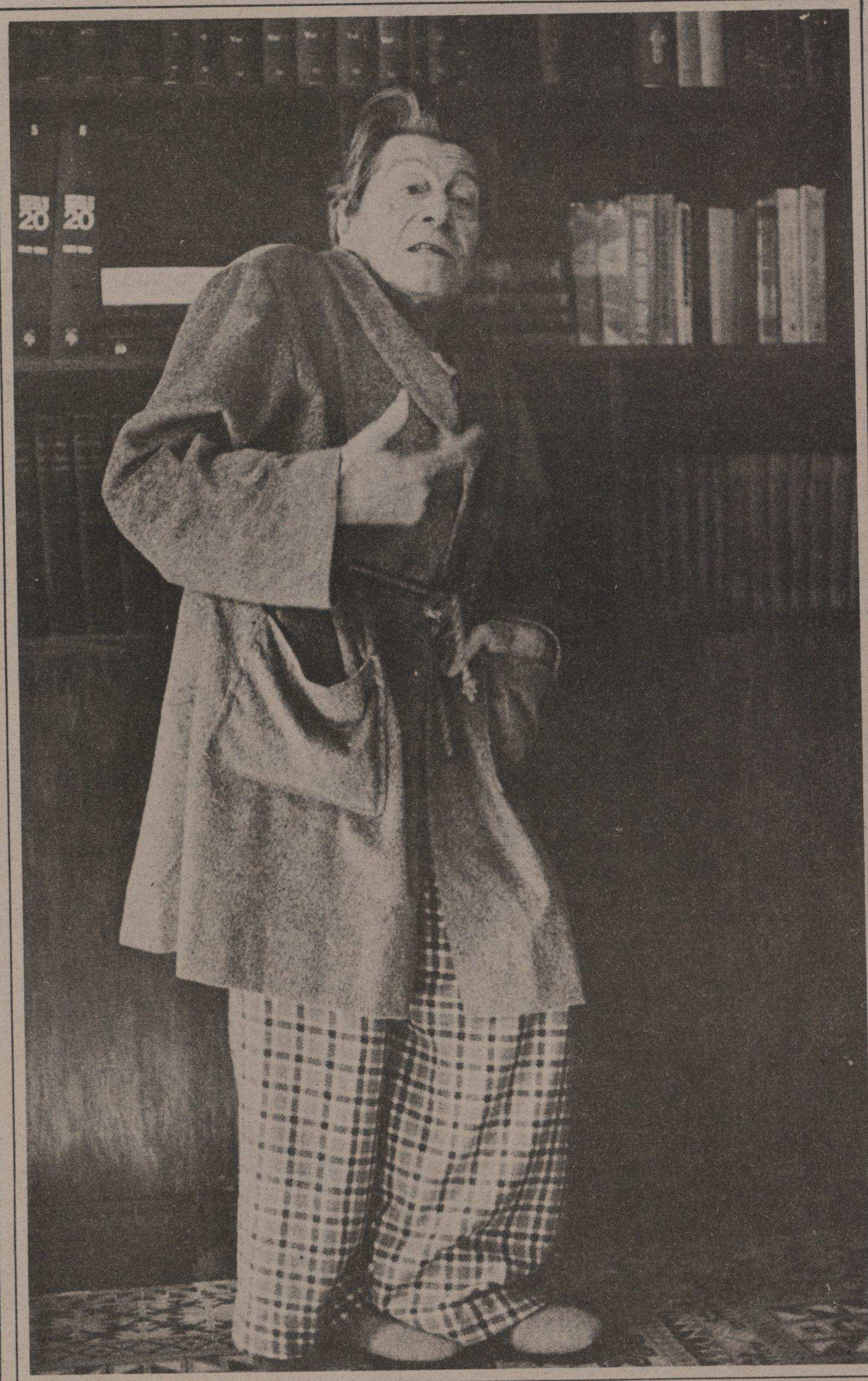
Aprovado em 1961, esse projeto chegou a 1964 sem regulamentação e, a partir daí, nunca mais se falou nele.

A característica de Temperani Pereira, no entanto, eram os longos discursos, de duas horas, às vezes, no Grande Expediente da Câmara, onde ele era um dos deputados que mais compareciam. Marcadamente nacionalistas, esses discursos em geral, tratavam das questões econômicas nas quais, ele é um especialista.

Professor Universitário, com vários livros escritos*, advogado com fama em Porto Alegre, foi vereador, deputado estadual e duas vezes federal. No último mandato, integrava com Almino Afonso, Sérgio Magalhães e outros o que a imprensa chamou de *Grupo Compacto*, um grupo de deputados do PTB que era, por assim dizer a cabeça pensante da Frente Parlamentar Nacionalista e que se preocupava em dar substância teórica ao projeto de reformas que a Frente defendia.

Preso em 64, foi levado para o Rio onde ficou quatro dias incomunicável. Quando foi solto, entregou seus negócios ao filho mais velho e retirou-se para um sítio em Florianópolis para "preencher algumas lacunas na minha formação". Em abril deste ano, quando recuperou seus direitos políticos, filiou-se ao MDB.

* **Introdução à Economia, 1945. Teoria Econômica, 1952. Lições de Economia Política.**



Esta é a terceira entrevista que dá — a primeira foi no dia em que assinou ficha com o MDB, em Porto Alegre, quando falou rapidamente aos jornais diários. A segunda há pouco mais de um mês, para o jornal *o Estado de Santa Catarina*.

No apartamento para o qual está se transferindo, em Porto Alegre, onde começou sua carreira há 35 anos, ele falou a Elmar Bones, do *Coojornal*:

Temperani Pereira está voltando para a política?

— Não, não pretendo recomeçar. Seria uma mão-de-obra muito grande, pois nesses 15 anos nada restou da infraestrutura que eu tinha montado. Estou doente, com um enfizema, pulmonar, não tenho nem condições físicas para enfrentar uma luta dessas. Para as novas gerações Temperani Pereira é nome de praça. De qualquer forma acho que com a minha experiência, tenho uma contribuição a dar e pretendo dá-la sem visar nada. A minha maneira, falando, criticando, dando conferências, participando de debates...

O Sr. Está otimista, quanto ao futuro político do País?

— A curto prazo não vislumbro uma saída, um desafoço mais ou menos resolutivo para o Brasil. As forças que em 64 levaram à quebra do nosso frágil modelo democrático estão aí, vivas e atuantes, interna e externamente. No Brasil se exercita a ideologia do neocolonialismo imperialista. Não acredito que o Brasil, representando o que representa no quadro político internacional, possa sonhar com autodeterminação. A ocupação do País pelo capital estrangeiro (vale dizer norte-americano) hoje é total. Não dá pra gente se iludir com aberturas.

Mas há algo que pode ser feito, não?

— Claro. Não dá para ficar à soleira da casa esperando o enterro do capitalismo, do imperialismo. Sinto que há algo a fazer e, embora seja um determinista que acredita no primado do econômico, acho que no momento há alguma coisa a fazer em política.

O que, por exemplo?

— O que exatamente, eu não sei ainda. Mas sei que não é fazer o jogo do Governo, multiplicando partidinhos que não podem nem ser registrados, que não podem ter atuação coerente porque há

toda uma legislação específica, baseada no conceito de Segurança Nacional, que não admite nem a base da democracia que são os antagonismos e pressões. Quer dizer: se vierem partidos, serão consentidos, serão clubezinhos de brinquedo porque no momento em que quiser apoiar uma greve, fazer uma pressão, mobilizar a massa para pressionar... bom, nesse momento está caracterizada a subversão e aí vem a Lei de Segurança Nacional e fim de papo.

O Sr. defende a aglutinação da oposição em torno do MDB, então?

— Eu me inclino e agora mais do que nunca a defender a ampliação ao máximo da frente das resistências brasileiras. Se o MDB era uma mera frente de oposições políticas, se pudermos temos que fazer de uma frente de todas as oposições, não só as políticas, os movimentos de trabalhadores, as ações comunitárias, as entidades de classe, a OAB, a CNBB. Será um desperdício pulverizar essa força em pequeninos clubes que nada poderão. Hoje mais do que nunca, no mundo inteiro, as lutas se fazem em frentes.

O Sr. foi convidado a entrar para o PTB?

— Sim fui e talvez tenha sido um dos primeiros a levantar a inoportunidade de se criar o partido, há seis meses atrás. Cheguei a fazer um trabalho por escrito.

Um trabalho para encomendado?

— Foi assim: há uns seis meses me convidaram para uma reunião da qual participaram 30 cassados. O Brizola havia mandado um recado: estava disposto a fazer o PTB a curto prazo e nós deveríamos opinar. Eu fiz uma sustentação contra e o assunto foi posto em votação. Resultado: deu 27 a 3 a favor da minha posição. Depois, peguei aquela argumentação toda que havia feito de improviso e escrevi um trabalho. Basicamente, advertia para as manobras que a meu ver o Governo ia tentar (e que hoje estão claras) para enfraquecer a oposição. Hoje, infelizmente, está clara também a inconsistência do MDB para manter e ampliar a Frente.

Este trabalho e o resultado dessa reunião chegaram a ser levados a Brizola?

— Creio que não. Eu entreguei o trabalho para um cidadão, que não posso dizer quem é, passar a limpo e mandar para o Brizola. Mas ele não mandou. Disse que o Brizola não ia aceitar, que já estava decidido.

Os outros, os 27 que votaram a favor da sua tese, mudaram de idéia?

— Ah sim, depois desandou. Hoje eu perderia por 29 a 1.

O Sr. foi um dos líderes de uma frente parlamentar, como vê as chances das oposições se unirem numa frente razoavelmente coesa?

— O Governo lançou mão inteligentemente do processo de frustrações que existia no País em termos políticos. Há quatro meses atrás quando assinei ficha no MDB, o troço estava que era um

(continua)

granito, firme. Hoje se rebentou, estão todos com medo, atônitos. Mas acho que o próprio Governo começa a se dar conta de que a entrada de alguns exilados vai provocar uma implosão no MDB, essa implosão não será tão grande. Certos carismas, certas idéias não resistiram ao tempo. Parece incrível que um velho de 81 anos desse uma entrevista bem melhor do que um homem de 50 anos.

O Sr. se refere às entrevistas de Prestes e Brizola?

— Exato. Está certo, o velho Prestes dá lá os seus recados, mas há mais consistência, mais coerência no que ele diz.

Na sua opinião, então, o carisma de Brizola não resiste?

— Não sei. Sei que ele faz o PTB. No Rio Grande do Sul ele leva a metade do MDB. No Rio, leva. Ele fará um partido, que eu estou chamando de clube. O Brizola tem muita sedução. Agora depois do encontro de Lisboa eu notei isso. Todos os que foram lá voltaram seduzidos. Ele leva muita gente. Agora, em termos de gente moça, de trabalhador que é o que dará autenticidade e garantia a um partido trabalhista ele não leva.

A sigla PTB não diz nada às novas gerações?

— Não pode dizer nada. É o mesmo PTB de 15 anos que vem aí. Ele vem fechado em cima, falando em Carta de Vargas, nacionalismo. Vai ser mais indefinido do que nunca, pois agora será indefinido por impossibilidade legal, pois no momento em que desdobrar um item programático está no impasse. Por exemplo: se ele disser que vai lutar pela alteração na contabilidade das indústrias, para que o fator trabalho tenha maior peso e para tal vai promover manifestações, greves, passeatas, que são formas de pressão, aí está caracterizada a subversão. Então, o PTB será uma frente, com gente de direita, de centro e de esquerda e não vai ter nem trabalhador, nem gente moça.

São corretas, então, as desconfianças de líderes sindicais como o Lula?

— Não conheço o Lula e não quero me meter a mané fogueteiro e dizer que conheço o que pensam os trabalhadores hoje. Mas pelo que leio eles estão caindo num obreirismo que é uma idéia vencida. Agora, a minha experiência mostra que os trabalhadores têm que ter desconfiança com os políticos. Em todos os partidos até agora, eles ficaram de fora. Mesmo o PTB, antes de 64, que chegou a ter maioria na Câmara, tinha um ou dois operários coitados, dirigidos pela gente. Acho, porém, que eles não conseguem subsistir sozinhos, sem se atrelar a uma força política. Eles não conseguem fazer essa força lá no ABC.

No documento de Lisboa, fala-se em socialismo. O que se pode entender disso?

— Eu não entendi. Não tive a íntegra do documento. Li um extrato nos jornais, onde se dizia que no texto final foi retirado isso. Depois, numa entrevista de um cidadão que é meio porta-voz de Brizola, ele reafirmava que estaria incluído no texto que o PTB visava uma sociedade socialista. Bom, eu acho vago. Socialismo é transformar a propriedade privada em coletiva, mas é preciso dizer como se pretende chegar a isso. Senão, socialismo, como trabalhismo, são expressões apenas. Fui eu quem difundiu essa expressão: o trabalhismo é o primado do fator trabalho na produção. Pois o pessoal está até hoje repetindo esta boboseira. Quer dizer, é preciso especificar no programa em que consiste visar ao socialismo. Outro dia peguei um discurso do Pedro Simon, com base num estudo técnico, dizendo que 20% dos custos de produção das empresas brasileiras eram referentes a custo de financiamento, juros, amortizações, etc. e que apenas 9% era o que representavam os salários. Então um programa trabalhista deveria defender que 9% fosse o máximo de lucro e que a parte que saísse do lucro fosse para salários e assim por diante. O que não pode é vir com aqueles mesmos clichês, com Carta de Vargas. Quem quiser ler a obra de Vargas vá aos seus discursos.

O que o Sr. achou da anistia?

— De que anistia me hablas? Houve um remanejamento nos arquivos penais e carcerários, nada mais. É tolo quem se encanta com essa anistia. Não é dessa maneira que se vai recompor política-



“É preciso abrir um diálogo com o Governo. Brossard é o homem para fazer isso”

mente o País. Mesmo porque o grande drama não é este. É triste que 20, 30 ou 100 mil pessoas tenham sido perseguidas, mortas, trucidadas como foi o Rubem Paiva, que era meu amigo. Isso dói na gente, mas não deixa moça histórica. O terrível é saber que aquele brasileiro empobrecido, que viu a mãe lavadeira, a irmã prostituta, a filha na fábrica, está pior: hoje o filho dele está vendo a mesma coisa. Quer dizer, é um raio de um subdesenvolvimento que já pegou outra geração. Esta é a grande lesão destes 15 anos. Enquanto se fala que o Brasil é agora potência mundial, no PIB e na renda per capita, há cada vez mais brasileiro carente, à margem. E evidente que em termos absolutos, se compararmos a vivência de um operário de hoje com um de 15 anos atrás, de lá para cá houve muita coisa que se acrescentou, que é do mundo.

Mas a anistia foi um passo importante, não?

— Claro, mas eu repito: houve um remanejamento nos arquivos. Para que no exterior se diga que a situação no Brasil está sanada e internamente para iludir que vamos começar vida nova, não devemos cobrar coisa nenhuma, estamos numa democracia. Mas, como, se não tem Legislativo, não tem Judiciário com autonomia? Há uma Lei de Segurança que não tipifica os crimes. Está tudo lá no Código Penal. Mas a Lei de Segurança não tem nada disso. E tudo na base dos antagonismos e pressões. Ela tem por base a doutrina de que o comunismo perverso e universal faz uma guerra sem tréguas. A grande luta, o armagedon, só pode ser travada por dois países — a União Soviética e os Estados Unidos que ficam com essa parte nobre da guerra. O outro perigo, o quinta-colunismo, que apodrece por dentro as estruturas dos países, fica por conta dos países aliados que devem internalizar a luta. Trata-se de uma guerra não declarada e permanente e que dá origem a cortes marciais, os tribunais militares, também permanentes.

Voltando à questão da Frente, na sua opinião, a primeira atitude da oposição, agora, seria qual?

— Evitar a divisão. Veja só, eu no começo detestava o MDB. Achava que eram coniventes os salvados do incêndio, cúmplices de uma farsa, que estavam usurpando uma coisa que era minha. O MDB era uma frente mais heterogênea do que tudo e, para se ter uma idéia, foi mínima a solidariedade dos salvados para conosco. Alguns, como dona Ivete Vargas tiveram boas atitudes. Eu não conheço a dona Ivete, não sei das suas atividades atualmente, se ela está aliada com o Golbery ou não. Não sei. Sei que ela nos defendeu e foi cassada por isso. Mas bem, esse MDB, nascido assim, vai às fontes do Poder, da soberania popular que é o voto e isso não resulta em nada. Ele torna-se, então, o signo da contradição dentro do sistema e por isso vence suas contingências, cresce e se torna a maior frente de resistência que o Brasil conheceu até hoje. Muito acima de PTB, de tudo, eu só não digo do PC porque não conheci. Não por ideologia, mas por contingência o MDB faz a verdadeira contestação ao regime e a prova está aí: o Governo não fez outra coisa senão tentar acabar com o MDB, com cassações, Lei Falcão, biônicos e, finalmente, a dissolução. Então a questão nesta hora não é ficar dizendo que o Governo está errado. O Governo está fazendo o que lhe convém. A questão é a réplica, refazer um MDB maior, um frentão que eu chamo de Comitê de União Nacional.

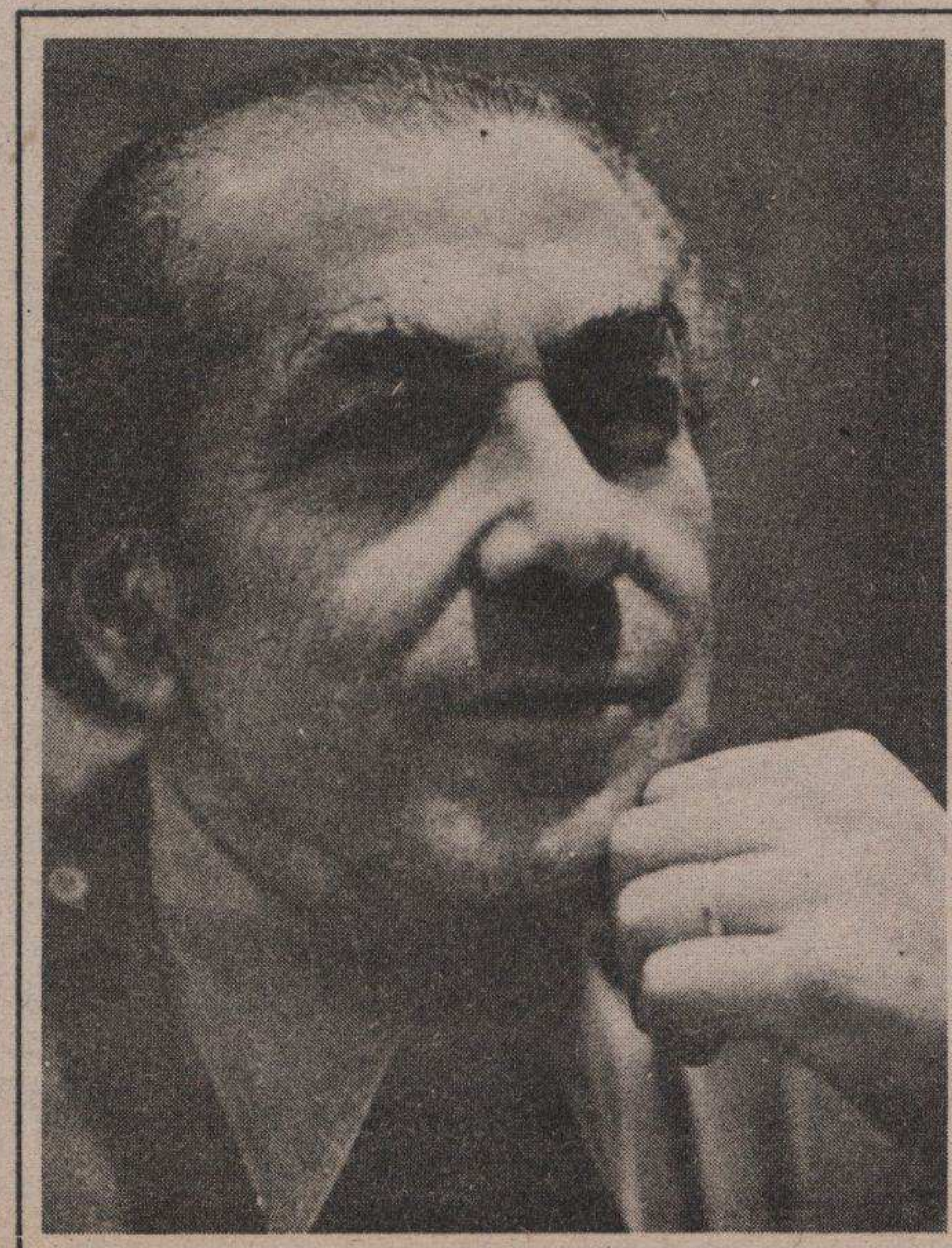
Essa frente precisaria se unir em torno de objetivos. Qual seria o primeiro ou mais importante deles?

— Primeiro é preciso tomar consciência de que não é possível fazer um remendo dentro da Nação. É impossível sem uma Constituinte se pensar em fazer alguma coisa no País. A grande maneira de refazer o pacto social brasileiro é através de uma Assembléia Constituinte. O MDB diz isto, mas muito frouxamente. Ele se perdeu muito nos pormenores das varinhas. O feixe de varas chama-se Constituinte, depois tem as varinhas anistia, a liberdade partidária. Mas são pré-requisitos para chegarmos ao essencial.

Mas a idéia da Constituinte está um pouco desgastada. Seria possível retomá-la com força a estas alturas?

— Ainda que esteja um pouco desmoralizada, porque o MDB não deu a ênfase que devia, se deixou levar por bo-

“Brizola consegue fundar o PTB. Mas ele não vai ter gente moça e nem trabalhadores”



bagens, por uma meia anistia e por uma reforma partidária calhorda. Ainda assim é preciso fechar em torno dela. É uma coisa pequena, e que pode ser aceita por áreas bem amplas. D. Ivo não pode dizer que não, Brossard não pode dizer que não, Seabra Fagundes não pode dizer que não, nenhum liberal pode dizer que não.

O Governo diz que não.

— Nós temos que demonstrar ao Governo que isso é o mínimo. Temos que ter a coragem e a inteligência de fazer um diálogo demonstrando que em termos liberais estamos pedindo o mínimo dos mínimos. O próprio Governo não concedendo ao menos a eleição para uma Constituinte estará dando prova da sua pequenez.

O Sr. acha possível um diálogo da Oposição com o Governo?

— Uma ponte tem que ser estendida pois nós temos propostas a fazer. Não é possível chegar ao Poder a não ser por um processo político evolutivo. Outra Cuba não sai. E nesse caminho não se consegue nada a não ser barganhando. À certa altura pedir Constituinte é pedir pouco, se tu demonstrares que este país está um inferno, que com esta situação econômica, com esta infalção não há como segurá-lo. Claro, o Governo tem os instrumentos de força e a gente não pode deixar de cutucar a onça, com vara curta ou comprida tem que cutucar, senão como saber se ela não é de papel? Mas precisa ter sempre uma oportunidade de diálogo. A meu ver um dos erros que está havendo por aí é esse. Por exemplo pela doutrina de guerra eu sou um inimigo do regime, mas eu tenho que demonstrar que não aceito isso. Sou um adversário, por que o Sr. não aceita discutir?

Esse não pareceria um projeto moderado demais para certas alas?

— Moderado. Radical. Esta é uma das distorções que se enraizaram entre nós. É um processo antigo e que já mereceu muitos estudos. Eu mesmo já estudei o valor da semântica na ideologia alienante e repressiva. Radical vem de raiz. Todo o sociólogo, o cientista que estabelece um preceito substancial em ciência vai à raiz. Em ciência, sempre se é radical. Política é outra coisa, é a ciência do possível. Ser ou não ser agressivo, ser atrevido ou comedido, depende. Se a coisa está difícil ele pede pouco, se o cavalo passa encilhado, ele monta. Mas isso não quer dizer moderado nem radical. Na Revolução Francesa já se usava os termos apropriados: o exaltado era o *enragé*, enraivecido e o moderado era o moderantista. O sujeito não vai apregoar moderação. Política é a arte de fazer o que se tem que fazer. No momento em que se põe o negócio num modelo de que tem que ser aos pouquinhos, que faz com medo está adulterando tudo. Dizia Robespierre: “O moderantismo está para a moderação como a impotência está para a castidade”. Eu não me interesso por nenhum cargo e também já não tenho medo de nada, mas acho que este é um caminho.

Quem seria capaz de conduzir esse diálogo com o Governo?

— Paulo Brossard é o grande homem para este diálogo. Ele tem ambição e no estado que aí está ele não vai passar de senador nunca. É um liberal, que se a clavelha apertar sai pela direita, é, portanto, um homem que menos desconfiança vai provocar.

E o Ulisses Guimarães?

— Também seria capaz, mas o Brossard tem mais apelo, é um artista no rádio e na TV e um homem desses vai precisar de respaldo popular. Já o Tancredo Neves é mais perigoso, é muito mineiro...

E um Leonel Brizola recondicionado?

— As manifestações dele nos últimos três meses não me agradaram. Cautela? Talvez fosse melhor, se o caso é cautela, não falar nada, não sei. Mas, de qualquer forma não vejo com prevenção a figura do Brizola. Não acredito em absoluto nas insinuações de que ele está ligado à trilateral, que é ponta-de-lança da social-democracia. Acho que ele não é burro para isso. Ele é um caudilhão velho. É um homem moço, 56 anos, com 20 anos de política pela frente que poderão ser muito exitosos. O perigo é ele se contentar com pouco. Por isso acredito mais no Brossard.



A imprensa, entre Fidel e o Estadão

Por José Onofre*

Após a greve de jornalistas de São Paulo, no último mês de maio, 200 profissionais foram demitidos. Entre eles, alguns membros da direção do sindicato, não sendo respeitada nem ao menos a estabilidade funcional que lhes é garantida pela lei. Não é de se surpreender. Desde o momento em que começou a ser reduzida a ação da Censura Federal sobre os jornais, os proprietários começaram a trabalhar na reformulação das redações.

Antes, a Censura Federal, pela sua intervenção, equilibrava as relações entre jornalistas e proprietários de empresas jornalísticas, no que tange à linha de uma publicação ou programa. Agora, sem a Censura, é o patrão que deve enfrentar e tentar resolver as inevitáveis contradições entre os interesses da redação e os da empresa jornalística.

Portanto, não estamos diante de demissões, mas de expurgos e redefinições.

Mas há também a produção da ideologia. O *Estado de São Paulo* e o *Jornal da Tarde*, principalmente, publicaram longos editoriais e uma reportagem sobre a greve, oferecendo ao público todas as informações que puderam reunir e que apontassem os grevistas como terroristas, imaturos, chantagistas e incoerentes. Até uma escala de salários veio a público.

O objetivo era mostrar como os jornalistas, em termos salariais, eram privilegiados em relação à grande massa de trabalhadores brasileiros. Tudo para desmoralizar a greve e os profissionais diante do público. Mas foram além: citaram um debate, publicado pela *Revista Isto É* (nº 106, de 3/1/79) entre os jornalistas Silvio Lancelotti (entrevistador), Clovis Rossi, Ignácio de Loyola Brandão e Fernando Morais.

O assunto era Cuba, onde haviam estado Rossi, Morais e Brandão, sendo que os dois últimos haviam escrito livros sobre as viagens. O editorialista lembra um trecho onde Fernando Morais justifica a inexistência de liberdade de imprensa em Cuba. Morais afirma que "a imprensa não é um dos mecanismos de crítica ao sistema, de crítica ao regime, ao Governo. A imprensa lá é para informar. Bem ou mal, não vem ao caso. Eles têm lá as chamadas organizações de massa. (Comitê de Defesa da Revolução, a Federação das Mulheres Cubanas, a União dos Jovens Comunistas), que são de fato os mecanismos de crítica. Por outro lado, eles achavam que imprensa era um negócio desimportante num processo revolucionário. O importante era dar comida às pessoas, dar casas às pessoas".

O editorialista do *Jornal da Tarde* não cita toda a frase de Morais. E não precisava. Ele havia pinçado, num vice-presidente de sindicato e deputado da oposição, como é Morais, um momento de ruptura com um projeto essencial ao jornalista: a liberdade de imprensa. Morais e Loyola Brandão argumentavam que, em certas circunstâncias, a liberdade de imprensa não é

necessária, podendo ser substituída por outras formas de organização popular.

Um assunto se torna importante não apenas pelo conflito passado — a greve — mas pelo fato de que estamos num período em que várias instituições da órbita do Estado (como a censura), ou da sociedade civil (como a imprensa) estão redefinindo suas posições no Brasil. A questão da imprensa é essencial para quem trabalha nela, mas também é essencial em qualquer questão sobre a democracia política. A idéia de Morais não é de que a liberdade de imprensa seja desnecessária, mas que num leque de prioridades, durante uma revolução num país pobre, ela se torna secundária, isto é, pode ser postergada. Num outro ângulo, as afirmações dos Cubanos recolhidas por Morais incidem sobre o conceito de liberdade de imprensa. Eles o localizam como um conceito burguês, e nisto estão corretos.

A definição da imprensa, e sua função no espaço público, tem um histórico, e sua fonte está nas discussões que se travaram, tanto nos EUA como na Inglaterra, pelos políticos e teóricos liberais do século XVII e XIII. É neste momento do passado de duas revoluções burguesas exemplares, clássicas, que a imprensa se definiu, através do encontro de uma operação diária, com uma luta política e jurídica de proprietários (que também eram profissionais) por um projeto global de sociedade.

Quando o conservador Edmundo Burke, num discurso no Parlamento, no século XVIII, referiu-se ao **quarto poder**, ele estava alinhavando alguns pontos das complexas relações entre sociedade civil (sob hegemonia burguesa) e Estado, definindo posições e funções que acabaram se cristalizando no que é prática de imprensa, sociedade civil e Estado, na Inglaterra de hoje, mas também nos EUA. A posição de Morais não é totalmente explícita na entrevista. Nós percebemos que ela está entre a idéia de que: 1) a imprensa pode ser crítica, informativa ou ambas e 2) numa sociedade socialista em construção, como a cubana, o aspecto crítico e informativo podem ser separados. E o crítico colocado em segundo plano.

Neste sentido, percebemos que ele adotou o ponto de vista cubano sobre a imprensa, ou que, ao menos, os argumentos dos dirigentes e jornalistas cubanos lhe pareceram adequados. Mas cabe, não tanto por Cuba, mas por nós, ver se esta afirmação dos cubanos, que Fernando Morais reproduz, é realmente uma afirmação que se possa fazer com tanta tranquilidade.

— Acostumamo-nos a ver Cuba como uma exceção em relação aos países socialistas (URSS e China) ou democracias populares (Europa Oriental, Vietnam, Coreia ou Camboja). Os autores que analisam regime cubano sublinham o fato de que foram criadas formas

de participação da população nas decisões que não se encontram em outros países convencionalmente chamados de socialistas. As associações de base são normalmente auscultadas pelo Governo e nelas todos os assuntos de uma comunidade são discutidos. Após 1970, uma série de procedimentos de cunho eleitoral foram institucionalizados de forma a permitir que esta representação popular se institucionalizasse.

Não cabe aqui examinar o que isto significa. Só citei porque acho essencial percebermos que há um consenso sobre a singularidade do processo político e social da Revolução Cubana. E que isto passa a ser até utilizado como o argumento forte para demonstrar a democracia interna de Cuba, democracia política que fica obscurecida quando o seu medidor é o conceito de liberdade de imprensa.

Um outro jornalista brasileiro esteve em Cuba e se deteve mais sobre o assunto da imprensa. Jorge Escosteguy, editor assistente da revista *Veja*, na última parte de seu livro, faz uma longa entrevista com Angel Guerra. Escosteguy o descreve como sendo "um dos jornalistas mais importantes de Cuba" e que muitas vezes, antes de fazer uma viagem ao exterior, Fidel Castro não dispensa uma minuciosa conversa privada com ele". Estamos diante, portanto, de uma sólida e representativa opinião cubana.

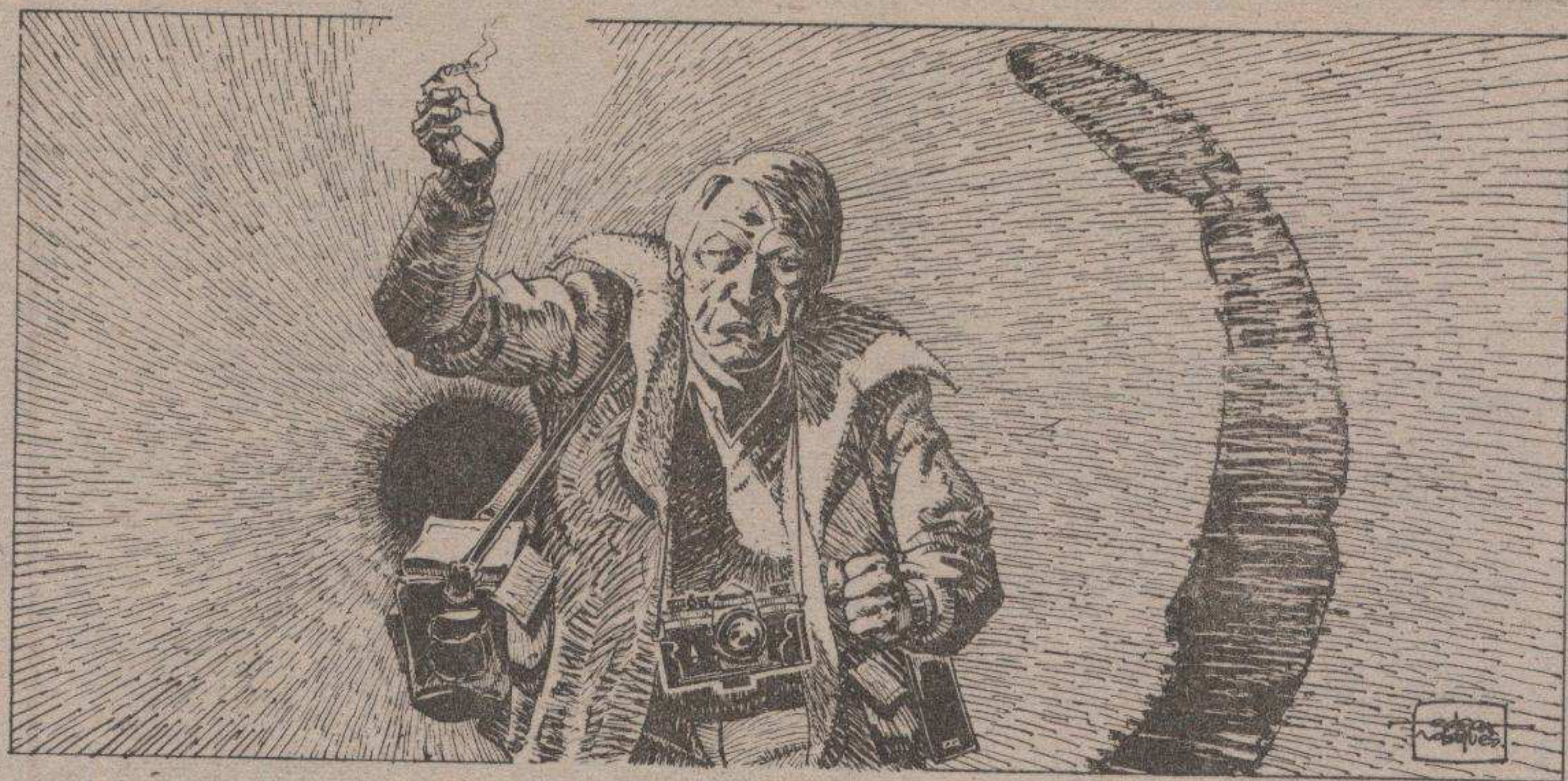
Escosteguy fez 12 intervenções, entre perguntas e observações, durante a entrevista. Iniciou perguntando o que pensam os jornalistas cubanos sobre o fato de seu país ser o mais citado entre os que não permitem a liberdade de imprensa. Guerra respondeu: "Nós, jornalistas cubanos, não acreditamos em uma só palavra do conceito burguês de liberdade de imprensa. Sabemos que nos países capitalistas existe a liberdade de imprensa, não de imprensa".

Escosteguy perguntou-lhe, então, que definição de liberdade de imprensa ele contrapunha ao que considerava o conceito burguês. Resposta de Guerra: "Liberdade de imprensa é a liberdade que têm os cidadãos cubanos de expressar livremente seus critérios sobre o que ocorre no país sob a gestão do Governo — isso tanto pode ser feito num bar, numa esquina, como numa assembléia de produção ou pelas páginas da imprensa. Assim essa liberdade não se expressa apenas pelos jornais. (...) Há muitos veículos, muitos canais de comunicação, além da imprensa, para o povo apresentar suas queixas, opinar e discutir seus problemas".

Angel Guerra prossegue falando sobre o assunto, mas não consegue estabelecer um conceito de liberdade de imprensa que se torne operacional para a imprensa não liberal. No máximo consegue dizer o que não é liberdade de imprensa em Cuba: escrever contra o socialismo.

(continua)

* Jornalista, editor da Folha da Manhã de Porto Alegre



“Queiramos ou não, estamos diante de uma degradação do conceito original de imprensa liberal”

Um argumento interessante porque expõe a atitude que o próprio Guerra critica na burguesia: a imprensa não pode atacar o sistema onde funciona. E esclarece: “O papel da imprensa numa sociedade socialista, que pertence ao povo, ao Estado, que é um Estado operário, camponês, dos intelectuais, da maioria — o papel da imprensa aqui é o de difundir as idéias do Socialismo, difundir o heroísmo do povo na construção do Socialismo; é apoiar a luta dos povos em favor da libertação da América Latina, Ásia e África; é trabalhar em favor da paz e da distensão internacional; é recolher a opinião do povo sobre a gestão do Estado e dar-lhe publicidade; é analisar criticamente a gestão do Estado revolucionário para assegurar que a política do partido se cumpra na gestão estatal e que as inquietações das massas em relação às deficiências aos erros, à negligência, ao burocratismo, à indolência dentro da gestão estatal sejam refletidas nas páginas da imprensa”.

Procuirei selecionar os trechos onde ficava mais precisa a opinião de Angel Guerra sobre o que deve ser a imprensa numa sociedade envolvida com uma revolução. Parece-me que eles podem ser agrupados assim:

1) a imprensa não ocupa um lugar privilegiado dentro da sociedade civil, porque outras formas de representação da opinião são mais importantes;

2) a função da imprensa está mais ligada à difusão da doutrina, mostrando como o trabalho do povo, sua dedicação, é o elemento mais poderoso na construção da riqueza nacional;

3) a imprensa deve estar mergulhada no projeto socialista e sua crítica deve apenas buscar o que há de equívoco na execução das tarefas projetadas pelo partido, pelo Governo, pelo Estado.

Estamos diante de uma ruptura com o modelo liberal de imprensa. Um processo natural e inevitável, uma vez que, em qualquer uma das etapas destes 20 anos de revolução, os governantes cubanos não propuseram outra coisa que não fosse desmontar todos os esquemas de funcionamento do capitalismo dito liberal em Cuba, através da construção de mecanismos alternativos e socialistas. O que importa é perceber qual foi a alternativa para a imprensa criada, em Cuba, tanto pela prática de fazer jornalismo, como pela extrapolação da doutrina do Governo e do partido para o campo da recepção e distribuição de informação dentro da sociedade.

Não quero discutir aqui, portanto, se Cuba é ou não uma Democracia, seja em termos novos ou tradicionais. Trata-se de perceber que conceito de imprensa se forjou no bojo de uma revolução que, em vários níveis, tem se manifestado heterodoxa. É inquestionável que os cubanos reforçaram a idéia de um partido único, mas que também incentivaram outros canais, de base, que dão acesso à tomada de decisão. E que a participação destas bases a um amplo espectro de decisões, é bem maior do que na URSS, na China, ou nas democracias populares da Europa Oriental ou da Ásia. Mas me parece também claro que examinar alguns conceitos emitidos por homens do Governo — e por jornalistas — sobre a imprensa, mostra que neste aspecto os cubanos não diferem de nenhuma das outras modalidades de sistema que foram construídos como alternativa ao capitalismo liberal.

A imprensa, na sua origem liberal, deve ser entendida como um elemento da Sociedade Civil, que se torna desta um porta-voz, um reflexo, um órgão de auto-iluminação e expressão. Ela se articula e se singulariza, no conceito liberal, porque se torna um elemento de transparência, iluminação e totalização da sociedade.

A imprensa liberal se tornou uma das formas mais poderosas de equilíbrio entre o poder institucionalizado (com sua vocação absorvedora) e o vago e desprotegido interesse público. Tornar a sociedade transparente para seus membros individuais ou coletivos; iluminar o espaço público na especificidade de uma crise (Watergate é um exemplo clássico); oferecer uma síntese totalizante destas contradições aos próprios atores individuais ou coletivos. Estas são, numa síntese um tanto bárbara, as tarefas que encerra o conceito liberal de imprensa.

Um fato evidente é que, dentro da sociedade capitalista, a imprensa está submetida às leis mais simples de uma economia de mercado. E que na verdade a tarefa que deveria desempenhar em defesa do interesse público global, se torna tarefa de representar um segmento de classe ou de coalizão de classe, não necessariamente a dominante.

A imprensa se parcializa não por defender o Estado

ou os empresários, mas por privilegiar, na valorização que faz dos acontecimentos, um ponto de vista que (se formos além das mediações factuais) é um ponto de vista de classe ou de uma coalizão de interesses social e economicamente determináveis. Um jornal não precisa defender um grupo. O Estado de São Paulo, por exemplo, não o faz. Ele absorve várias contradições inter pares e produz uma tentativa de síntese normativa. Um jornal pode sucumbir ao interesse específico de um grupo (isto é comum), mas em geral não é necessário.

Sua tarefa não consiste em resolver as contradições dentro de uma elite, mas ir além disto, dinamizando e expressando uma unidade que nem sempre esta elite tem em relação a si mesma.

Os problemas da imprensa liberal, se tomados em sua especificidade, não são em tudo idênticos ao de um outro tipo de indústria ou comércio. Mas guardam, com um certo grau de abstração, os problemas de modelo — liberal ou autoritário — de uma economia de mercado (mais ou menos controlada pelo Estado ou oligopólios), que são os problemas de um projeto que, em ação, foge aos seus próprios desígnios básicos.

Em suma, a história, a experiência concreta do projeto, se revela problemática e nos vemos diante, queiramos ou não, da degradação do conceito original. Todavia é preciso entender esse conceito não como uma produção majestosa e isolada do sr. Edmund Burke ou de algum dos redatores do *Federalista*. Mas sim enquanto à síntese intelectual de uma longa — e não raro difícil e trabalhosa — prática social sobre contradições que acabaram se cristalizando e se expandindo numa prática em outro nível: uma nova prática que já tinha atrás de si um consenso jurídico, institucional e social.

Um processo semelhante se desenvolveu em Cuba. Mas nem aqui é o lugar para minuciá-lo, nem possuo informações para fazê-lo. De resto, os cubanos são ciosos das informações sobre os sucessivos choques entre facções que acabaram por institucionalizar seu Governo e forjar seu PC. Mas o fato é que, após 20 anos de revolução, há um sólido conceito sobre a posição e a função ocupada pela imprensa nas suas relações com a sociedade cubana.

Considero, após a leitura dos livros citados, que a opinião de Angel Guerra recolhida por Jorge Escosteguy resume os pontos limites desse conceito, segundo a leitura dos brasileiros e a de Karol. Um deles é de que os jornalistas cubanos não acreditam na liberdade de imprensa burguesa. Mas acreditam na necessidade social de haver imprensa, pois o Governo, o partido e o exército possuem veículos para comunicar-se com a sociedade; outro é de que a imprensa não é prioritária porque existem outros canais (as associações profissionais ou de classe) para realizar o levantamento de problemas. Canais que, por mais abertos e dinâmicos que sejam, não parecem suficientes para o Governo, o PC ou as Forças Armadas utilizarem-nos sem necessitar de imprensa.

Um outro argumento contra uma imprensa mais crítica consiste em que isso significaria “dar armas ao inimigo”. Mas este nunca as precisou. Ao longo destes 20 anos a imprensa capitalista nunca se dedicou a minuciar o funcionamento da sociedade cubana. Simplesmente utilizava releases, oficiais, informações de suas agências, discursos de governantes ou até o material publicado pela imprensa cubana para: 1) destacar os pontos fracos ou que pudessem assim parecer; 2) ampliá-los, não raro deformando-os, até caberem num ponto de vista negativo sobre o sistema cubano. Sendo assim, seria de perguntar a que “inimigo” se refere Guerra. Uma vez que a imprensa ocidental nunca deixou de atacar Cuba, tendo ou não informação, provavelmente Guerra se refere ao inimigo interno. E então nos depararemos com mais uma argumentação tipo “segurança nacional”.

Há um esboço de contradição nisso tudo: se realmente as relações entre, de um lado, Governo e partido, e, de outro, associações de base, são tão complementares e democráticas, uma imprensa autônoma tenderia a não só refletir como se impregnar disso. E acabaria servindo para cimentar uma democracia política que não é outra senão o objetivo do Socialismo. Por outro lado, há o problema da transição implícito em qualquer projeto socialista. Na crítica que se faz hoje às realizações dos países socialistas, está o fato de que, ao contrário do projeto original, que supõe um progressivo enfraquecimento do Estado — consequência da diluição das contradições entre as classes que comporiam o Estado original e estariam presentes no Estado de transição — o que se vê, na URSS ou na China, e

também em Cuba, é exatamente o fortalecimento da tendência absorvedora do Estado.

Este concentra poderes, ao contrário de dissolvê-los nas organizações que deveriam ser o embrião de seu extermínio. E o item *imprensa* é característico. Embora os cubanos tratem vários níveis de sua vida social com mais abertura e originalidade que os soviéticos ou chineses, na forma que eles tratam sua imprensa isso não acontece. Como a soviética, ela está rigorosamente dimensionada não como uma instância totalizadora da experiência ou opinião da base social, elemento da sociedade civil, mas como um apêndice do Estado.

A imprensa é o Estado e o partido, servindo apenas para refletir essa vontade soberana. Os veículos mostram a sociedade através da linguagem do Estado. Ela continua a desempenhar sua função clássica como agente da transparência, iluminação e totalização da vida social. Mas mediada, completa e absolutamente, pelo Estado e pelo partido, isto é, de cima para baixo. Percebemos uma superconcentração, nas mãos do Estado, dos meios de captação e expressão, o que significa simplesmente a concentração da emissão de análises e diretivas.

Mas Cuba é suficientemente rica e contraditória para apresentar um projeto oposto. O próprio Angel Guerra reconhece, ao fim de sua entrevista com Escosteguy, que há uma diferença entre o “desenvolvimento das organizações de massa (...) e dos veículos para expressá-la”. Acredita que “seria muito bom que o Poder Popular tivesse seu jornal, que os CDRs tivessem seus jornais, que os sindicatos tivessem seu jornal diário. Atualmente os sindicatos estão tentando editar um diário”. Alega que este processo é difícil porque não há recursos para treinar quadros jornalísticos, que o material técnico e o equipamento são caros. E afirma que no próximo Plano Quinquenal está previsto que cada Província tenha o seu jornal.

Quero ressaltar, com o risco de cair num maniqueísmo disfarçado em politiquês, que a Revolução Cubana avança entre um feixe de contradições que podem ser agrupadas como tendências estruturais de reimprimir o velho e o autoritário e de tentar o novo e o democrático. E que fica difícil saber, sem outras informações além dos livros citados, qual dessas duas tende mais a se hegemonizar. Há uma convicção da não prioridade da imprensa, na hora de distribuir os recursos materiais. Como também ela não é privilegiada com esta relativa autonomia que outras instâncias da sociedade civil têm diante do Estado. Ao inverso no proposto no próprio projeto socialista marxista, há um fortalecimento da instância estatal. Este controle quase total sobre o funcionamento da vida social, torna necessário que retomemos, num outro nível, o conceito original de imprensa. Se ela existia, (e sobrevive mal-e-mal), na democracia liberal, como forma de evitar os desequilíbrios do todo social, onde o Estado nacional se impunha com sofreguidão, necessário reconhecer que o corte revolucionário socialista não rompeu com essa situação.

Ao contrário, estamos diante de uma ampliação desse desequilíbrio que os liberais, a seu modo, contrapuseram com uma fórmula específica de inserir a imprensa no contrato social. Em suma, se o Estado socialista — ao contrário de entrar em agonia logo após realizar as tarefas de romper o monopólio dos meios de produção em mãos da burguesia — entra numa sobrevivência não prevista e não desejável, a imprensa volta ao primeiro plano. E volta, se num outro momento, com seu objetivo clássico de reforçar a sociedade civil, garantir a democracia política e, etapa superior, tornar-se elemento ativo e fundamental na operação de, pouco-pouco, retirar do Estado a posse completa da direção da sociedade e entregá-la àquelas instâncias sociais que deveriam sucedê-lo. Mas estamos diante de um mandato tampão que se eterniza e se autojustifica nessa perenidade não buscada em nenhum momento dos clássicos marxistas.

Em argumento, comum a soviéticos e cubanos, é que estão sendo colocadas, agora, as estruturas íntimas dessa liquidação histórica. Raul Castro tem a tranquilidade de nos prometer isso para daqui a 200 ou 300 anos quando nem ele nem nós estaremos aqui para checar. Todos se comportam de uma maneira que pode ser sintetizada com uma velha expressão conservadora gaúcha: “É no andar da carreta que as abóboras se acomodam”. Mas se percebe que esses adeptos das revoluções automatizadas são os mais vigilantes guardiões do espaço público, mantendo tudo sobre tal controle que acabam criando um sistema orgânico e fechado. O objetivo não me parece ser o de permitir o



“Está solidamente enraizado o hábito das pessoas mentirem sabendo que estão mentindo”

desenvolvimento de forças capazes de repor a história em seu curso, mas, ao contrário, o de diluir, num superorganismo, todas as energias sociais contraditórias, tendo como objetivo maior a criação de um mecanismo de retificação que acabe nadificando as fontes de contradição e realizando um modelo de gestão vertical e autoritário, completo, absoluto e incontestável, pois este não produzirá “a corda que o enforca”.

O assunto é delicado e se presta à má fé dos patrulheiros, em seu zelo jacobino de proteger o que não é seu. O escritor espanhol Juan Goytisolo observa um detalhe importante, no número quatro do *New York Review of Books*, de 22 de março deste ano. Em longo artigo, onde resenhava quatro livros sobre Cuba, falava da dificuldade do crítico de esquerda em falar sobre essa Revolução, pois sempre terá que se enquadrar em dois conceitos: ou é um apologeta ou um detrator. A autocensura da esquerda, no que tange à Cuba, é comparada àquela praticada, na década de 30, sobre a União Soviética e o stalinismo. Não raro, diz ele, quem escreve sobre Cuba se refere ou a um paraíso ou a um campo de concentração. Não há meio termo? A realidade é tão clara assim? Ou se estará, ao polarizar assim os conceitos, falseando a “complexa e contraditória experiência de 20 anos de governo revolucionário”? Refere-se à afirmação do poeta e crítico alemão, Hans Magnus Enzensberger, que reclama do “solidamente enraizado hábito das pessoas mentirem, sabendo que estão mentindo”, disseminado entre a esquerda. Parece difícil as pessoas fugirem do maniqueísmo. O radicalismo das posições (“campo de concen-

tração” ou “paraíso”) reflete a angústia que é conviver com as contradições de uma rica e dinâmica experiência social como a Cubana. Os livros escritos no Brasil, sobre Cuba, refletem um pouco essa situação. Apenas em Jorge Escosteguy percebi uma preocupação em trazer à tona as contradições e irrealizações, relativas à imprensa, que, em absoluto, denigrem a experiência do povo ou do Governo cubano, mas simplesmente os dimensionam na dinâmica mesma da sua revolução. O editorialista conservador do *Estado de São Paulo* e *Jornal da Tarde*, ao cobrar (com objetivos de marcar pontos na sua guerra de patrão contra empregados) de Fernando Morais sua concordância com a inexistência de uma imprensa livre em Cuba, provavelmente estava se baseando nos conceitos de liberdade de imprensa cunhados no século XVII ou XVIII. O editorialista estava certo, porque esses são os conceitos e os valores ao redor dos quais gira o seu jornal.

Mas no momento em que todos se empenham, neste Brasil de tradição autoritária, em dar algumas armas para que a sociedade enfrente este abarcadouro que é o Estado, é importante que os jornalistas, no interesse específico de sua profissão — mas também olhando sua obrigação com projetos mais amplos — não se limitem a omitir ou justificar algumas contradições de regimes alternativos. Deve-se aprender a conviver com elas. Afinal, como dizia Scott Fitzgerald, em *A Derrocada*, (oportunamente citado por Goytisolo) “o teste de uma inteligência de primeira ordem é a capacidade de manter no espírito duas idéias opostas, ao mesmo tempo, sem perder a capacidade de funcionar”. A lei primeira e fundamental de um jornalista (origem da maioria de suas úlceras e depressões) é que ele deve expandir, mais e mais, em quaisquer circunstâncias, a liberdade de informar. Sua utopia é tornar a sociedade trans-

parente. Total, completa, ampla e vivamente transparente. Em qualquer lugar.

Seria necessário, num segundo artigo, examinar algumas impressões sobre o significado que tem, para nós jornalistas, aqui no Brasil, esta contraposição entre o Conceito Liberal de Imprensa e o Conceito Autoritário de Imprensa. Num momento em que os proprietários rearticulam o espaço das redações, buscando monopolizar um controle direto sobre a produção de informação até então feito em conjunto (mas não sem conflitos) com a Censura Federal, é necessário que os jornalistas também se reagrupem em novos conceitos. E como, em todas as discussões e análises sobre a autonomia de agentes sociais diante do Estado autoritário, parece que a imprensa foi abandonada à sua própria sorte por políticos e sociólogos, teremos que cavar estes conceitos com as ferramentas carregadas de subjetivismo do jornalismo. Numa profissão em que a cooptação está na assinatura da carteira de trabalho, onde o profissional não detém nenhum poder sobre o controle de qualidade de seu produto final, os problemas de autonomia podem ser até risíveis, de tão remotos. Podemos começar não aceitando alguns contrabandos conceituais, mesmo os de uma respeitável Revolução como a cubana, por exemplo.

CUBA HOJE (20 Anos de Revolução), de Jorge Escosteguy, Editora Alfa-Omega — 1177 páginas — São Paulo, 1978.
A ILHA (Um Repórter Brasileiro no País de Fidel Castro), de Fernando Morais, Editora Alfa-Omega — 126 páginas — São Paulo, 1976.
CUBA DE FIDEL (Viagem à Ilha Proibida), de Ignácio de Loyola Brandão, Editora Cultura — 120 páginas — São Paulo, 1978.
LOS GUERRILLEROS EN EL PODER, de K. S. Karol, Seix Barral — 658 páginas — Barcelona.

Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros do Sul. O Cooperativismo foi uma delas.

A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.

Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como



armazenamento e comercialização de produtos.

Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.



COTRIJUI

COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.

CIDADE COMO ESPAÇO DE CONTRADIÇÃO

A SOCIOLOGIA DO BRASIL URBANO, de Anthony Leeds e Elisabeth Leeds, Zahar Editores, 327 páginas.

Por se constituírem nos centros mais dinâmicos do capitalismo do Brasil, suas grandes cidades representam também espaços nos quais suas contradições se tornam mais evidentes, a riqueza e a opulência vivendo lado a lado com a mais flagrante miséria.

O que surpreende, entretanto, é o número relativamente pequeno de trabalhos dedicados a entender como vivem as diversas classes sociais que compartilham o mesmo espaço no qual se desenrola a vida urbana. Em comparação com outros temas das ciências sociais brasileiras, conhece-se pouco sobre os modos de vida, as estratégias de sobrevivência, os comportamentos, e as orientações e práticas sociais das diversas classes sociais urbanas no Brasil.

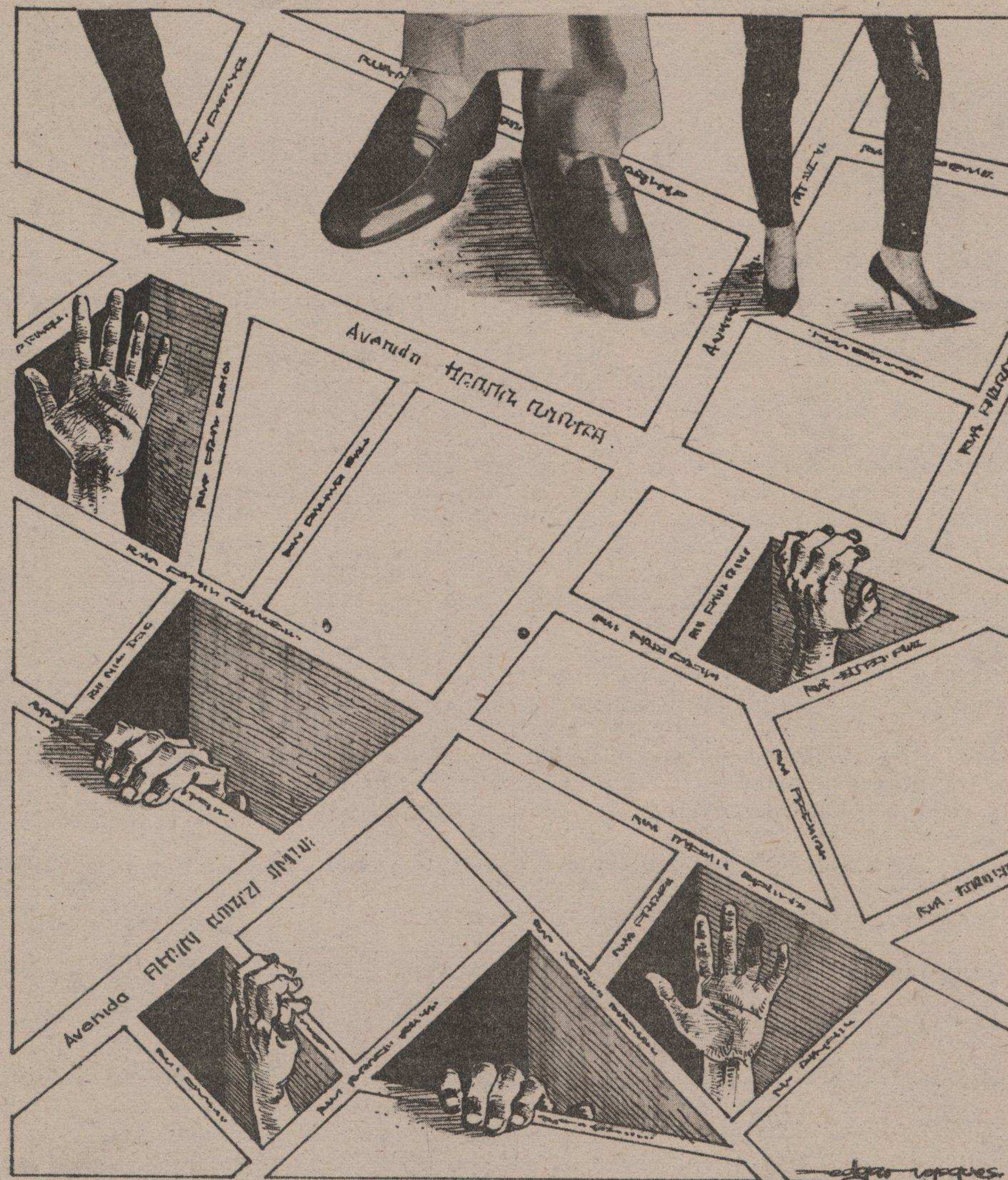
Os vários simpósios sobre questões urbanas da última reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência indicam felizmente que está havendo um interesse crescente por parte dos nossos cientistas sociais em comparar os diferentes setores da população que compõe as grandes cidades brasileiras.

Anthony e Elisabeth Leeds podem, de certa maneira, ser encarados como precursores desta leva de cientistas sociais preocupados com a realidade do Brasil como refletida em e mediatizada por suas grandes cidades. Tendo se dedicado a esta temática durante os últimos quinze anos, dos quais viveram um total de seis no Brasil, este casal de antropólogos norte-americanos teve agora lançado *A Sociologia do Brasil Urbano*, livro que reúne sete ensaios escritos em épocas diferentes mas todos ligados ao tema das cidades brasileiras e suas populações.

Estas preocupações teóricas são desenvolvidas de forma mais elaborada no segundo capítulo ("Poder local em Relação com Instituições de Poder Supralocal") que se constitui no modelo para os demais. Nele é mostrado como os recursos de poder são apropriados por uma variedade de "nós organizacionais sociais".

Os restantes capítulos são aplicações deste modelo à realidade urbana do Brasil (com referência também ao Peru e ao Chile), enfatizando especialmente o Rio de Janeiro onde a maioria das pesquisas foi realizada.

Assim, o terceiro capítulo ("Carreiras Brasileiras e Estrutura Social: Uma História de Caso e um Modelo") discute como se organizam as carreiras no Brasil, analisando a importância das "panelas" e da instituição do "cabide" dentro da estrutura social brasileira.



O quarto capítulo ("O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana") procura demolir o mito, muito difundido no nosso meio, de que as populações faveladas teriam comportamentos e valores rurais, mostrando como isto não corresponde à realidade.

Por sua vez, o quinto capítulo ("Tipos de Moradias, Arranjos de Vida, Proletarização e a Estrutura Social da Cidade") generaliza os achados do capítulo anterior, referentes aos favelados, para o proletariado urbano em geral, indicando como a organização, as estratégias e as ideologias das classes dominadas são condicionadas pelas restrições que lhes são impostas pelas classes dominantes.

O sexto capítulo ("Favelas e Comunidade Política: A Continuidade da Estrutura de Controle Social") analisa como as classes altas urbanas procuram manter e controlar os recursos existentes na cidade através dos mais variados meios tais como leis, associações, coalizões, mostrando os mecanismos de dominação e perpetuação dos membros do circuito superior da sociedade.

Finalmente, o último capítulo ("Con-

siderações sobre Diferenças Comportamentais: Três Sistemas Políticos e as Respostas das Áreas Invadidas por Possesores no Brasil, Peru e Chile") se constitui numa síntese dos capítulos anteriores. Por um lado, ele procura rediscutir as bases teóricas de capítulos anteriores. Por outro, ele tenta explicar o comportamento político das classes trabalhadoras em bases estruturais, rejeitando portanto alguns dos enfoques tradicionais sobre o assunto que abordam este comportamento em termos de características iminentes ou categorias residuais, como supostos traços culturais dos trabalhadores. Esta análise é desenvolvida através da comparação de formas de comportamento daquilo que os autores chamam de "áreas urbanas invadidas por posseiros" (como, por exemplo, as favelas) no Brasil, Peru e Chile ao se depararem com os sistemas políticos vigentes nestes países dos quais procuram extrair bens e serviços.

A leitura destes diferentes ensaios é extremamente estimulante não só pela imensa riqueza do material empírico, mas também pelas proposições teóricas que os autores colocam freqüentemente de um modo bastante polêmico.

Ruben George Oliven

A MULHER TOMA SEU LUGAR

O PARAÍSO PERDIDO — Sete novelas fantásticas — de Isak Dinesen, Civilização Brasileira, Cr\$ 200,00.

Nas sete novelas que compõem o corpo deste livro da autora dinamarquesa, somos aprisionados, do princípio ao fim, pela sua grande capacidade narrativa. Isak Dinesen é antes de tudo uma contadora de histórias. Seu estilo cria personagens e climas inesperados que rebentam os liames da ordem estabelecida através de situações fantásticas. Não é à toa que a autora escolheu como época do desenrolar-se das novelas o século dezenove. O romantismo tentando rebentar a ordem burguesa através da paixão e da experiência individual.

Todas as situações criadas, partem de uma realidade sem atrativos. Os homens em geral, são os guardiões desta ordem estabelecida. Cabe às mulheres criar a maravilha e o fantástico, retirando das forças instintivas as armas necessárias para subverter o mundo. No fundo, há um só e grande personagem por todo o livro: o instinto que luta por libertar-se das imposições da civilização.

Na novela O VELHO CAVALEIRO ANDANTE, a autora coloca na boca de um de seus personagens a parábola bíblica da criação de maneira esclarecedora: "Sempre achei injusto que a mulher nunca tivesse tido a oportunidade de estar sozinha no mundo. Para Adão, houve um momento — e não importa se foi longo ou curto — em que ele perambulava numa Terra Pacífica e cheia de frescor, entre os animais, de plena posse de sua alma, daí que a maioria dos homens nasce com uma lembrança deste tempo. Mas a pobre Eva já o encontrou lá, e foi de imediato reivindicada por ele, no mesmo instante em que abriu os olhos para o mundo. Esta é uma queixa que a mulher sempre fez ao Criador: ela se sente no direito de recapturar apenas para si aquela época paradisíaca." E como seria possível recuperar este viver paradisíaco? Libertando-se das convenções sociais através do instinto e do sentimento, armas femininas por natureza. As mulheres só adquirem astúcia e o jogo da razão quando fenecem nelas a beleza e a paixão. Apesar disto, existe um reconhecimento de que a vida é um jogo sem finalidade, cabendo às mulheres transformar sempre a realidade em mistério e vice-versa: "Lá estavam elas, mantendo o equilíbrio do mundo e preservando sua ordem e ritmo, sentadas sobre o mistério da vida, e sabendo elas mesmas que ao final não havia mistério algum".

Na novela O MACACO, a luta das convenções e dos instintos medem forças durante todo o tempo. As personagens lutam por manter fora de suas salas aquecidas e tranquilas, o caos e a loucura que acompanha a entrega total ao instinto: "O vento ainda uivava, mas a noite inquietante havia sido mantida lá fora pelas cortinas baixadas". Mas não por muito tempo. A luta logo se manifesta através da luta entre amantes, em que a destruição do parceiro é algo possível e a mulher exerce a força vingadora. Mas, quando nem mais a própria mulher parece conseguir manter a vida que foge diante da força organizadora da razão, é que surge o Macaco destruindo os contratos sociais e os interesses, achincalhando a civilização. É só com o aparecimento do animal, das forças instintivas desencadeadas, é que os personagens encontram-se como seres humanos.

Isak Dinesen conhece profundamente a natureza feminina. Procura libertá-la através dos sentimentos que mais profundamente albergam em si, do destino secundário que lhes foi destinado na sociedade patriarcal. Através destes sentimentos telúricos recuperados, a autora entrevê as portas do Paraíso Perdido. Mesmo que seja ficção e o caminho da humanidade ineroxável.

José Eduardo Degrazia

Querida família:
Um drama do nosso tempo.
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguaios.
Cr\$ 70,00

COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão
Ed. Büttcher, Friedrich Klein, Walter Harms, Harry Westermann
DEBATE 1
COLEÇÃO COOPERATIVISMO
Cooperativismo e Competição
A experiência do Cooperativismo alemão na busca de adaptação ao regime capitalista.
Coleção Cooperativismo Selo Debate nº 1
Cr\$ 75,00

DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte (s) livro (s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$ 00.

Nome.....

Rua..... Bairro.....

Cidade.....

CEP..... Estado.....

Assinatura

Nono mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).

O GUARANI NA COZINHA LITERÁRIA

A GRANDE FALA DO ÍNDIO GUARANI PERDIDO NA HISTÓRIA E OUTRAS DERROTAS, de Affonso Romano de Sant'Anna, 108 páginas.

Lançado no final de 1978, *A Grande Fala do Índio Guarani Perdido na História e Outras Derrotas*, vem com uma apresentação gráfica de rigor e nobreza raramente dedicadas mesmo aos imortais da poesia nacional. O livro/poema do professor e crítico mineiro Affonso Romano de Sant'Anna é encontrável numa encadernação especial com vinhetas e ilustrações de Glauco Rodrigues ou no modelo econômico, de 108 páginas, apenas com as vinhetas de Rodrigues.

Em qualquer das duas embalagens encontra-se uma inegável carga de novidade, atualização e seriedade escassas em toda a literatura brasileira. A partir da matriz incaica do texto religioso *Popol Vuh*, Affonso Romano de Sant'Anna constrói um discurso denso e desafiante, registrando uma complexa metapoética, sem diluir-se na repetição dos recursos encontrados em outros modernos *Popol Vuh* como os do nicaraguense Ernesto Cardenal.

Na suas 16 partes/poemas, um jorro de palavras com múltiplos sentidos em variados estilos e audaciosas soluções formais tece um mosaico que busca, mantendo-se poema, identificar o verdadeiro sentido da poesia. Isto é feito através de uma pergunta sempre retomada: "Onde leria eu os poemas de meu tempo? Em que consciência-muro? Em que berço-livro?"

Nesta procura, o professor serviu-se dos recursos narrativos encontrados na obra de James Joyce, Stéphane Mallarmé, T. S. Eliot, Drummond de Andrade, Wladimir Maiakowsky, metafísicos elizabetanos, vanguardas contemporâneas e outras influências que reinaram na moda cultural dos últimos 20 anos. Assim, *A Grande Fala do Índio Guarani* tenta discutir os condimentos fundamentais da cozinha literária da língua. Mas, antes de apenas apropriar-se de formas eficientes, mas já vistas, o autor reemprega, revisa e atualiza os significantes fundamentais que participaram no amalgamento da confusa geleia geral onde dormem arte e criação brasileiras.

Pode-se dizer que *A Grande Fala* de Affonso Romano de Sant'Anna se propõe a fixar um discurso em um nível superior a todos existentes até o momento. Sem cair em maniqueísmos fáceis, enfrenta textualmente as deficiências da poesia do nosso tempo. A função de Deus na criação humana, a incompreensão dos operários diante da arte, a dominação sócio-cultural, as contradições da poesia altamente técnica diante da indulgência da realidade, a ditadura da experiência imposta pelas vanguardas e até os inescrupulosos carreirismos dos intelectuais, são profunda e ironicamente criticados num poema que já se autocritica de todos esses vícios.

Mesmo assim, *A Grande Fala* não chega a ultrapassar os limites aconselhados pelos cânones da inteligência universitária. Reconhecendo-se, porém, com "descantes didáticos/horas de recreio e uma aparente desordem que não irrita o professor", este *Popol Vuh* dá, dialeticamente, a volta por cima e chega a seu significado mais objetivo: uma aula exemplar, pela síntese e conhecimento de causa sobre os descaminhos da poesia brasileira.

Com este terceiro livro de versos (outros cinco de ciência e crítica literária), o autor reafirma a saudável atitude de levar adiante sua criação, embora previna que seu "verso já estava se derramando". Ele descobriu em tempo que "quem cala consente" ou, o que é pior, perde a voz. E *A Grande Fala do Índio Guarani e Outras Histórias* permanece um brilhante e sofisticado marco da poesia surgida dos laboratórios da elite universitária da década de 70.

O mais importante de tudo isso, é a dúvida final que o texto coloca quando situado entre outros "poemas de seu tem-



po". *A Grande Fala*, com toda sua lucidez científica, não apresenta a agilidade e o mistério/encantamento da poesia verdadeiramente espontânea dos dias de hoje, conforme esbanja outro texto-mosaico contemporâneo, o *Poema Sujo*, de Ferreira Gullar. Ou seja, todo o apurado know-how de Affonso Romano de Sant'Anna não forneceu o mágico *savoir-faire* necessário para recriar o inconsciente coletivo de sua cultura, perdida na história e acumulando derrotas. Tarefa essa que, como exemplifica o poema de Gullar, parece ser de competência exclusiva dos que viveram fora das academias a tragédia de seu povo, com seus desempregos, exílios e privações.

Eduardo San Martim

NECESSÁRIO COMO O PÃO À MESA

OS VIVENTES, de Carlos Nejar, Editora Nova Fronteira, 145 páginas, Cr\$ 130,00.

"Os Viventes", mais um livro de Carlos Nejar, vem colocá-lo em evidência no cenário literário do país. Um livro escrito através do seu espaço cotidiano e histórico. O poeta, aí, se coloca, plenamente, como viandante, aquele que está atento ao discurso da sua época, e retira das coisas o real plasmado do poema, que atravessa o próprio tempo como "o anel do vento", brilhando nos olhos e vibrando no coração dos homens. Nejar, que a poesia brasileira já reservou lugar em um dos seus grandes momentos, volta ao poema que lhe valeu todo um discurso elogioso e merecido da crítica do país, como o poeta do testemunho, da irreversibilidade ôntica e do devir, poeta da justiça e do julgamento: "Aqui tudo é julgamento(...) Os viventes/se apresentam. São tão reais/ quanto sois./ Não me desmentem." Assim ele inicia o seu livro, que ao longo de suas 145 páginas vão descortinando-se os elementos cognoscitivos da sua poética: a lei, o réu, o

processo, a partilha, a herança, e mais a voz alta da justiça rangendo nos poemas, onde o ritmo e a música são sinônimos bem claros da sua poesia: "A rima é cântaro/ perto da fonte./ Cântaro à noite/ cântaro, cântaro/ o ritmo um jorro/ que se levanta."

Um livro em que o poeta vai dilacerando-se junto ao tempo (difícil momento) para reerguer-se sempre à luz da poesia: "na alma de quem vos ama/ dentro do poema".

A quem tem resistido, com relutância crítica e ouvidos mal-atentos, à poesia nejariana, este livro é um novo tapa de luvas. Escrito através das suas vivências, pelo pólo da respiração cotidiana, eles são "os viventes", os companheiros do poeta, dos diferentes destinos e domicílios, na peregrinação de vários anos pelo interior do Rio Grande como promotor público, como do tempo em que viveu em Portugal e Europa. De Neruda à Terezinha Lume; do carteiro Leonel Varo ao barbeiro Frederico; de o fantasma civil Honório Loss e Glastone da Boa Vista do Erexim ou a Escada por onde passa Mário Quintana, os viventes vão passando ao fio do verso que agora mais se afia ao tempero das coisas e hélices que movem o vento e a história: "Viventes o que sabeis/ deste poema?/ Aqui está vivo/ quem vivendo teima/ E cria sua própria vez".

Nejar, como em outros livros seus (*Ordeneções*, *Canga*, *Poço do Calabouço*, *Somos Poucos*), dá com "Os Viventes" uma participação fundamental à poética brasileira, àquela que nunca esteve comprometida com os modismos formais, às vanguardas alienadas e inconsistentes. Mas àquela que inteirou-se do homem e da sua paisagem existencial; a poética de música, ritmo, imagens, nutrida da seiva da verdadeira poesia, a que está sempre se inaugurando. O poeta continua sua sinfonia: "Contigo fico/ quando for pátria/ o nosso corpo,/ esta fuligem/ de sofrimento".

Como seus "Viventes", Nejar translada do sofrimento à esperança, onde recompõe a vida para uma travessia melhor, e mesmo que a morte o assalte, de repente, ele promete: "Voltarei, embora morto,/ a uma infância perene". Enfim, "Os Viventes", um livro do tempo presente, tão necessário como o pão à mesa, o vinho às noites de solidão e insônia.

Luiz de Miranda

REGISTRO

A GREVE DE 1917, de Miguel Bodea. O autor escolhe um subtítulo: *Ensaio sobre o pré-ensaio de poder de uma elite política dissidente a nível nacional*. Uma matéria publicada no *Coojornal* sobre a greve de 1917 chamou a atenção de Miguel Bodea que, na época, estudava as origens do trabalhismo gaúcho. Interpretando-a, chegou a conclusões interessantes, agora editadas pela LPM. Cr\$ 100,00.

CANTO GERAL, de Pablo Neruda, procura traçar o curso dos movimentos de expressão social na América Latina, ora procurando seus germes no humilde trabalhador, ora em movimentos organizados, como a Coluna Prestes, do Brasil. Neruda disse em *Confesso que Vivi*: "Naquele ano de perigo e clandestinidade, terminei meu livro mais importante". Da Difel, 448 páginas, Cr\$ 230,00.

KM 63, de Geraldo Ferraz. Depois de *Doramundo*, romance adaptado para o cinema, esse último livro reúne nove contos "desiguais, inventados, às vezes argamassados em verdadeiras paisagens de lugar e tempo", segundo as palavras do autor. Edição da Ática, 112 páginas, Cr\$ 90,00.

CAPITAL E PROPRIEDADE FUNDIÁRIA, de Maria de Nazareth e Baudel Wanderley. A Paz e Terra, com esse livro, apóia a preocupação principal dos autores em compreender a natureza das relações existentes entre os diversos agentes sociais vinculados à economia açucareira em Pernambuco. Custa Cr\$ 110,00, 146 páginas.

O MENINO EXPERIMENTAL, de Murilo Mendes. A antologia de responsabilidade da Summus traz algumas das páginas mais expressivas do escritor mineiro. Segundo Alfredo Bosi, ele é o poeta da aderência do ser, poeta cósmico e social que aceita a função dos valores primordiais. 164 páginas, Cr\$ 120,00.

ARACELLI, MEU AMOR, de José Louzeiro. Com toda a má vontade do ex-ministro Armando Falcão e da oligarquia do Espírito Santo, reaparece a versão romance-verdade sobre o caso que abalou Vitória e o Brasil. O julgamento do caso Aracelli continua, os autores de sua morte estão soltos. Mas a reconstituição dos acontecimentos está nas páginas desse livro que a Record traz ao público. Cr\$ 130,00, 200 páginas.

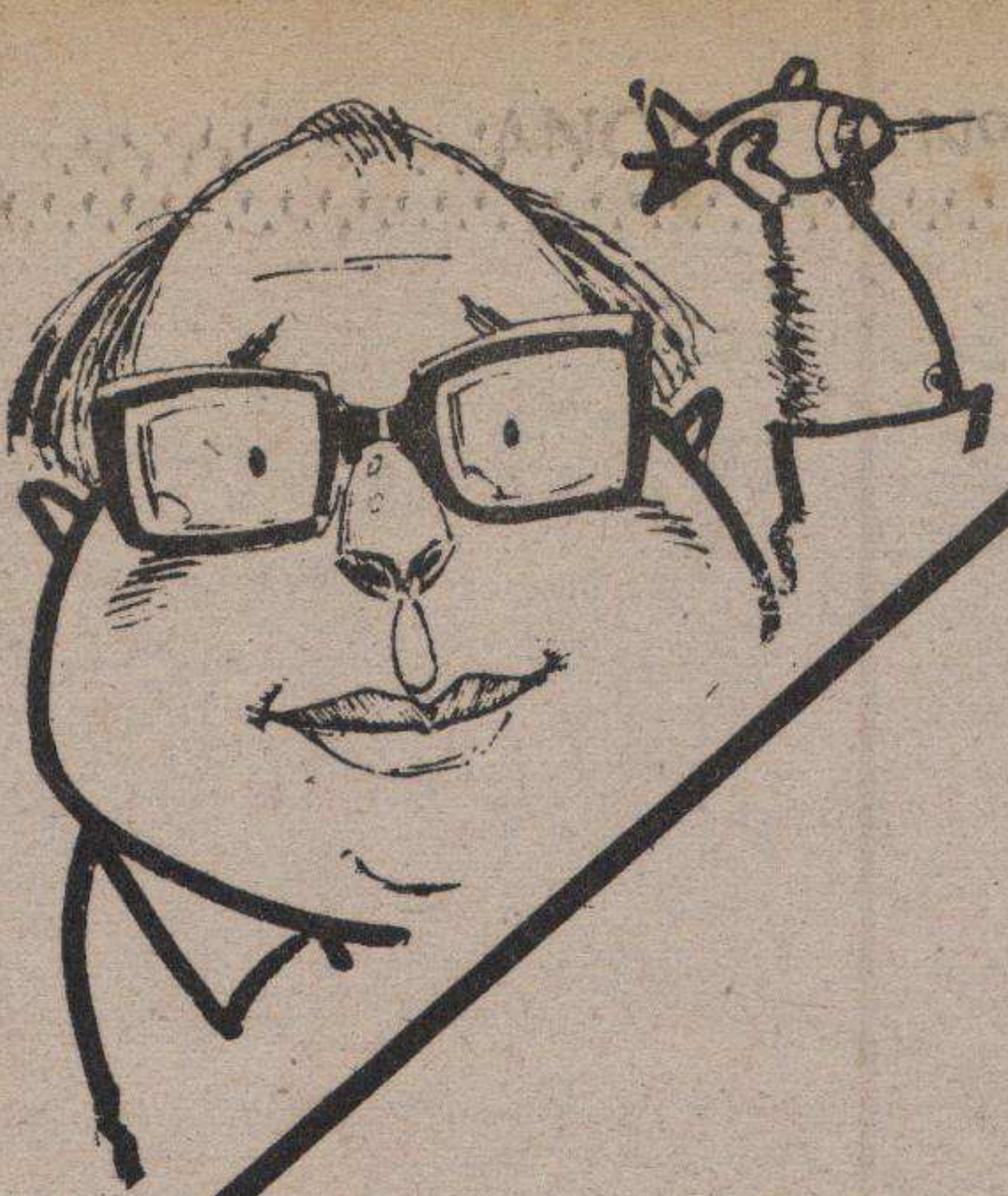
SOBRE LITERATURA E ARTE, de Marx-Engels. O que é a arte do ponto-de-vista marxista? Qual sua função? Como deve ser analisada? Esse livro da Global Editora procura responder a essas perguntas. A primeira analisa o *materialismo histórico e superestruturas ideológicas* e, a segunda, *origem e evolução da arte*. Cr\$ 90,00, 102 páginas.

O INFERNO É AQUI MESMO, de Luiz Vilela. Segundo romance de um dos maiores contistas mineiros, em que o cenário é a redação de um jornal. Narra a vida de um jornalista de Belo Horizonte para um jornal paulista que está revolucionando a imprensa do país. O que seria a grande chance de se projetar na profissão, cedo, revela ser um grande blefe. O porquê está nas 224 páginas desse romance de Vilela. Cr\$ 150,00.

MODELOS ALTERNATIVOS DE DESENVOLVIMENTO, de João Paulo de Almeida. Editora Paz e Terra. As perspectivas para a próxima década estão delineadas neste trabalho, com uma importância agora maior, pelos acontecimentos que aos poucos vão dando uma nova feição ao país. 150 páginas, Cr\$ 125,00.

SEM PLUMAS, de Woody Allen. A LPM traz novos textos de um dos mais mordazes autores norte-americanos, penetrando no território do ridículo e do absurdo. Tem 260 páginas, custa Cr\$ 220,00.

DIALÉTICA E CULTURA, de Lucien Goldman. A Paz e Terra publica alguns dos mais importantes textos desse pensador francês que, apesar de sua morte prematura por suicídio, revigorou as análises da sociedade. Cr\$ 140,00, 200 páginas.



LUIS FERNANDO VERÍSSIMO

GUERRA!

Delfim é o primeiro a reclamar da ordem unida.

— Eu não agüento, eu não agüento...

— Fica firme — diz o Simonsen. — Olha o sargento nos olhando.

— Essa conversa aí! — grita o sargento.

Todos os ministros da área econômica estão obrigados a fazer treinamento militar intensivo para justificarem a graduação de general que receberão do Presidente.

É a economia de guerra.

— Cabo Simonsen — grita o sargento. — Está de passo errado!

— Eu não, sargento. Os outros é que estão de passo errado. O certo sou eu.

— Está bem — diz o sargento.

— Incrível, como as pessoas ainda acreditam no Simonsen, murmura o Rischbieter para o César Cals.

— Essa conversa aí!

...

No seu *bunker*, Figueiredo examina os mapas à sua frente.

— O que é isto aqui? — pergunta, indicando um ponto no mapa perto de Porto Alegre.

— É o Terceiro Pólo Petroquímico, comandante.

— Pensei que já o tivéssemos eliminado.

— Aparentemente, o Pólo ainda resiste.

— Quem está no comando?

— O Amaralzinho

— Ele não recebeu o ultimato do nosso emissário?

— Nosso emissário foi aprisionado. Está detido no Galpão Crioulo do Palácio Piratini.

— Submetido a torturas?

— Bem, depende do que o senhor pensa da música regionalista...

— Teremos que tomar medidas mais drásticas.

— Sim senhor, comandante.

— Mandaremos um *kamikase*.

— O senhor não quer dizer...

— Sim. O Shigeaki.

— Sim senhor.

— Não quiseram por bem, agora terão que agüentar o Ueki.

— Sorrindo?

— Sorrindo. Seremos implacáveis.

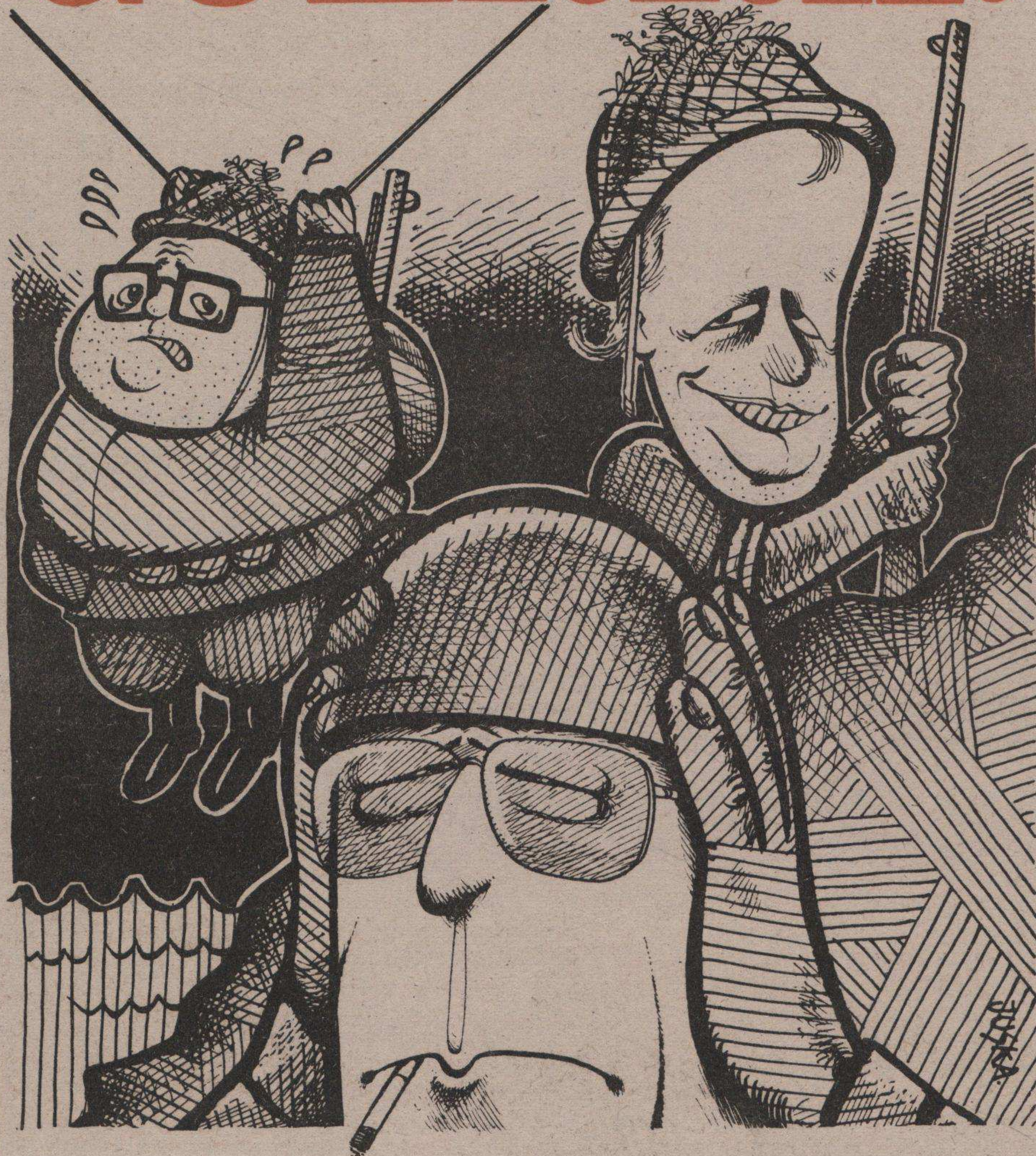
...

— O objetivo deste exercício é cruzar o rio utilizando-se de cordas, com mochila, fuzil e peças de metralhadora nas costas...

— Eu não agüento, eu não agüento...

— Força, Delfim. Vamos lá!

— Comandante, há reclamações da linha de frente.



— O que é? — quer saber Figueiredo.

— É o Jair Soares. Ele tem feito visitas de surpresa aos nossos hospitais de campanha e já mandou fechar três.

— Ele não entende que estamos em guerra?

— Entende, mas diz que isto não é razão para atender ninguém em tenda.

Chega outro ordenança.

— Comandante, parece que temos barulho em São Paulo.

— O quê?

— A ordem de recrutar todos os metalúrgicos do ABC pegou mal.

— Mesmo fazendo o Lula coronel?

— Mesmo fazendo o Lula coronel.

— Isso é problema do general Maluf. Quero falar com ele.

— O general Maluf não pode ser localizado.

— Por quê?

— Está percorrendo o estado de ponta a ponta no seu trem blindado e não pára nunca.

— Tragam o telefone de campanha.

— Está com o major Farhat.

— E o major Farhat?

— Está explicando à imprensa a última contradição entre o general Oziel, que disse que estamos perdendo a guerra, o Rischbieter, que disse que estamos ganhando e o

Simonsen que diz que está empate.

Nesse momento ouve-se um estampido e todos se atiram ao chão do *bunker*.

— O que foi isso? — pergunta Figueiredo.

— Foi a descarga de um carro, Comandante.

— Provocação! Peguem e arrebentem! Peguem e arrebentem!

...

O sargento manda Simonsen atravessar o rio pela corda com os outros. Simonsen responde que já atravessou.

— Mas como, se o senhor está deste lado?

— Simples. Atravessei de lá para cá.

— Ah, bom — diz o sargento, e manda os outros se apressarem.

— Eu não vou conseguir...

— Coragem, Delfim!

...

Num momento de descontração, Figueiredo descalça as botas, tira o cinto da pistola e senta para uma conversa com Golbery.

— Acho que estamos conseguindo, Comandante.

— Parece... — responde Figueiredo, esfregando os olhos. Há muitas noites que não dorme. Está cansado. Às vezes, pensa que está

delirando. Precisa parar. Mas guerra é guerra.

— Comandante...

— Sim.

— O país inteiro está mobilizado.

— É...

— Todos cumprem ordens. Estão dispostos a tudo.

— Pois é...

— E se a gente aproveitasse e...

— E o quê?

— Por favor, não me interprete mal.

— O que é isso, Golbery? Fala logo.

— E se a gente aproveitasse e... invadisse a Argentina?

— Ô Golbery, isto não é hora de geopolítica!

— Só estava pensando. O Cone Sul e tal...

— Pára de pensar, Golbery!

...

Os ministros da área econômica chegam, exaustos, ao alojamento. Atiram-se nas suas camas. Delfim mal pode falar.

— O que é que eu estou fazendo aqui? Eu não sou da área econômica. Sou da agricultura...

— Não foi você o autor do milagre econômico? Quando o País começou a viver além das suas posses? Agora sofre.

— Eu não agüento, eu não agüento...

Só Simonsen não parece cansado.

— O que é isso, rapazes? Vamos arranjar uma licença e ir até a cidade. Vou tomar meu banho e me mandar.

Os outros só gemem, sem se mexer. Quando Simonsen entra no chuveiro, Rischbieter diz:

— Se ele começar a cantar ópera, eu...

...

Brizola chega e desembarca sem nenhum problema. Só não pode passar da sala de espera do aeroporto e entrar no Brasil.

— Desculpe. Zona de guerra.

— Mas eu quero me alistar.

— Certo. Então vamos para um quartel.

Brizola decide pensar mais um pouco

...

O cansaço e a tensão são demais. Figueiredo explode. Grita para trazerem seu cavalo. Vai investir contra o inimigo de peito aberto.

— Uma boa carga de cavalaria resolve tudo!

— Segurem o homem! Segurem o homem!